



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Vasco Afonso Cabral Semedo

FILHOS DAS LUZES E FILHOS DAS TREVAS

UM VÍRUS POPULISTA ALOJADO NAS DEMOCRACIAS:
REVOLTAS ILIBERAIS NO OCIDENTE EUROPEU

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo Professor
Doutor Casimiro Ferreira e apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.

Abril de 2021



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Vasco Afonso Cabral Semedo

“FILHOS DAS LUZES E FILHOS DAS TREVAS”

UM VÍRUS POPULISTA ALOJADO NAS DEMOCRACIAS:
REVOLTAS ILIBERAIS NO OCIDENTE EUROPEU

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo
Professor Doutor Casimiro Ferreira e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra.

Abril de 2021

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado á minha mãe por todo o incentivo e motivação que me deu ao longo da realização deste trabalho. Aos meus avós, que sempre sonharam com o meu sucesso académico e pessoal e que sempre pediram para estar vivos para poderem testemunhar tal momento. Ao meu amigo Aquiles, pelas impressões que fomos trocando ao longo deste processo. É sempre bom pedir conselhos e ter a humildade de reconhecer que não sabemos tudo. Em terceiro lugar agradeço a Deus, o facto de me ter iluminado ao longo deste processo e dado forças para que pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Como seres sociais que somos, será praticamente impossível “sobreviver” sem a sua ajuda de pessoas fundamentais à nossa vida, com as quais nos relacionamos, partilhamos experiências e momentos marcantes, conhecimento e acima de tudo laços de amizade ao longo do tempo.

A vida é uma espécie de corrida de estafetas com testemunho em que para atingirmos o nosso objectivo, precisamos do outro. É impossível ganhar uma corrida de estafetas, deixando cair o testemunho ou não o passando correctamente a quem se encontra à nossa frente. Torna-se igualmente fundamental o cumprimento de duas condições: ser um bom receptor e ser um bom transmissor. Voltando à questão dos amigos, ser um bom receptor concretiza-se em saber ouvir conselhos e opiniões, acatando-os. Mas também é relevante ser um bom transmissor. Também a nós nos cabe fazer replicar os valores, ideias e conhecimento que nos transmitiram na ocasião em que éramos receptores.

A exigência a que habitualmente me comprometo naquilo que faço aliado à minha teimosia revelam-se características fundamentais para a persecução das metas estabelecidas. Teimosia em persistir nos meus objectivos, nunca esquecendo o foco naquilo que realmente importa. A exigência é algo que procuro alcançar em tudo o que faço. Sabemos que atingir a perfeição é algo utópico e muito pouco provável de acontecer. No entanto o esforço acaba sempre por ser fundamental para a nossa evolução pessoal e profissional/académica e em última instância compensador nos resultados alcançados

O caminho nem sempre é fácil e é necessário resiliência para ultrapassar os vários obstáculos que nos são colocados. Realizar uma tese é muitas das vezes um trabalho solitário. Por força das circunstâncias pandémicas e da necessidade de reformulação de alguns dos pressupostos iniciais, essa dimensão solitária acentuou-se.

Não havendo a possibilidade de estar próximo do terreno e falar com entendidos na matéria, com quem certamente teria muito a aprender, optámos por valorizar a componente mais analítica do trabalho.

Agradeço profundamente ao Professor Doutor Casimiro Ferreira, pela atenção, disponibilidade, aconselhamento e supervisão do trabalho assim como estima pessoal desenvolvida ao longo do tempo. O seu aconselhamento revelou-se fundamental como mentor ao longo da redacção da tese. Devido ao contexto pandémico e não podendo encontrarmo-nos para trocar ideias, optámos por comunicar por meios alternativos como o e-mail, whatsapp e zoom. Creio que houve uma relação de cooperação e uma disponibilidade total, essencial a todo o desenvolvimento da tese.

Agradeço também á minha mãe, avós e amigos que se revelaram de fulcral importância para chegar até aqui. Apoiaram-me, incentivaram-me e deram-me ânimo e força para chegar ao fim de mais uma etapa. Penso ter sabido corresponder a quem em mim depositou a sua confiança, mas acima de tudo provar a mim mesmo que estava á altura de mais um desafio.

Queria aqui deixar um especial apreço por um grande amigo, o Aquiles, com o qual troquei uma série de ideias e conversas sobre política portuguesa e brasileira, assim como o acompanhamento da realidade dos dois países no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento da onda populista.

Agradecer também os contributos e discussões que fui tendo ao longo da realização da tese com várias pessoas com quem partilho ideais políticos e uma estima pessoal considerável. Queria destacar o Afonso Carvalho, a Carolina Soto D'Assis, o Cristian Bancu, o João Silva, o Rogério Abreu, a Madalena, o Vasco Almeida, a Francisca, o Guilherme Voges, o João Fernandes, o Miguel Gonçalves, a Catarina, o Afonso Almeida, o Fábio Henriques, o Durval e o Gerson Fialho.

Agradecer ainda ao Catalin Danu, alguém que já me acompanhava dos tempos do liceu e que sempre pude contar com o seu apoio, amizade e jantares de curso, noites de Coimbra e outras ocasiões.

Não podia deixar de contar com uma pessoa muito trabalhadora e compenetrada naquilo que faz. Será decerto um dos melhores na sua área profissional, o Miguel Sousa. Uma amizade que perdura desde os nossos tempos de liceu, nas fantásticas aulas de Educação Moral e Religiosa Católica, leccionadas pelo professor Bruno Alexandre, a quem devo parte da pessoa que sou hoje.

À Maria João Carvalho, amiga que conheci durante a realização do mestrado e que me inspirou pela sua forma guerreira e ambiciosa de enfrentar a vida.

Por fim e não menos importante reservo os meus últimos agradecimentos à minha mãe que sempre se orgulhou de poder chegar a esta fase do meu percurso académico dando-me a força necessária para nunca desistir. Não poderia deixar de referir os meus avós que sempre manifestaram a vontade de me ver triunfar no meio académico e alcançar o topo de uma carreira académica no futuro.

RESUMO

A vitória do Brexit e de Trump, a ascensão de Le Pen, os partidos nacionalistas na Áustria, República Checa juntaram-se aos húngaros, aos polacos e às novas forças que vão aparecendo e progredindo na recusa dos poderes instalados, enfrentando a hostilidade das forças do sistema. A nova grande ameaça, o novo Big Brother, não são os novos césores mas a globalização anónima que mina por dentro a “singularidade humana”, levando a humanidade à suave desintegração individual e colectiva.

Os teóricos que se debruçam sobre o estudo dos populismos identificam-no como uma desordem ou distúrbio democrático, mas simultaneamente como uma fragilidade da própria democracia liberal. A ideia dos populistas de criarem “um povo” e a divisão “nós/eles” assim como a mobilização de paixões e formas colectivas de identificação acarretam algo de perigoso na medida em que criam nas pessoas uma falsa sensação de segurança e de protecção nas suas vidas.

Os recentes movimentos populistas pretendem alterar o sistema encontrando-se nele inseridos, submetendo-se ao sufrágio eleitoral e têm como principais características a defesa de um nacionalismo xenófobo e intolerante, o frenético apelo às noções de lei, autoridade e valores tradicionais assim como um revivalismo nostálgico e mitológico da história e da pátria. Na sua generalidade são anti elitistas e anti pluralistas, uma vez que apoiam a soberania popular e a regra da maioria, mas rejeitam o pluralismo e os direitos das minorias. Estamos em sociedades que se dizem democráticas, mas as instituições giram em torno do vazio.

Há vários factores que terão desencadeado os movimentos populistas como a estagnação ou degradação dos padrões de vida dos cidadãos, as mudanças demográficas e culturais muito rápidas e uma maior diversidade étnica e cultural.

Palavras-chave: poderes instalados; forças do sistema; globalização; populismos; povo; sufrágio eleitoral; movimentos populistas; nacionalismo; autoridade; democracia liberal; valores tradicionais; pátria; anti elitistas; anti pluralistas; soberania popular; instituições; minorias; mudanças demográficas

ABSTRACT

The victory of Brexit and Trump, the rise of Le Pen, the nationalist parties in Austria, the Czech Republic joined the Hungarians, the Poles, and the new windows that are appearing and progressing in the refusal of the blocked powers, facing the hostility of the force of the system. The new great threat, the new Big Brother, aren't the new Caesars but the anonymous globalization that undermines within a "human singularity", leading humanity to a smooth individual and collective disintegration.

Theorists who address the study of populisms identify it as a disorder or democratic distort, but simultaneously as a weakness of liberal democracy itself. The populists' idea to create a "people" and the division "we/them", the mobilization of passions and collective forms of identification, will bring danger in that they build false sense of security and protection in populations and in their lives. The popular movements, intend to change the system, in which they are inserted, undergo electoral suffrage, and have as the main characteristics the defence of xenophobic plus intolerant nationalism, the fanatic appeal to the notion of the law, authority, traditional values and a nostalgic and mythological the history and of the moment and in general, they are anti-elitist and anti-pluralist, because they support popular sovereignty and the rule of the majority, but they reject pluralism and the rights of the minorities.

We are in societies that they say they are democratic, but the institutions spin in the void.

There are many facts that trigger populist movements, such as stagnation or degradation of citizens' life standards or the quickly demographic and cultural changes, or greater ethnic and cultural diversity.

KEYWORDS: Installed power; system area; globalization; populism; people; electoral suffrage; populism movements; nationalism; authority; liberal democracy; traditional values; homeland; anti-elitists; anti-pluralists; Popular sovereignty; institutions; minorities; demographic changes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Adaptado de Laclau (Laclau 2005, 18 apud J.F. Pinto 2017).....	28
Figura 2. Globalmente, muitos estão insatisfeitos com a forma na qual a democracia funciona e frustrados com os seus representantes oficiais mas continuando no entanto a valorizar o voto.....	43
Figura 3: A democracia como forma de governo em Portugal.....	45
Figura 4: Cordão sanitário contra partidos radicais de direita de extrema-direita.....	55
Figura 5: Percentagem de países sob cada tipo de regime.....	61
Figura 6: Index de Democracia 2006/2010 – The Economist.....	63
Figura 7: Index de Democracia 2020 – The Economist Intelligence Unit.....	63
Figuras 8 e 9: Index de Democracia 2020, mapa global por tipo de regime e índice de Democracia.....	64
Figura 10: Europa Ocidental: Index de Democracia 2020 por categoria.....	66
Figura 11: Uma década de índices democráticos.....	70
Figura 12: Liderando o declínio democrático.....	70
Figura 13: Eleitores nacionais-populistas e a sua visão dos políticos.....	80
Figura 14: Eleitores nacionais-populistas e a sua visão da democracia.....	82
Figura 15: Eleitores nacionais-populistas e a sua visão da democracia directa.....	84
Figura 16: Eleitores nacionais-populistas e a sua visão do Parlamento nacional.....	84
Figura 17: Imigração e risco de terror.....	88
Figura 18: Valores autoritários e atitudes anti imigração.....	89
Figura 19: Forças populistas na Europa.....	93
Figura 20: Ranking de liberdade económica.....	95
Figura 21: Apoiantes de extrema-direita e a sua opinião da integração europeia.....	97
Figura 22: Opinião dos eleitores sobre os políticos.....	121
Figura 23: Os eleitores, os políticos e o povo.....	122
Figura 24: Tipos de lideranças que os eleitores nos partidos apreciam.....	123
Figura 25: A importância dos antepassados na atribuição de nacionalidade..	129
Figura 26: A importância dos imigrantes para a economia portuguesa.....	131

Índice

INTRODUÇÃO 11

Motivações e interesse epistemológico do objecto de estudo identificado

Dificuldades e desafios suscitados pela realização da tese

Objectivos e justificação das escolhas teóricas efectuadas

Capítulo I – Debates teóricos e correntes do populismo

A multidisciplinaridade do conceito 17

O “modus operandi” dos populistas.....18

Os académicos e as suas perspectivas teóricas sobre populismo.....25

Do neoconservadorismo da década de 70 ao populismo na actualidade.....37

Capítulo II – “Democracias” ou “Democraduras”: Que alterações

Diagnóstico da situação da democrática ao longo dos últimos anos.....41

Insatisfação com a democracia liberal e os seus paradoxos.....45

Os Bárbaros e os iluminados, os filhos das trevas e os filhos das luzes.....50

A ruptura populista com as ameaças globalistas.....52

Surgimento de regimes semi-democráticos e semi-autoritários.....57

Capítulo III – O irromper dos populismos com nova solução

Características sociodemográficas dos eleitores nacionais-populistas.....73

Porque os eleitores “nacionais-populistas” são mais pessimistas?.....79

A preservação da “identidade cultural” e a rejeição da imigração.....86

A “austeridade” como factor-chave para o crescimento dos nacionais-populismos.....95

Características do líder: O carisma, o culto de personalidade e as promessas falaciosas.....104

Capítulo IV – Portugal e a “falsa imunidade” ao populismo

Manifestação de “atitudes populistas” em Portugal.....	111
A ascensão do Chega: Uma direita populista, radical e anti-sistema em Portugal.....	115
“One man show”: André Ventura e os seus apoiantes.....	119
As linhas orientadoras e o programa do Chega.....	124
“Lei e ordem”: As agendas legalistas e securitárias do Chega.....	127
Conclusão.....	133
Referências Bibliográficas.....	142

INTRODUÇÃO

Elaborar uma tese de mestrado é um desafio bastante aliciante pois coloca-nos uma série de questões e escolhas que temos de elaborar ao longo da mesma. O nosso principal inimigo começa por ser o tempo. O tempo não pára e é em função deste que desenvolvemos o nosso trabalho. Quanto tempo preciso para elaborar uma tese? Quanto tempo devo demorar na redacção dos vários capítulos? Em que partes do trabalho é que tenho que gastar mais tempo? Será que tenho tempo para desenvolver uma tese que vá ao encontro das minhas expectativas? Em boa verdade não há uma resposta simples que possamos dar a estas questões. É do meu ponto de vista impossível perceber o tempo necessário, uma vez que tudo depende dos nossos objectivos de pesquisa e daquilo que pretendemos compreender.

Uma segunda dificuldade que tive pela frente decorre da pandemia da Covid-19 e as suas implicações ao nível da reformulação da ideia original que tinha para a elaboração da tese. Houve uma redução substancial dos contactos e restrições de circulação e por isso também nos habituámos a viver uma nova realidade, até aqui não experienciada. O governo português, ao abrigo de decisões da Organização Mundial de Saúde (OMS) da Direcção Geral de Saúde (DGS) adoptou determinadas restrições de circulação e regras de distanciamento físico para fazer face á pandemia. Quando iniciei a redacção da tese tinha planeado e falado com o Professor Doutor Casimiro Ferreira acerca da possibilidade desta conter uma componente prática, ilustrativa do levantamento teórico sobre o populismo, os seus autores e teorias.

Na elaboração da componente teórica da tese procedi a um recenseamento e levantamento de informação, no sentido de obter um corpo teórico denso sobre várias dimensões do populismo, juntamente com um quadro síntese dos autores que continha ainda as principais teses que cada autor defendia, os argumentos principais e numa última um conjunto de categorias fulcrais para cada autor. A tabela que consta em anexo serve de guião de complemento à reflexão teórica, porque permite sistematizar o conhecimento e organizar o pensamento de cada um dos autores.

Na impossibilidade de elaborar as entrevistas e analisar o seu conteúdo, isto é, informações e perspectivas que analistas políticos têm do fenómeno populista, passei à recolha de dados estatísticos sobre a evolução do fenómeno para interpretar dados como o tipo de eleitores que votam em partidos populistas ou a desconfiança com as instituições e a democracia. A análise de toda esta recolha, juntamente com a informação recolhida permite ter uma noção mais ampla do fenómeno e das suas reais dimensões. Intencionalmente optei por uma análise mais ampla do contexto europeu e as suas repercussões á escala nacional. Em 2019 Portugal deixou de ser uma excepção no que diz respeito à representação político-partidária dos populismos de direita.

No entanto em Março do ano passado, houve um aumento substancial de contágios, mortes e infecções resultantes da pandemia. Pouco tempo depois foram encerradas as escolas e implementaram-se o ensino à distância através da Telescola e o Teletrabalho. No planeamento da parte prática constava um conjunto de entrevistas a jornalistas e comentadores políticos acerca do seu entendimento do populismo e das suas várias manifestações, assim como procurar algumas explicações pelo fim da excepcionalidade portuguesa, no que ao surgimento e implementação dos populismos diz respeito.

A tese encontra-se dividida em 4 capítulos. O primeiro capítulo pretende dar conta do que é o populismo, como se manifesta e que tipo de discussão os vários teóricos/estudiosos têm sobre o tema (que opiniões e análises partilham, mas também aquilo os distingue entre si).

O segundo capítulo traça a evolução da situação democrática ao longo dos últimos anos e os problemas que a democracia liberal tem enfrentado por via do crescimento de movimentos políticos que vêm colocando em causa as normas básicas democráticas.

O terceiro capítulo entra-se concretamente na caracterização dos eleitores e das lideranças nacionais-populistas, a concepção de uma imigração restritiva e a necessidade de reforçar a segurança nos seus países, face à escalada de violência e atentados que se fazia sentir um pouco por toda a europa (basta recordarmo-nos do caso de terrorismo que envolveu o jornal

Charlie Hebdo a 7 de Janeiro de 2015 ou um uma camioneta em Barcelona que atropelou vários pedestres no calçadão movimentado de Las Ramblas, ataque reivindicado pelo Estado Islâmico, a 17 de Agosto de 2017).

O último tópico deste capítulo prende-se com a receita de austeridade que a europa utilizou para reagir à crise. A monitorização dos programas de ajustamento aos países endividados, obrigou a que fossem aplicados programas bastante agressivos para as economias nacionais, tornando-as mais dependentes do exterior e mais susceptíveis às revoltas nacionais-populistas de partidos que se insurgiam perante a globalização neoliberal.

O quarto capítulo ficou reservado para alguns aspectos do Programa do Chega que ilustram as referências teóricas e conceitos assinalados no primeiro capítulo. A manifestação de atitudes “populistas” em Portugal foi bastante anterior ao surgimento do Chega na agenda político-mediática, só que não tinha um espaço político onde se manifestar.

Se a ascensão do Chega foi meteórica muito o deve à capacidade de comunicação e argumentação política de André Ventura, um político exímio em suscitar polémicas e “soundbites”, amplamente replicados pela comunicação social.

No último tópico do quarto capítulo reflecto sobre o modo como o Chega concebe a justiça (na qual a ideia da justiça penal punitiva nos ajuda a compreender as suas propostas mais polémicas – castração química de pedófilos, instauração da prisão perpétua renovável de 25 em 25 anos, entre outras) e o sentimento de medo generalizado, através dos ideais securitários (existência de focos de criminalidade, violência e crime nas zonas suburbanas das grandes cidades, etc).

Mas porquê o tema do populismo ou dos populismos como tema central deste trabalho?

Há várias razões pelas quais escolhi este tema. Em primeiro lugar por sentir que a democracia representativa se encontra em regressão nos últimos anos. Quando pensávamos que a questão dos totalitarismos pudesse ter ficado resolvida com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra fria, a história política dos últimos anos vem mostrando precisamente o contrário.

Só que enquanto nos totalitarismos assistimos a uma regressão dos moldes da democracia liberal e os regimes usavam a força para manter a sua autoridade, os partidos populistas que vêm ganhando espaço um pouco por toda a Europa, não negam propriamente a existência da democracia porque esta é essencial para obterem representação política e noutros casos fazem parte de soluções governativas (como são os casos da Liga Norte em Itália, governando em coligação ou o Fidesz na Hungria, governando autonomamente).

Também não usam a revolução para transformar as sociedades, embora utilizem mecanismos como as alterações às constituições (que são os alicerces de protecção dos cidadãos nas suas sociedades) e o ataque a determinadas minorias (imigrantes, ciganos, cidadãos indocumentados, refugiados, minorias étnicas e sexuais) para enfraquecer as sociedades, acabando por corroê-las internamente.

Numa segunda ordem de razões destaco o fenómeno da globalização e o impacto que esse fenómeno teve no crescimento de fenómenos nacionais-populistas. O protecção da economia nacional e substituição de importações por exportações, de modo a equilibrar o saldo das balanças comerciais) o controlo da imigração (num contexto em que as cidades europeias se vão tornando cada vez mais multi-étnicas e culturais), a necessidade de fortalecer a segurança face aos perigos do terrorismo e do extremismo assim como a necessidade de proteger a soberania nacional, exposta aos ditames das organizações internacionais foram razões mais do que suficientes para os países de virarem para o interior.

Numa terceira e última ordem de aspectos, destaco a importância das dicotomias que os populistas utilizam para ter uma parte da população, a que chamam “povo” a seu favor. Não falo apenas da manipulação, ou seja da forma como os populistas convencem as pessoas a votarem nos seus projectos políticos, mas um conjunto de dicotomias que os populistas tendem a transmitir às pessoas para que essas fiquem do seu lado. As dicotomias mais utilizadas, como representantes do seu “verdadeiro” fazem uma separação entre o povo trabalhador e as elites que não querem trabalhar, os cidadãos que pagam impostos e cumprem os seus deveres face aos cidadãos que vivem de

subsídios. No fundo a ideia de uma sociedades que se encontra dividida, entre aqueles que não se encontram satisfeitos como a forma como as elites têm gerido as suas vidas e a eleição de um povo como herói colectivo.

Depois de elencar as razões que me levaram a elaborar esta tese, considero importante analisar a forma como um eleitorado órfão espalhado em vários partidos de extrema-direita, aproveitou o nascimento de um partido como o Chega, de direita radical para se poderem infiltrar. Como sabemos até às últimas eleições legislativas não existia um partido populista ou nacional-populista. Sobravam alguns partidos sem grande implementação nacional como o PNR que recentemente alterou o seu nome para Ergue-te de José Pinto Coelho, o Nova Ordem Social, um partido assumidamente neonazi liderado por Mário Machado, ou outras formações com projecção política mais insignificantes, ainda assim referenciadas pela Europol¹ em 2019 como organizações terroristas e ameaçadoras da segurança dos estados-membros da União Europeia, exemplos do Blood & Honour, Portugal Hammer Skins e o supra-citado Nova Ordem Social).

Em termos da composição política do nosso parlamento já haviam forças de extrema-esquerda representadas, algumas delas radicais outras extremas, mas ambas com características populistas. Temos os exemplos do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português. No entanto a visibilidade das forças de extrema-direita era menor por duas razões em concreto: em primeiro lugar a Constituição da República portuguesa no seu artigo 46 estabelece que são proibidas todas as associações armadas, nem de tipo militar, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Por outro lado, há que ter em conta que vivemos 46 anos numa ditadura de direita e que ainda há uma memória recente da perseguição, detenção e tortura causada pela PIDE e pela escolha forçada de muitas famílias em enviar os seus filhos para a guerra. A ascensão social era definida pelo berço onde cada um nascia e portanto a meritocracia praticamente nula. Por todas estas razões formações de extrema-direita ficam excluídas do processo democrático.

¹ <https://www.publico.pt/2019/06/27/sociedade/noticia/ha-tres-grupos-extremadireita-actuar-portugal-alerta-europol-1877931>

Mas o nosso sistema partidário sempre contou desde o início da democracia com formações políticas de extrema-esquerda como o PCP (o partido português mais antigo, que surgiu ainda antes do Estado Novo) e de esquerda radical como o BE, desde 1999. Se o primeiro é muito radical no que diz respeito hostilidade acrescida para com a democracia liberal e é influenciado pelo marxismo-leninismo de inspiração soviética, já relativamente ao segundo funciona com uma lógica algo diferente (tem aspirações quanto à existência democracia directa ou a uma democracia participativa, oposição ao capitalismo “neoliberal” globalizado e uma atitude negativa face à URSS)(Freire 2017, 39 e 40).

André Freire conclui que as propostas políticas da esquerda radical, sobretudo do BE mas também do próprio PCP, não são propriamente muito radicais, antes bandeiras da “velha” social-democracia. É nas atitudes face à governação e na inflexibilidade com que defendem as respectivas propostas que a esquerda radical portuguesa é verdadeiramente radical/extrema (Freire 2017, 40). O BE e o PCP ao aceitarem um acordo de governação com o PS, aquilo que ficou celebrado como a Geringonça, acabaram por assumir responsabilidades governativas (embora sem pastas ministeriais), institucionalizando-se e acabaram por abandonar algum do seu potencial de protesto e a ocupação das ruas com manifestações e reivindicações sociais.

Enquanto o espaço político situado à esquerda e à extrema-esquerda sempre teve representação parlamentar, o mesmo não sucedia à direita do PSD e do CDS. A 6 de Outubro de 2019 ocorreu uma das maiores surpresas da noite eleitoral e quiçá da história da democracia portuguesa com a entrada no parlamento de um partido de direita radical, liderado por André Ventura. Cerca de 2 anos e 2 meses, o partido cresceu significativamente, sendo nalgumas sondagens o partido que aparece em terceiro lugar para as legislativas que terão lugar em 2023.

Capítulo I – Debate teórico e correntes do populismo

A multidisciplinaridade do conceito

Quando se aborda uma determinada temática torna-se relevante avaliar os contributos que os vários autores têm, assim como as principais correntes teóricas, para que o investigador se possa posicionar relativamente a um objecto de estudo que é complexo, dinâmico e mutável.

A apresentação das propostas teóricas é um elemento fundamental desta tese porque é o que me permite enquadrar o pensamento e entender a complexidade do tema. A riqueza das reflexões destes autores é imensa pela multidisciplinaridade de áreas tão diversas como a história, a sociologia ou a política. O populismo tem em si estas três dimensões.

A sociologia permite que entendamos a riqueza de conceitos fundamentais como “poder”, “discurso”, “identidade”, “liderança”, “eleitores”, “ideologia” ou “carisma” e a compreender o impacto das relações entre o “povo” e o seu “líder”, a importância do “carisma” na construção de vários tipos de “liderança”, as relações de poder (porque é que os líderes mandam e o povo deve obedecer), porque razão é que a “identidade” de um povo e de uma nação ajuda a construir um “discurso populista” ou o comportamento eleitoral das pessoas: porque é que há “eleitores” que são atraídos mais facilmente por determinada “ideologia” que outros.

A história permite traçar vários cenários e enquadrá-los num segmento específico de tempo. Porque é que os historiadores tendem a formular as primeiras definições de “populismo” no séc. XIX? (populistas russos, também designados por Narodniks, que visavam transferir o poder político às comunas camponesas por meio de uma reforma agrária radical e o populismo americano que propunha o incentivo à pequena agricultura através da prática de uma política monetária baseada na expansão da base monetária e do crédito). Porque é que as várias definições de populismo têm variado ao longo da história? Ou as razões de determinados períodos históricos apresentarem

maior susceptibilidade ao aparecimento de partidos políticos populistas, comparativamente a outros.

Numa terceira ordem de ideias, menciono a política pois esta é a forma pela qual as sociedades se organizam. Porque razão os “vazios de poder” são ocupados por políticos demagogos? Porque é que há determinadas regiões têm maior propensão para votarem em partidos populistas? Como se estrutura a organização interna de um partido? Que razões contribuem para o “voto de protesto” em partidos populistas? Por que razão, ano após ano, tem diminuído a militância em partidos políticos?

Como veremos mais á frente, o populismo é algo extremamente vago, para que o possamos definir. E essa indefinição parte da mundividência de cada autor. Em termos científicos podemos afirmar que é um processo de constante desconstrução do objecto de estudo. O autor ao estudar o populismo nas suas várias dimensões, age simultaneamente sobre este e em última instância, pela sua interpretação do fenómeno, transforma-o.

O “modus operandi” dos populistas

As crises (sejam elas de que natureza forem), contribuem para gerar um clima de desconfiança entre as pessoas. Os populistas percebem a uma longa distância sinais de corrosão das democracias e o alheamento das pessoas face á política. A vulnerabilidade socioeconómica, o desemprego e a insegurança não deixam grandes perspectivas de futuro. (J. F. Pinto 2017, 101). As pessoas neste tipo de circunstâncias não têm nada a perder: ou mantêm-se na situação precária que se encontram ou lutam para mudar a sua situação de vida.

Os populistas (habitualmente percebidos como “salvadores da pátria”) prometem soluções simplistas para problemas que são complexos de resolver. As massas são cegamente envolvidas pela mensagem populista e demagógica, repetitiva e acima de tudo vazia de conteúdo. O discurso é servido intencionalmente de acordo com os anseios e preocupações das pessoas e determinadas classes profissionais.

Por outro lado os populistas são ainda percebidos como “outsiders”. Eles tanto se descrevem a si mesmos como são percebidos pelos seus concorrentes assim como pelo público em geral como actores fora do sistema político (Pappas 2012, 7).

Segundo Kenney, o estatuto de outsider depende de duas condições: a primeira, se algum político aumenta a sua importância/relevância a partir do exterior mais do que de dentro do sistema partidário estabelecido e segundo, se o discurso político é rejeitado mais do que tolerado pelos partidos existentes (Pappas 2012, 7 in Kenney 1998).

Os “outsiders”, em resumo, emergem da supramencionada visão do exterior limitando o sistema político já estabelecido e prosperando através da sua rejeição; os “insiders” pelo contrário são aqueles políticos que emergem dentro de um sistema partidário estabelecido e ambicionam a sua preservação.

A teorização do populismo abarca um conjunto de conceitos fundamentais como a dicotomia povo e elites, a política ou sistema político, enquanto lugar em que os populismos se manifestam, assim como os partidos políticos. De entre os conceitos do populismo, estes ganham uma importância especial porque é através do sistema político-partidário que os populistas integram os parlamentos nacionais e é pela distinção entre povo e elites que desenvolvem a sua política de exclusão.

Se não há política sem partidos, pois mesmo os regimes autoritários de partido único precisam do partido para alcançar o poder (embora não hajam eleições livres e uma oposição parlamentar). Também não há populismos sem política e sem partidos. No mínimo aquilo que podemos observar são líderes populistas que dadas as suas características unipessoais se confundem com os partidos, uma vez que as suas lideranças são carismáticas. Neste tipo de casos a liderança é superior à soma das partes que constituem o partido.

Outra nota que gostaria de salientar é que, não obstante a importância dos partidos na implementação da democracia, estes podem ter a forma de movimento de massas. Um exemplo perfeito deste tipo de movimentos é o

Poujadismo francês, cujo nome se deve a Pierre Poujade². Tratava-se de um movimento de revolta de umas dezenas de pequenos comerciantes e artífices de Saint-Céré, no Lot, Pays d'Occitanie, contra os agentes fiscais que lhe queriam inspeccionar os livros de contas.

No dia 21 de Julho de 1953, quando os funcionários do Registo Fiscal chegaram para fiscalizar os comerciantes locais, uma centena de comerciantes e profissionais impediram pela força os fiscais de efectuar o seu trabalho e expulsaram-nos da vila (J. N. Pinto 2017, 253). A UDCA – Union des Commerçants et des Artisans juntava os quase milhão e meio de pequenos comerciantes e os 750 mil artífices de França, ameaçados pelo “genocídio fiscal” e pelos grandes armazéns (J. N. Pinto 2017, 254).

O movimento dramatizava a situação, divulgando os suicídios dos comerciantes arruinados pelo controlo fiscal, pelas multas e por grandes armazéns. Por detrás da raiva e da resistência dos comerciantes estava um sentimento de exclusão, insegurança e medo. Os militantes da UDCA assumiam-se, nessa revolta, como representantes das classes médias, “coluna dorsal da Nação”.

O fenómeno de modernização contra o qual se insurgiram tratava do fecho de 40.000 lojas e estabelecimentos que fecharam para dar lugar a mais de 3600 filiais de grandes superfícies. A grande distribuição era uma “criação monstruosa” do sistema através do dumping, da manipulação dos preços junto aos fornecedores, estava a arruinar e a matar o pequeno comércio. Sobre esta base corporativa, económica, anti impostos, tão tradicionalmente ligada às rebeliões espontânea dos campos e das cidades da velha Europa, construía-se um movimento político, fenómeno popular e populista por excelência.

² Monárquico, doriotista, pétainista e acabara a guerra na Resistência combatente. Batia-se pelas causas que tinham marcado estes movimentos rebeldes, nacionalistas e populares: “nem de direita nem de esquerda”: contra as elites políticas, económicas e intelectuais; contra os Trusts e os tecnocratas de Paris; contra os marxistas e os internacionalistas de todas as cores, que queriam acabar com a classe média e com a França (J. N. Pinto 2017, 256)

Agora que se encontram mais evidentes as noções e contributos dos partidos e movimentos de massas para a construção da democracia, importa ter presente as características que a diferenciam do populismo.

Segundo Muller a democracia permite que as maiorias autorizem representantes cujas acções podem revelar-se ou não de acordo com o que uma maioria dos cidadãos esperava ou poderia desejar; o populismo pretende que nenhuma acção do governo seja questionada, porque “o povo” assim o quis. Uma assume a falibilidade dos juízos humanos mudando as maiorias, o outro imagina uma entidade homogénea exterior a todas as decisões cuja identidade e ideias possam ser inteiramente representadas. Uma assume, quanto muito, um povo de indivíduos, de modo que no fim só os números das eleições contam; o outro dá por adquirida uma “substância” mais ou menos misteriosa e o facto de que mesmo um grande número de indivíduos pode não exprimir apropriadamente essa substância. Uma presume que as decisões tomadas depois de seguidos os procedimentos democráticos não são “morais” de tal maneira que toda a oposição tenha de ser considerada imoral; o segundo postula que só uma decisão é apropriadamente moral, mesmo em circunstâncias de profundas divergências sobre moralidade (e políticas). O último aspecto que opõe a democracia ao populismo é que enquanto esta acha que o “povo” nunca pode aparecer de maneira não institucionalizada e aceita que uma maioria no parlamento não é o “povo” e não pode falar em nome do povo; o outro pressupõe exactamente o oposto (Muller, 2017, p. 89 e 90)

Como sabemos não é possível descrever um movimento populista sem ter em conta o paradigma político a partir de duas dimensões, a nacional de onde resulta o termo “movimentos nacionais-populistas” e a dimensão europeia e global. Os movimentos nacionais-populistas tendem a privilegiar o espaço do estado-nação em que se inserem, adoptando regra geral uma desconfiança face ao capitalismo global e da livre circulação no espaço Schengen.

A Europa e a cultura europeia são a “fronteira política” dos nacionais-populistas. Como é lógico rejeitam os vários movimentos globalistas, sendo talvez o mais conhecido de entre os existentes a Nova Ordem Mundial, uma organização alegadamente conspiratória que pretende a implementação de um governo mundial totalitário. O que os defensores desta teoria alegam é uma

transferência de poder dos estados soberanos para as “elites secretas com uma agenda globalista”. As elites são uma espécie de “cavalo-de-batalha” para os populistas e representam uma ameaça à sua forma de fazer política.

Donald Trump atacava muitas vezes o “pântano de Washington”, que engloba um “Estado secreto” – uma alegada rede de burocratas do Governo e interesses associados que conspiram nos bastidores para destruir as ações presidenciais e, por arrasto, a vontade do povo. Alguns dos seguidores de Trump associam-nos àquilo que encaram como uma ameaça mais vasta ao Ocidente causada por “marxistas culturais”, uma aliança amorfa que procura disseminar valores liberais de esquerda através da imprensa, universidades e outras instituições cívicas.

Ideias semelhantes vieram à baila na Grã-Bretanha. O aliado de Trump, Nigel Farage, satiriza aquilo que designa de “elites globais”, as quais, defende, para além de não terem dado ouvidos ao povo antes do referendo do Brexit, também procuraram derrubá-lo. Outros também piscam o olho à mesma tese do “Estado secreto”, defendendo que funcionários públicos do “poder instituído” de Westminster procuram amenizar, até mesmo reverter, o processo do Brexit, enquanto académicos e conselheiros estão alegadamente a transformar os alunos universitários em autómatos pró-Europa (Eatwell e Goddwin 2018, 60 e 61).

Mas então pode-se traçar uma relação entre os populismos e o iliberalismo. A resposta a essa pergunta faz sentido, se pensarmos no populismo a partir de uma perspectiva euro centrada e em casos concretos como na Rússia, na Hungria ou na Polónia, onde essas democracias iliberais têm lugar. Há um conjunto de democracias liberais que estão a perder os seus pilares democráticos, dando espaço ao surgimentos dos populismos e iliberalismos.

Há várias razões para que uma democracia se possa considerar iliberal, entre as quais se destacam a não existência de separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e as alterações da constituição para impor políticas de perpetuação de poder ou restringir liberdades, direitos e garantias, o desprezo pelas minorias ou por um grupo específico de minorias, a utilização de força desproporcional como elemento intimidatório das massas, o

condicionamento dos órgãos de comunicação social ou a aplicação de políticas migratórias restritivas.

Na Rússia, a classe dirigente implementou estratégias de perpetuação do poder, algumas delas por alterações da constituição que permitiram a rotatividade de cargos entre Vladimir Putin e Dmitri Medvedev. Durante um período de tempo Putin foi presidente enquanto Medvedev era Primeiro-Ministro e vice-versa.

A limitação do activismo, em áreas como a defesa ambiental ou os movimentos sociais foi outra das medidas, cujo objectivo era o endurecimento do poder. Há medida que o clima de tensão social vai aumentando, também o governo tem tomado medidas para controlar os manifestantes, através da detenção de centenas de pessoas incluindo aposentados e menores de idade³. Citando Alexander Solovyov, membro do Conselho Federal do movimento Rússia Aberta, “Temos um Governo autocrático que está a derrubar a pouco e pouco todas as instituições democráticas com a desculpa da segurança. Querem controlar tudo o que puder chegar a ter uma influência em qualquer esfera da vida e possa alimentar o tecido social de eleitores pensantes”

A perpetuação no poder de Putin não é o único factor que o torna um líder autoritário. O Presidente russo defensor dos valores cristãos tradicionais frente a um “Ocidente sem Deus nem moral” (na sua concepção), implementou uma lei de propaganda que proíbe a “promoção de relações não tradicionais”, fazendo desaparecer a propaganda LGBTIA+ de livros, filmes, peças de teatro e inclusive nas campanhas publicitárias destinadas ao grande público⁴. A norma – que 63% da população vê como positiva é percebida como um dos elementos centrais da mensagem nacionalista do presidente Putin e de sua aproximação da Igreja Ortodoxa como símbolo de identidade da “Grande Rússia”.

³ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/08/internacional/1549627639_447044.html?rel=mas

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/08/internacional/1549624874_256150.html

Na Hungria, Órban aproveitou o contexto de pandemia para conquistar o poder de governar por decreto por tempo indeterminado⁵ Esta estratégia implementada por Órban garante-lhe poderes plenipotenciários— a partir da entrada em vigor do decreto, contemplando a suspensão da aplicação de determinadas leis, o trabalho do Parlamento ou o calendário eleitoral do país. Para além disso, maioria do partido Fidesz aprovou também a condenação, com penas que podem ir até cinco anos de prisão para indivíduos acusados de “dificultar” a aplicação de medidas de contenção do vírus ou disseminar “informação falsa” e factos distorcidos”, susceptíveis de causar alarme ou instabilidade social.

Tal como na Rússia, também na Polónia assistimos a uma clara violação dos direitos das minorias mais concretamente no que diz respeito à comunidade LGBTQIA+, levando a própria União Europeia a condenar este país. Numa resolução por parte do Parlamento Europeu foi votada por ampla maioria uma resolução sobre os direitos humanos, onde os municípios criaram as chamadas “zonas livres de LGBT” na Polónia. O Partido Lei e Justiça (PiS) na Polónia teve um papel preponderante e simultaneamente controverso na decisão de criminalizar o aborto ⁶. A interrupção voluntária da gravidez só é válida em casos de incesto, violação ou se a vida da pessoa gestante estiver em risco. Ainda no que diz respeito a questões fracturantes, o executivo polaco tomou uma outra decisão polémica quando abandonou o tratado internacional de luta contra a violência doméstica e de género sobre as mulheres⁷. Para o ministro da justiça daquele país, Zbigniew Ziobro, o tratado visava “uma invenção e criação feminista cujo objetivo é justificar a ideologia gay”.

A essência do apelo populista é a alegação de um “monopólio moral de representação”. Partindo deste pressuposto todos os adversários dos líderes populistas são, por definição, não patrióticos (Mounk 2019, 204 e 205).

⁵ <https://www.publico.pt/2020/03/30/mundo/noticia/viktor-orban-poderes-reforcados-combate-novo-coronavirus-1910179>

⁶ <https://sddhaac.com/2020/11/08/lei-do-aborto-na-polonia/>

⁷ <https://observador.pt/2020/07/26/polonia-quer-abandonar-tratado-internacional-de-luta-contra-violencia-domestica-de-genero-e-sobre-mulheres/>

Outra conclusão que podemos tirar é a de que o nacionalismo de exclusão, que decorre desse “monopólio moral da representação” dos patriotas (na visão populista) não é compatível com os princípios da democracia liberal. O triunfo do nacionalismo de exclusão representa uma morte lenta da democracia liberal e multiétnica (Mounk 2019, 205).

3-Os académicos e as suas perspectivas teóricas sobre o populismo

Os conceitos acima explorados são fundamentais para conhecer as dimensões em que assenta o populismo, no entanto são insuficientes em si se não forem devidamente enquadrados nos autores e teorias que lhe servem de suporte.

Na concepção de Jan-Werner Muller o fenómeno do populismo é visto como “uma ameaça mas também como um correctivo para uma política que de certa maneira se tornou demasiadamente distante do “povo”. Para esta autora é difícil evitar a sensação de que a Europa Central está a viver 1989 ao contrário. Se esse ano ficou marcado por revoluções pacíficas em nome da democracia liberal, espalhando-se de um país comunista para outro, actualmente testemunhamos a emergência de uma nova Internacional Autoritária (Mounk 2019, 129).

Importa pois clarificar, o que constitui o povo? Como sabemos este conceito é complexo, uma vez que remonta a épocas históricas distantes e a contextos económicos e sociais particulares, que variam de lugar para lugar.

Há várias respostas possíveis para esta questão. Para Kaltweisser o termo “povo” tem vindo a ser definido como uma categoria mais estreita do que a população, às vezes porque é designado como um grupo de cidadãos privilegiados (por exemplo, apenas brancos ou apenas mulheres) e ainda – em contrapartida e confusamente – porque isso significa precisamente aqueles que foram excluídos da elite (por exemplo, as “pessoas comuns”)(J. F. Pinto 2017, 41).

Não dependendo do regime ou de um partido político em particular, o populismo, define-se como uma ideologia thin-centered ou autocentrada, que considera a sociedade como estando fundamentalmente separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, a “população pura” e a “elite corrupta”, na qual a política deve ser uma expressão da vontade popular do povo. (Muller 2017, 24; Canovan 1984, 323).

Para além do anti elitismo, outra característica relevante para compreender o comportamento dos que se declaram populistas, é o seu anti pluralismo (Muller 2017, 35), uma vez que apoiam a soberania popular e a regra da maioria, mas rejeitam o pluralismo e os direitos das minorias. Nas palavras de Muller, “A reivindicação nuclear populista também implica que quem quer que não apoie os partidos populistas poderá, para começar, não fazer propriamente parte de povo”(Muller 2017, 35).

Segundo a interpretação de Canovan, o termo “People” ou pessoas é frequentemente usado em política não para transmitir um significado definitivo ou expressar um ponto de vista específico, mas antes porque fornece uma linguagem convenientemente ambígua cujas posições políticas podem ser traduzidas pelos propagandistas que pretendem atrair um ou outro apoio (Canovan 1984, 322). Para os populistas as “pessoas” tornam-se um elemento fulcral para garantir a sua “subsistência”, mais do que instituições ou ideais (Canovan 1984, 326). Na argumentação de Cannovan encontram-se outros aspectos caracterizadores do populismo: a visão da nação como sendo uma única pessoa, pressupondo que todos os seus seguidores partilhem uma mesma visão (mais conformista do que pluralista, tradicional mais que moderna).

Esta autora identificou três formas de se referir às pessoas no discurso político (J. F. Pinto 2017, 43 e 44 in Cannovan 1999): as pessoas unidas com contraste às elites políticas que são acusadas de dividir as pessoas. Visão que concebe as pessoas como um corpo unido carente de cuidados, não tem em conta a heterogeneidade do todo e acaba por proceder a uma exclusão ao separar as elites políticas do povo.

Uma segunda forma em que o apelo às pessoas pode dirigir-se á visão que a política ultimamente deve ser restrita às nossas pessoas, por exemplo a

população do centro nevrálgico. Desta forma a exclusão já é assumida e recai sobre todos aqueles que não pertençam ao centro nevrálgico.

Em último lugar e não menos importante, encontra-se a terceira perspectiva. Esta caracteriza-se pelos apelos ao comum cidadão/á pessoa comum contra uma elite educada e privilegiada culturalmente. Há neste contexto uma fractura entre grupos pois o apelo regular pressupõe que os interesses e a visão das pessoas são anulados pelas elites e ridicularizados pelas elites culturais.

Para Canovan a descrição de populismo é como a sombra de uma democracia, abordando as duas faces da mesma – redenção e pragmatismo – uma que requer a outra - e coabitam as duas como gémeas siamesas. A autora reivindica que a mobilização populista aumenta o desnível entre estas, principalmente como uma forma de combater os excessos pragmáticos das democracias estabelecidas. Pela localização do populismo nesta desigualdade. A teórica inglesa gere o desenvolvimento da concepção de populismo que retém a relação de inferioridade com a democracia política. O populismo não é o “outro” da democracia, mas mais do que uma sombra que o segue continuamente (Arditi 2005, 81 e 82)

Para esta académica tanto a mobilização anti-sistema como os “novos movimentos sociais” podem ser considerados populistas. A diferença segundo Cannovan residia no facto do populismo não só desafia os titulares de poder estabelecidos mas também os valores da elite, enquanto o ânimo populista é direccionado não apenas para instituições políticas e económicas mas também para líderes de opinião na academia e nos media. O populismo na concepção da autora não se limitava ao elemento político mas abrangia também o económico, o cultural e o filosófico.

A compreensão do trabalho teórico da autora remete-nos para a distinção entre dois tipos de populismos – o populismo agrário e o populismo político. Posteriormente subdivide esses tipos de populismo em exemplos concretos, enquadrando-os em determinados períodos históricos e contextos sociais. A proposta da autora encontra-se resumida no quadro abaixo.

		Manifestações de Populismo	
Tipos de populismo			Exemplos
	Populismo Agrário	Radical Agrário Socialismo intelectual	Partido do povo (EUA) Movimento dos camponeses (revolta verde na Europa de Leste)
Populismo Político		Ditaduras populistas	Péron (Argentina)
		Democracias Populistas	Convocatórias populistas
		Populistas Reaccionários	George Wallace e seus seguidores
	Populismos dos Políticos	Construção geral de coligações não ideológicas que se beneficiam com a convocatórias unificadoras do “povo”	

Figura 1. Adaptado de (Laclau 2005, 18 apud J. F. Pinto 2017)

Outra perspectiva de populismo é apresentada por Paul Taggart, professor de política de Sussex. Na sua óptica, o populismo podia ser identificado como tendo certas características universais e que um “ideal tipo” tinha seis traços ou características universais (J. F. Pinto 2017, 77 e 78 in Paul Taggart 2003) :

- Hostilidade do populismo face às políticas representativas – o populismo pode apenas existir onde existirem instituições de política representativa pois embora o populismo fosse potencialmente omnipresente em termos culturais ou em termos de estilo político era apenas sob condições criadas pelas políticas representativas que se podiam tornar uma força política

- Os populismos tendem a identificar-se com o “centro nevrálgico” que representa uma concepção idealizada de comunidade que ele serve porque era a partir desse território da imaginação que os populistas construía as “pessoas” como o objecto das suas políticas

- “Falta de valores fundamentais” e que isso resulta da importância do centro nevrálgico. Ora a variedade de versões do centro nevrálgico explica o porquê o populismo é anexado a algumas posições ideológicas muito diferentes desde a esquerda á direita. Ou seja, uma posição que ligava o populismo a diferentes ideologias, mas não o identificava como uma ideologia.

- O populismo era uma reacção ao sentido de uma crise extrema e vinha como um acompanhamento á mudança, crise e desafio, sendo que a crise podia decorrer de um sentido de decadência moral mas isso sempre entra numa crítica da política e dentro de um sentido que “ política como sempre” não possa negociar com condições inusuais de crise.

- “Autolimitação da qualidade do populismo”, pois os populistas apenas se mobilizavam quando estes eram ultrapassados com o sentido de crise e isso explicava a razão pela qual se tornava muito difícil de suster os movimentos populistas de longo-termo

- os populistas tendiam a ser “altamente camaleónicos”, ou seja, o populismo era de facto substancialmente contextualmente-contingente e era invariavelmente sobrecarregado pelo seu contexto

Na maioria das leituras, o populismo foi percebido como uma ameaça para a democracia, um filho bastardo que pouco ou nada tem a ver com o filho pródigo da parábola bíblica, pois em vez de se penitenciar pelo erro, assumir a culpa e mendigar a inserção no sistema, está sempre à espera de oportunidade de se assenhorar da condução do processo com intenção de reverter o sistema no interesse próprio, escondido ou disfarçado atrás do interesse colectivo e respaldado por uma pretensa vontade popular (J. F. Pinto 2017, 24).

Nas sociedades modernas globais, o populismo levanta questões desconfortáveis acerca dos que se pretendem apropriar dos sítios vazios do poder, mas também acerca daqueles que gostariam de subordinar a política á razão tecnocrática e á ditadura do mercado.

Entre as questões desconfortáveis (embora Panizza não as invoque) podemos mencionar uma crítica às oligarquias políticas que impedem um debate verdadeiramente democrático e em relação às quais os populistas representam uma resistência e por outro lado ao facto de estas mesmas elites/oligarquias não oferecerem novas respostas para questões como a imigração e os refugiados (exploradas pelos populistas de direita), ou os problemas de austeridade (razões de crítica por populistas de esquerda)(Severiano Teixeira 2018, 81).

Por levantar difíceis questões acerca das modernas formas de democracia e frequentemente representarem uma face perigosa das pessoas, o populismo não é nem a maior forma de democracia nem o seu inimigo, mas um espelho no qual a democracia se pode observar a si própria (Panizza 2005, 29).

Segundo Panizza, o apoio popular de um populista não se mede pelas sondagens, mas por ser capaz de interpretar a vontade do povo e encarnar a vontade popular. Refere o exemplo de Maduro que utiliza estratégias populistas de identificação ao atribuir todos os problemas que ocorrem na Venezuela a uma conspiração dos EUA, das hierarquias, reproduzindo a divisão na sociedade, dizendo que os antichavistas são os inimigos do povo⁸.

Este teórico uruguaio refere-se a dois tipos de populismos: por um lado aqueles que usam as eleições como forma de legitimação, o caso de Chávez na Venezuela, embora a encarnação do povo não se tenha que dar por práticas eleitoras plebiscitárias, no caso dos populismos autoritários.

⁸ <https://www.dn.pt/mundo/maduro-usa-estrategias-populistas-mas-nao-e-populista-quem-quer-8615866.html>

Para Panizza há uma grande maleabilidade entre os vários tipos de populismos, sendo que estes surgem como resultado de uma crise de legitimidade nas instituições políticas ou na ordem política existente

Francisco Panizza refere duas formas de derrotar o populismo. A primeira prende-se com a absorção de posições populistas por parte de outros partidos, como ocorreu no caso holandês, em que Mark Rutte venceu as eleições e passou a adoptar posições sobre a imigração do populista Mark Rutte. A segunda forma está relacionada com um combate de valores de contraste entre o que é a política de [Marine] Le Pen e a de Macron, pró-europeia, liberal. Este teórico sul-americano termina a sua intervenção, sugerindo que a forma de derrotar o populismo seja levar seriamente em conta o que as pessoas estão a sentir, o que estão a pedir, mas não lhes dar necessariamente as respostas que o populismo dá, articular respostas diferentes para problemas reais.

Partindo do pressuposto de que o surgimento do populismo é o resultado da falta de respostas reais aos problemas das pessoas e simultaneamente um refúgio para aqueles que se encontram em situações económicas, que razões levam a que tal aconteça?

O cientista político Cas Mudde, invoca algumas razões que estão na origem do surgimento dos populismos:

- Uma parte significativa da população acha que os assuntos importantes não são abordados (adequadamente) pelas elites políticas e que estas estão a ser cada vez mais vistas como sendo “todas iguais”;

- Cada vez mais as pessoas encaram as elites políticas nacionais como sendo impotentes. Esta situação deve-se essencialmente ao facto de que nas últimas décadas, as elites políticas se terem envolvido numa das mais incríveis transferências de poder do palco nacional para o supranacional (ex: UE e FMI) e o extrapolítico (ex: bancos centrais e tribunais)

- Numa terceira ordem de aspectos, num mundo dominado por independentes, media privados e uma internet incontrolável, todas as histórias e vozes encontram eco sendo as mesmas bastante atraentes para uns media dominados pela lógica económica. Por último o sucesso dos partidos

populistas está também relacionado com o facto de os actores populistas se terem tornado mais “atraentes” para os votantes (e os media).

Este cientista social holandês assinala que no debate público actual o populismo é visto como uma ameaça á democracia, sendo designado como uma “desordem/distúrbio democrático”, uma “patologia da democracia” ou um “estilo paranóide de políticas”. Na opinião deste reconhecido autor a minoria vê o populismo como democrático e alguns mesmo como uma forma de democracia. Uma questão que frequentemente se coloca é que se possa considerar o populismo como uma fragilidade da democracia liberal, isto é, a inerente tensão entre a regra da maioria e os direitos das minorias (Mudde 2013, 3).

Após analisar os factores que atraem as pessoas a juntarem-se aos partidos populistas, passo a descrever os elementos imprescindíveis á caracterização de qualquer movimento/partido populista, sugeridos por Cas Mudde e Rovira Kaltwasser

Em primeiro lugar os autores identificaram o populismo como um tipo particular de movimento. A este propósito Lipset dá o exemplo de Perón na Argentina e de Vargas no Brasil e considera as suas lideranças e procedimento como um fenómeno idêntico ao aumento do fascismo na Europa, uma vez que ambos os casos contribuíram para a formação de movimentos extremistas em massa (Mudde e Rovira Kaltwasser 2012, 5). Há contudo uma diferença entre os populismos na América Latina e o fascismo na Europa: enquanto o primeiro depende das classes populares, o último encontrava-se nas classes médias.

Para alguns autores como Collier, Coniff, Drake ou Oxhorn a principal característica do populismo é não só a presença de um líder forte mas também, e principalmente, a formação de um movimento apelativo a grupos sociais heterogéneos (Mudde e Rovira Kaltwasser 2012, 5 e 6).

Numa segunda ordem de razões os autores apresentam o populismo como um estilo político caracterizado pela promoção de um tipo particular de ligação entre líderes políticos e eleitores. Este estilo privilegia uma ligação estruturada à volta de um apelo informal e oportunístico ao povo no sentido de ganhar ou exercer poder político.

De acordo com esta abordagem, o populismo designa uma dimensão da acção política ou discurso, e conseqüentemente, é compatível com todas as formas de liderança, movimento e partidos (Taguieff 1995 apud Mudde e Rovira Kaltwasser 2012) Os governos sociais-democratas como os de Tony Blair no Reino Unido e Gerhard Schroder na Alemanha (Mair, 2006) são vistos como exemplos principais de estilo populista de políticas, desde que em ambos os casos os líderes políticos se regulem não apenas nos inquiridos e assessores, mas também contra (mais do que com)os seus partidos políticos no sentido de promover reformas que fossem alegadamente relevantes para as pessoas

O principal problema desta abordagem liga-se com a sua propensão para se associar a fenómenos como a demagogia ou oportunismo como populismo, então que o último é definido como uma forma que quase todos os actores políticos, particularmente em períodos de campanha, podem ser rotulados como populistas (Mudde e Rovira Kaltwasser 2012, 6).

A terceira e última abordagem é a discursiva, cujo principal expoente é Ernesto Laclau (Laclau 1997, 2005a), 2005 b) apud Mudde e Rovira Kaltwasser 2012) : criticando o determinismo económico presente em muitas interpretações de Marx, ele desenvolveu uma teoria pela qual o último é entendido como uma lógica política particular, não como resultado de alianças particulares de classe.

Na concepção de Laclau a lógica política é caracterizada pela confrontação de hegemonia existente pelo meio de uma construção discursiva capaz de dividir o social em dois campos, “o bloco de poder” vs “o povo”. Este discurso não emerge por acidente, mas é mais do que um produto de um processo de três passos envolvidos em políticas radicais: primeiro a ligação entre exigências muito diferentes, depois a formação de uma identidade colectiva através do reconhecimento de um inimigo (ex: o establishment), e finalmente o investimento afectivo num elemento (ex: o líder) que representam as “pessoas” (Kleis Nielsen 2006, 89 apud Mudde e Rovira Kaltwasser 2012)

Embora a teoria do populismo de Laclau seja interessante, tem sérios problemas quando se trata de analisar o populismo em termos mais concretos (Mudde e Rovira Kaltwasser 2012, 6) A teoria do populismo de Laclau é extremamente vaga e maleável e isso perde muito da sua utilidade analítica (Mouzelis 1978 Mudde e Rovira Kaltwasser 2012).

Na completa articulação teórica de Laclau só teremos populismo se houver uma série de práticas político-discursivas que construam um sujeito popular, sendo que a pré-condição da emergência de tal sujeito é a construção de uma fronteira lógica interna que divide o social em dois campos, sendo que a lógica de divisão é ditada pela criação de uma cadeia de equivalência entre uma série de exigências nas quais o momento equivalente prevalece sobre a natureza diferencial das exigências. Em último lugar, a cadeia não pode ser o resultado de uma coincidência fortuita pura, mas deve ser consolidada através da emergência de um elemento que dê coerência á cadeia significando-a como uma totalidade.

Na visão de Ernesto Laclau, a ruptura populista concretiza-se sempre que ocorra uma dicotomização do espaço social através de uma fronteira interna e a construção de uma cadeia equivalente entre exigências não cumpridas, em que os actores se vêem a si mesmos como intervenientes de um ou de outro dos campos enfrentados (Laclau 2006, 38; 2005, 57).

Há para este teórico sul-americano uma condição presente em todos os casos que se denominam como populistas – uma dimensão de ruptura com o estado de coisas actual, que pode ser mais ou menos profunda, segundo as conjunturas específicas. Laclau destaca os seguintes factores: a equivalência entre as exigências não satisfeitas, a cristalização de todas elas em torno de símbolos comuns e a emergência de um líder cuja palavra encarna este processo de identificação popular.

Para Laclau tem existido uma alteração da tendência até então presente nas sociedades latino-americanas – a substituição da canalização puramente individual das exigências sociais por parte das instituições por um processo de mobilização e politização crescente da sociedade civil. O autor considera existir um desafio no que concerne ao futuro das sociedades democráticas: a criação de estados viáveis, que só podem sê-los se o movimento vertical e o elemento

horizontal da política atingirem um certo ponto de integração e equilíbrio (Laclau 2006, 59).

Numa mesma linha de raciocínio e numa aposta teórico-política preocupada em repensar o campo político da esquerda que entra em decadência a partir dos anos 1980, encontra-se Chantal Mouffe. Esta filósofa marxista apresenta a ideia e o projecto de uma “democracia radical e popular”, na qual defende a teoria de que a política e a democracia são indissociáveis do conflito não podendo o mesmo ser eliminado por nenhum “processo racional de negociação”.

O pluralismo de valores impossibilita que os desacordos sejam envolvidos por meio de discussões racionais. Mouffe parte então do seguinte pressuposto: se os adversários não compartilham das mesmas identidades políticas, logicamente não se conformam à posição de neutralidade exigida para o estabelecimento do consenso racional.

É claro esta cientista política belga, considera que aceitar a visão do adversário implica uma mudança radical de identidade, ou seja, uma conversão à identidade do outro. Desta forma, esta teórica conclui que os acordos nem sempre são ou quase nunca implicam a redução dos antagonismos, os quais persistem enquanto houver pluralismo identitário, logo é descabida a procura de uma solução final racional (Mouffe 2005, p. 16 apud F. P. Santos 2017, 20)

A sua visão do conflito político não assume tanto a forma dum «antagonismo» entre inimigos, mas antes a forma dum «agonismo» entre adversários (pluralismo agonístico) decorrentes do pluralismo de ideias e valores que coabitam numa sociedade heterogénea (Mouffe, 1994 apud F. P. Santos 2017, 12) Neste contexto, as práticas democráticas têm como objecto relações de poder, que acabam definindo a identidade dos sujeitos sociais e os valores dominantes em uma sociedade

Para a autora essa dimensão de consenso não é possível pois a dimensão política da sociedade está intrinsecamente relacionada com o “poder”, que pressupõe uma linguagem de dominação, violência e coerção. Daí que a dimensão “antagónica” se constitua como aspecto central da vida política. E como propõe Mouffe ultrapassar esta dimensão conflitual?

A autora apresenta a teoria de radicalização da democracia, distanciando-se das atitudes de centro-esquerda e das chamadas políticas de terceira via (conciliação da esquerda com o capitalismo). A dimensão do “antagonismo” desempenha um conceito fundamental na abordagem do conceito de “hegemonia”. Seguindo o raciocínio da autora toda a forma de consenso é resultante de uma articulação hegemónica. O conflito e a divisão são necessários mesmo à formação de uma política democrática e plural (Laclau e Mouffe, 2004, p.18 apud Alves 2010, 91).

Mouffe critica as teorias tradicionais de democracia por oferecerem uma imagem negativa do conflito de interesses presente na sociedade e por privilegiarem a racionalidade dos sujeitos, deixando de lado elementos centrais tais como as paixões e os afetos (Mouffe, 2000, p.95 apud Pinzani 2013, 163). Opõe-se aos comunitaristas pelo facto de não enfatizar os traços comuns, antes as diferenças, embora partilhe com estes a crítica à visão individualista liberal. A sua crítica principal ao modelo deliberativo é o facto de este negligenciar a dimensão do poder ao postular a possibilidade de se chegar livremente a um consenso racional

Esta filósofa marxista rejeita a atitude de centro esquerda de se deixar cair nas “garras” do capitalismo e por isso é que rejeita a ideia de um consenso ao centro, isto é, independentemente de quem ganhe as eleições (centro-esquerda ou centro-direita), as políticas implementadas não mudam substancialmente. A este consenso ao centro, Mouffe chama de pós-política, que é uma das razões da pós-democracia.

Na concepção desta autora, os movimentos populistas são formas de resistência contra a pós-democracia, uma busca por alternativas ao sistema actual. Mas há diferentes formas de populismo, ele não tem um conteúdo específico, não é uma ideologia, não é um regime. Neste sentido, embora esta proposta de análise do fenómeno populista dê resposta a grande parte dos anseios dos movimentos de protesto (esquerda), não responde aos anseios dos movimentos populistas de extrema-direita.

A visão radical de democracia, assim como Laclau e Mouffe a defendem, assenta num discurso tecnocrático que privilegia uma actividade científica de administração e de gestão da vida social e económica de uma dada sociedade em detrimento de um discurso tecnocrático (Pinzani 2013, 164 e 165).

Do neoconservadorismo da década de 70 ao populismo na actualidade

Ignazi defendeu que a súbita ascensão depois da década de 70 do neoconservadorismo ajudara a abrir caminho para o nacional-populismo ao legitimar o foco da direita na esfera das identidades e tradições da comunidade que, anteriormente, havia sido bastante ignorada, e até mesmo definitivamente descartada do debate (Eatwell e Goddwin 2018, 206). Cada vez mais faziam-se ouvir exigências de lei e ordem rigorosas, controlo da imigração e substanciação dos valores tradicionais.

Trump e o Brexit constituem um bom exemplo da tese defendida por Ignazi uma vez que seduziram um amplo e aleatório misto de conservadores de classe média e operários que, juntos, rejeitaram o conselho de elites globais representadas por David Cameron, com formação em escolas privadas e em Oxford, e por Barack Obama, que frequentara duas universidades da Ivy League (Eatwell e Goddwin 2018, 16).

O conservadorismo e a resistência á mudança, encontram no liberalismo económico e social uma ameaça aos seus usos e costumes. Os conservadores têm receio de perder o seu status, o seu emprego ou as suas condições de vida, em detrimento de população imigrantes que pretendem melhorar as suas condições de vida.

Os populistas, maioritariamente conservadores e defensores do estado-nação enquanto elemento-central de organização das sociedades politicamente organizadas, conseguiram “viram o jogo da democracia” a seu favor, isto é, aproveitaram-se das regras pelas quais as democracias liberais se regem para subir ao poder no caso de alguns países ou para reforçarem a sua representação parlamentar noutros casos.

Um dos maiores erros cometidos foi porventura, não nos termos apercebido que por detrás da proposta política que o populista apresenta há uma série de sentimentos que foram explorados a seu favor. Aquilo que encontramos nas formas contemporâneas de populismo é um tipo de sentimentalidade que vem preencher o vazio de uma política sem paixão nem entusiasmo, e não conseguiremos evitar a instrumentalização sentimental enquanto não formos capazes de conceder às emoções um lugar digno nos processos políticos das sociedades democráticas (Innerarity 2016, 138).

Mas porque é que a questão emocional assume relevância política? Qual o papel da globalização nas transformações que ocorrem a nível macro?

Como é que a conjuntura económica, despoleta sentimentos facilmente manipuláveis pelo populismo?

Pelo que já percebemos, os sentimentos, emoções, paixões e desejos fazem parte de um vasto imaginário populista. O populismo reveste-se de “promessas messiânicas”. Os projectos políticos, muitas vezes vazios de conteúdo substantivo, trazem consigo a crença de mudança e de ruptura com o sistema instituído. As pessoas, dadas as suas necessidades e angústias tendem a privilegiar soluções instantâneas para os seus problemas (pobreza, desemprego, precariedade laboral, noção da política como um conluio de interesses que não responde às exigências cidadãos).

Os espaços sociais, disformes e difusos, cada vez menos governáveis pelos Estados, unificados pelos meios de comunicação e atravessados por um processo de globalização são muito vulneráveis às convocatórias de cariz sentimental (Innerarity 2016, 143). Mas estes espaços abertos também representam uma certa desprotecção, insegurança e vulnerabilidade para aqueles que se encontram em situações de carência económica e social.

Abandonados pelos responsáveis políticos, encontram nos projectos populistas uma oportunidade de ascensão social. O medo e as inseguranças sentidas encontram-se mais relacionadas com a desprotecção na esquerda e perda de identidade à direita. A escolha política por parte de quem tem alguma responsabilidade (eleitores e eleitos) é constantemente reduzida a duas circunstâncias: racionalidade e populismo (Innerarity 2016, 243).

Num momento em que as identificações são mais frágeis, a indignação parece ser o aglutinador social mais poderoso. E a política converte-se em vitimologia: a arte de dramatizar de maneira convincente e utilizar em benefício próprio a força emocional gerada pelas vítimas de injustiças (Innerarity 2016, 145). A política tem para Innerarity duas funções essenciais: civilizar o emocional e impedir a instrumentalização das paixões; transforma o sentir em actuar e atribui responsabilidades onde elas estavam ausentes ou onde não havia mais que imputações genéricas (Innerarity 2016, 147)

Se observarmos atentamente verificamos que o populismo precisa essencialmente de duas condições para ser activado: uma procura social por um lado e uma oferta política e de oportunidades por outro lado. O sucesso dessa activação aumenta quando uma sociedade está a passar por situações de crise reais (economia, escândalos políticos) ou imaginadas (“ondas de crime”, “invasões de refugiados”)⁹.

Por outro lado ignoram ou ocultam a importância da política como algo passível de ser melhorado; espalham a desconfiança em relação aos políticos como se fosse possível que a sua actividade passasse a ser desempenhada por quem não é político ou por aqueles que actuam como se não o fossem.

Os populistas têm como um dos seus objectivos prioritários a aspiração de suprimir a mediação que a representação política supõe: consultas sem deliberação, limites constitucionais irrevogáveis, imposição sem reconhecimento, mandatos imperativos. Todos estes objectivos têm como finalidade a superação da democracia representativa (Innerarity 2016, 40).

Este teórico social aponta essencialmente três falácias que os populistas tendem a cometer frequentemente.

A primeira prende-se com a representação política. Os populistas consideram-se legítimos representantes do povo e que todos aqueles que ousarem colocar isso em causa, serão necessariamente traidores. Em boa verdade, colocar em causa os governos e oposições é uma regra fundamental do escrutínio democrático. Pelo que depreendo das palavras do autor, o líder

⁹ <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2019/06/03/populismo-em-portugal-um-gigante-adormecido/>

populista é um líder tirano (só a sua verdade conta e só existe uma razão, que por conseguinte é a única passível de ser entendida).

A segunda falácia reside numa contradição evidente entre a forma como os populistas utilizam a democracia para proveito próprio ainda que pouco a pouco se vão desfazendo de alguns elementos constituintes da mesma, sempre que chegam ao poder. O autor expressa bem essa ideia quando refere que a democracia não consiste apenas em sermos livres para exercer o voto e escolher o governo que nos representa, mas também sermos livres para o derrubar por via eleitoral. Os populistas estão satisfeitos com a primeira parte da democracia, mas não com a segunda.

A terceira e última falácia consiste no facto de as pessoas serem tentadas pelo discurso populista e conceberem-no como algo inquestionável, verdadeiro e representante dos reais interesses dos seus povos. A revolta com os “políticos do sistema” é geralmente captada por estes porque sentem que contrariamente aos mesmos são capazes de cumprir com as suas promessas e desígnios eleitorais. A ideia de que os políticos falam em vez de fazer é fortemente acolhida por todos, principalmente por muitos daqueles que se sentiam excluídos do sistema político (Innerarity 2016, 127 e 128). Vêem nos partidos populistas uma nova oportunidade para que a sua voz seja ouvida. No entanto aquilo que a realidade nos revela, conclui Mounk, é que os populistas não só não estão a devolver o poder às pessoas como ainda se apoderam deste (Mounk 2019, 36).

Outra preocupação comum entre os críticos é que o populismo está associado a uma crença em teorias da conspiração relacionadas com forças obscuras que, alegadamente, estão em curso na sociedade, organizações misteriosas que agem em conluio á porta fechada para prejudicar “o povo” e despojar a nação.

Donald Trump ataca muitas vezes o “pântano de Washington”, que engloba um “Estado secreto” – uma alegada rede de burocratas do Governo e interesses associados que conspiram nos bastidores para destruir as acções presidenciais e, por arrasto, a vontade do povo (Eatwell e Goddwin 2018, 60). Ideias semelhantes vieram à baila na Grã-Bretanha. O aliado de Trump, Nigel Farage, satiriza aquilo que designa de “elites globais”, as quais, defende, para

além de não terem dado ouvidos ao povo antes do referendo do Brexit, também procuraram derrubá-lo (Eatwell e Goddwin 2018, 60 e 61).

A ênfase na teoria da conspiração não é novidade. Já na década de 60 Richard Hofstadter escreveu sobre o “estilo paranóico” do populismo, realçando traços que considerava serem característicos de todos os movimentos populistas. “O paranóico porta-voz”, escreveu Hofstadter, “vê o destino da conspiração em termos apocalípticos – especula o nascimento e a morte de mundos inteiros, ordens políticas absolutas, sistemas completos e valores humanos. Como milenaristas religiosos, exprime a inquietude daqueles que estão a viver os seus últimos dias e, por vezes, mostra-se inclinado a marcar a data do apocalipse.

Capítulo II - Democracias ou “Democraduras”: Que alterações?

Diagnóstico da situação de ao longo dos últimos anos

Se no capítulo anterior se procedeu a uma discussão sobre a concepção de autores e teorias sobre o conceito de populismo e se elaborou um roteiro desde os populismos do final dos anos 70 até à actualidade, o presente capítulo procura entender o que é que ocorreu nos últimos anos, ao nível das instituições e da política, para que o populismo se viesse a desenvolver.

Em primeiro lugar temos vindo a assistir a uma degradação significativa da qualidade das democracias representativas ao longo dos últimos anos tanto a nível nacional como europeu. Há um quarto de século, a maior parte dos cidadãos tinha orgulho em viver numa democracia liberal e rejeitava com vigor alternativas autoritárias ao seu sistema de governo; agora, muitos estão a tornar-se mais hostis á democracia (Mounk 2019, 11).

Uma fatia crescente de cidadãos ou tem opiniões negativas sobre a democracia ou não pensa que ela seja especialmente importante (Mounk 2019, 125). Uma fatia de cidadãos mais pequena, mas a crescer ainda mais depressa, está aberta a alternativas autoritárias simples, como um homem-forte ou uma ditadura militar. Mounk acredita precisamente que a democracia se

encontra em vias de “desconsolidação”, ainda que seja difícil conhecer quais serão as consequências do processo (processo temporário ou permanente).

O compromisso popular para com a democracia liberal pode ser bastante mais superficial e frágil do que tendem a pensar os seus defensores mais idealistas. E isso explica em parte os seus problemas actuais. As democracias liberais entraram numa “crise de desempenho” porque cada vez menos se revelaram capazes de fornecer mais garantias os seus cidadãos. Os movimentos populistas vão usar este factor a seu favor para dismantelar elementos-chave do sistema (Mounk 2019, 132)

Nas democracias estabelecidas, como a França, a Alemanha e os EUA, mesmo antes da Grande Recessão, menos de quatro em cada dez pessoas demonstravam confiança nas respectivas legislaturas. Esta tendência também se verificou em novas democracias do Leste da Europa, onde, em países como a Bulgária e a Hungria, o “período de lua de mel” que se seguiu à transição para a democracia não tardou a esmorecer (Eatwell e Goddwin 2018, 119 e 120).

Muitas pessoas sentem-se frustradas com a forma como as suas democracias estão a funcionar, mas a maioria permanece fiel ao sistema democrático, como é o caso dos jovens. Em 2017, o Pew Research Center descobriu que por todos os EUA e na Europa uma média de apenas uma em cada dez pessoas rejeitava a democracia representativa: de 7 por cento na Suécia a 22 por cento em Espanha (Eatwell e Goddwin 2018, 115).

Globally, many are dissatisfied with the way democracy works and frustrated with elected officials but still value voting

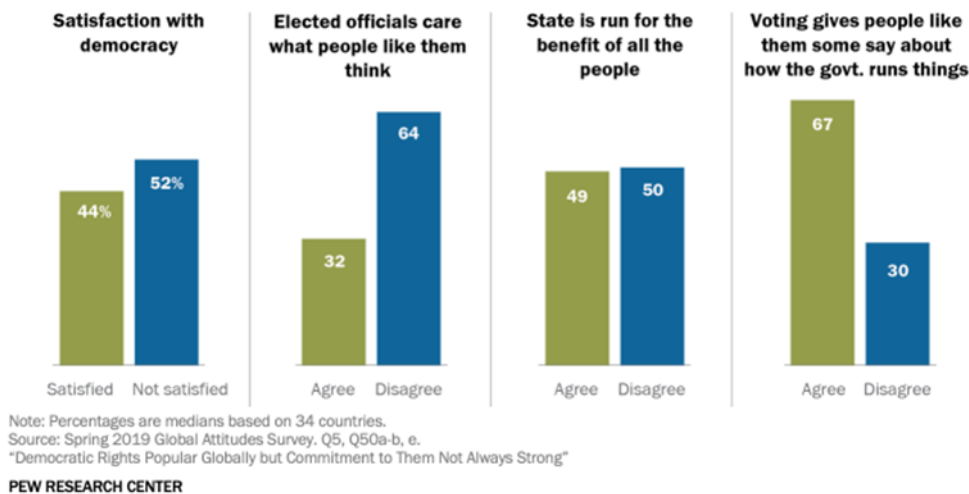


Figura 2. Globalmente, muitos estão insatisfeitos com a forma na qual a democracia funciona e frustrados com os seus representantes oficiais mas continuam no entanto a valorizar o voto

Dos quatro países mencionados, o Reino Unido (onde o monarca é uma figura simbólica) apresenta uma monarquia constitucional parlamentar, enquanto os restantes três (Dinamarca, Suécia e Bélgica) apresentam monarquias constitucionais, onde o monarca exerce a autoridade de acordo com uma constituição escrita ou não escrita e o poder legislativo é exercido por um parlamento, geralmente eleito pelos cidadãos.

Por aqui verificamos que nas monarquias, seja qual for o poder que for conferido ao rei; sejam estas de carácter parlamentar ou constitucional, há a noção da figura do rei como alguém respeitável, soberano e agregador da vontade colectiva do povo. E, provavelmente menos susceptíveis se encontrarem ligados a problemas como a corrupção e favorecimento de lógicas clientelares, lóbis económico-financeiras ou a falta de transparência das instituições.

Dos países representados, Portugal é aquele que apresentava o maior apoio á democracia em 1999 (ao nível da Áustria e da Holanda) e simultaneamente onde se verificou a maior quebra de confiança em relação a

esta (valores ao nível de países como a França, Itália e Inglaterra). No entanto, ao longo da última década este fenómeno tem vindo a alterar-se. Se em 1999, 79% dos portugueses se afirmavam satisfeitos com a democracia, esse valor baixa para os 39% em 2008 (Pinto, De Sousa, e Magalhães 2013, 162).

A insatisfação em relação á forma como a democracia funciona e a frustração com os seus representantes são dois aspectos em que as pessoas ainda demonstram desconfiança. Por outro lado parecem mais seguras quanto á forma como o estado contribui para o seu próprio benefício ou sobre a forma como o voto contribui para que os eleitores se possam expressar sobre o governo ou sobre outros aspectos da vida em sociedade.

Não são necessariamente os indivíduos mais pobres da sociedade que se viram contra o sistema político. Nem são necessariamente as pessoas que tenham sentido pessoalmente a calamidade económica. São antes os grupos que têm mais a recear: os que ainda vivem com conforto material, mas receiam profundamente que o futuro não os trate bem (Mounk 2019, 162).

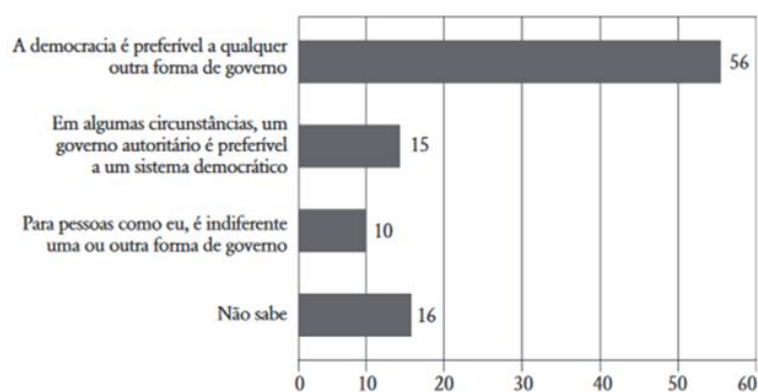
Há três variáveis que segundo Mounk têm contribuído para o fenómeno dos populismos: a estagnação da economia e a perda do poder de compra das pessoas, que consequentemente acarretou uma maior desigualdade de rendimentos; a intensificação dos movimentos migratórios e os conflitos que geram entre os nacionais desses países e num terceiro ponto o facto de as redes sociais terem contribuído para uma série de partidos e líderes populistas, que não teriam outra forma de participação

Insatisfação com a democracia liberal e os seus paradoxos

Há uma insatisfação com a forma como a democracia funciona em muitos países. De acordo com um inquérito sobre atitudes globais de 2019, designado “Direitos Fundamentais globalmente populares mas em que o compromisso com estes nem sempre é forte”, baseado nas médias de 34 países sob a forma de percentagens, verificou-se que há uma média de 52% de insatisfação pela forma como a democracia funciona, enquanto 44% se encontra satisfeita. Gregos, Búlgaros e Nigerianos registam os níveis mais altos de insatisfação.

Para a degradação das democracias, contribuíram outros factores, entre os quais se destacam: a subida da abstenção eleitoral, o declínio da filiação, da identificação e mobilização partidárias, uma maior volatilidade dos eleitores e resultados eleitorais que espelham elevados níveis de cepticismo e desconfiança face às elites políticas (Pinto, De Sousa, e Magalhães 2013, 80 in v., entre muitos outros, Pitkin 2003 e Dalton 2004). Os parlamentos estão manietados na sua capacidade para aplicar a vontade do povo, por causa do poder crescente dos burocratas do enorme papel desempenhado pelos bancos centrais, do aumento do controlo judicial e da importância maior das organizações e tratados internacionais (Mounk 2019, 80).

Figura 6.4 – Preferência da democracia como forma de governo em Portugal



Nota: Percentagens de pessoas.
Fonte: BQD, Julho de 2011.

Figura 3. A democracia como forma de governo em Portugal

A ideia da política como algo representativo dos cidadãos é algo que se tem vindo a desvanecer com o passar dos anos. A política perdeu a centralidade que tinha anteriormente tanto como uma actividade responsável pela organização da sociedade como pela resposta às necessidades das mesmas (salvaguarda dos direitos constitucionais, liberdades civis, garantia de justiça social e salarial, promoção do acesso á saúde, educação e segurança social, garantia da soberania e defesa da nação, entre outras).

Como consequência o grau de comprometimento com a democracia diminuiu e os cidadãos encontram-se mais abertos a alternativas autoritárias. O gráfico anterior, relativamente á Qualidade de Democracia em Portugal, evidencia precisamente esse aspecto. Há 15% dos respondentes que nalgumas circunstâncias prefeririam um governo autoritário a um sistema democrático.

Este resultado, que não desafia necessariamente a viabilidade da democracia enquanto forma de governo em Portugal, parece estar directamente relacionado com o nível de insatisfação dos cidadãos com o desempenho do regime actual e, como consequência, com um desencanto com a democracia como sistema político (A. C. Pinto, De Sousa, e Magalhães 2013, 159 e 160). Os partidos que anteriormente foram mediadores entre uma sociedade pluralista e um sistema político que tinha de produzir decisões autorizadas que não agradariam a toda a gente, têm vindo a perder importância e a democracia de partidos a desaparecer (Muller, 2017, p. 90)

Em várias democracias, os eleitores nacionais-populistas na realidade apoiam mais a democracia representativa do que a população em geral. Na Grã-Bretanha, Polónia, Itália, Países Baixos, Hungria e Alemanha, oito ou quase nove em cada dez destes eleitores consideram que a democracia representativa é uma boa maneira de governar os respectivos países (Eatwell e Goddwin 2018, 119).

A paisagem política tingiu-se ultimamente de tons de sentimentos negativos: desconfiança, indignação, medo, insegurança, desespero. Innerarity considera que vivemos numa época de desilusão democrática: a democracia não é o que tínhamos imaginado; a participação é escassa; a nossa opinião não é suficientemente tida em conta ou que somos sempre governados por outros (Innerarity 2016, 167).

Por outro lado assistimos a uma polarização política em torno dos tecnocratas e dos populistas. Os primeiros serviram-se da complexidade das decisões políticas, ao passo que os segundos costumam desconhecer que a política é uma actividade que se leva a cabo no meio de uma grande quantidade de condicionantes; nas palavras de Innerarity: uns parecem recomendar que limitemos ao máximo as nossas expectativas e outros fazem-nos acreditar que as façamos levantar voo sem qualquer limitação (Innerarity 2016, 182).

Este conceituado pensador espanhol leva-nos a reflectir sobre duas das fontes da hostilidade cidadã em relação aos nossos representantes: a corrupção e o desacordo. A corrupção é sempre intolerável mas também deveríamos ser mais sinceros e reconhecer que boa parte do nosso mal-estar com a política corresponde a uma nostalgia insensata pelo conforto em que se vive onde não se sabe das coisas más e os desacordos são reprimidos (Innerarity 2016, 163 e 164). A outra fonte de decepção democrática resulta da nossa incompetência prática quando se trata de resolver os problemas e tomar as melhores decisões.

Innerarity formula três teses sobre o sentido da política, cruciais para este tipo de reflexões: a política não está à altura do que podemos esperar dela, que é inevitavelmente desastrosa e que não devemos alimentar ilusões a esse respeito (Innerarity 2016, 166).

Será que o modelo de democracia liberal reúne condições para dar resposta aos principais anseios dos cidadãos? Será a democracia ocidental europeia se encontra numa crise de identidade? Quais os maiores inimigos da democracia liberal? Como deve o sistema democrático agir perante forças anti-sistema? Como podem os cidadãos recuperar a confiança nos políticos?

Haverá uma estreita ligação entre a política migratória de “portas abertas” e o crescimento dos nacionais-populismos?

A democracia é uma forma bem-sucedida de governo, apesar de representantes e representados, não se constituírem propriamente como exemplos de competência ou de inteligência. Innerarity atribui aos representantes incompetência e aos representados ignorância (Innerarity 2016, 172). Por outro lado houve equilíbrios que a democracia ainda não conseguiu estabelecer: aquilo que os políticos prometem, aquilo que o público exige e aquilo que o poder político é capaz de proporcionar (Innerarity 2016, 181).

A democracia é também um sistema de escolhas: escolher entre expulsar um governo ou mantê-lo no poder; escolher entre votar e não votar, mudar ou manter o curso dos acontecimentos. Talvez por isso, Churchill tenha afirmado que a democracia era a pior forma de governo à excepção de todas as outras.

Quando se trata de proteger a democracia dos cidadãos, de protegê-la contra a imaturidade, a debilidade, a incerteza e a impaciência dos cidadãos, não há outro sistema melhor que a democracia indirecta e representativa (Innerarity 2016, 246).

As democracias liberais, como o próprio nome indica, reconhecem o cidadão enquanto alguém com capacidade de empreender, inovar e prosseguir os objectivos a que se propõe. Tem ainda como outras características o apoio á soberania popular, a preservação das suas instituições assim como um Estado de Direito responsável pelo cumprimento das leis (Eatwell e Goddwin 2018, 96 e 97).

No mercado das ideias várias pessoas com exigências contrárias apresentam as suas perspectivas, fazem compromissos e chegam a consensos. Como tal, a democracia liberal medeia a resolução pacífica de divergências de opinião entre o povo.

A democracia liberal até recentemente parecia agradar a um número significativo de pessoas: para as massas, é uma forma de as deixar decidir; para as minorias, é uma promessa de protecção dos seus direitos face a uma maioria opressora; e para as elites económicas é uma promessa de que lhes será permitido manter a sua fortuna (Mounk 2019, 58).

Enquanto em finais dos anos 1990 os sociais-democratas eram a força dominante nos governos europeus, hoje constituem o governo de apenas sete Estados-membros da União Europeia. À excepção da Espanha e da Alemanha, onde são um partido com menos influência, estes governos encontram-se sobretudo nos países periféricos da Europa – Dinamarca, Finlândia, Malta e Eslováquia (Eatwell e Goddwin 2018, 225).

O que pode explicar esta queda generalizada? Uma resposta é que, por força das amplas mudanças sociais que já abordámos, a social-democracia ficou cada vez mais dependente de grupos irreconciliáveis, alguns dos quais sentem que o centro-esquerda deixou de dar resposta às suas preocupações. Recusam-se a reconhecer que as preocupações das pessoas relacionadas com a imigração e a rápida mudança étnica podem ser legítimas e que não estão relacionadas apenas com o emprego (Eatwell e Goddwin 2018, 226). A ida para o Centro, proposta pela Terceira, resultou na descaracterização total da social-democracia.

Não há dúvida de que a incapacidade da social-democracia para conter e inverter desigualdade desgastou a sua credibilidade aos olhos de muitos trabalhadores, mas, conforme já foi dito, a noção de que estão apenas a reagir às respectivas circunstâncias económicas é ilusória. Muitos eleitores da classe operária são instintivamente conservadores em termos sociais e nunca aceitarão os grupos culturalmente mais liberais do centro-esquerda.

Os Bárbaros e iluminados, filhos das trevas e filhos das luzes

Sendo a democracia um sistema imperfeito, a probabilidade de surgir um político populista é elevada. Se por um lado, a democracia tem o mérito de representar politicamente as várias tendências político-partidárias presentes na sociedade, não é menos verdade que proporciona o crescimento de forças políticas que a queiram pôr em causa.

É neste sentido que se pode observar uma reorganização do sistema político, criando-se uma “linha divisória” que opunha de um lado os partidos do chamado “arco constitucional”, com responsabilidades governativas e os seus intelectuais orgânicos e por outro lado os “populistas”, cuja acção política é frequentemente associada á demagogia, oportunismo, ausência de ideias, radicalização na acção política e sectarismo social ou étnico (J. N. Pinto 2017, 230).

Há vários indicadores de que nem os partidos nem o sistema de partidos cumprem já as respectivas funções. Os estudiosos têm mostrado que o populismo é forte em lugares com sistemas de partidos fracos pois as hipóteses dos populistas crescerem claramente é significativamente maior. A lenta desintegração dos partidos e do sistema não é um minúsculo pormenor empírico. Afecta a democracia de duas formas: ideal de democracia como proporcionadora de comunidades políticas com um sentimento de unidade orgânica e agência colectiva (Muller, 2017, p. 91)

Os populistas dado o seu carácter anti-sistema, a rejeição da democracia e instabilidade no sistema político eram vistos pelos seus adversários políticos como “perturbadores”. Os “partidos do sistema” encontravam-se perante uma nova realidade ameaçadora, ou seja, o aparecimento de projectos políticos que juntavam várias facções de descontentes e “radicais” insatisfeitos com a democracia, instituições e representantes políticos. A sua reacção a esta reorganização do poder teve por base a desqualificação do adversário, um “corpo estranho” aos sistema político ou até mesmo um adversário a combater politicamente.

Criava-se assim uma nova dicotomia entre os “ilustrados” ou filhos das luzes que moviam as suas influências em várias formas de poder – das elites do dinheiro e da política, os media, os intelectuais de referência e as estrelas do show business. Eram os descendentes dos filósofos da Razão, do Progresso, da Ciência, da Liberdade, da igualdade e fraternidade que se opunham aos “perturbadores” filhos da reacção e do fascismo, os herdeiros do antigo regime, os filhos das trevas, da reacção, do passado, do Obscurantismo, do autoritarismo, os nacionalistas, os bárbaros, os tribalistas ou cripto fascistas (J. N. Pinto 2017, 13, 14, 15 e 16).

Hoje em dia, um crescente número de pessoas estão em busca de novos abrigos políticos, enquanto outras se deixaram cair na apatia. Estes aspectos estão a potenciar a ascensão de novos partidos e a conferir-lhe a durabilidade que muitos observadores, que permanecem focados no breve trecho, parecem subestimar (Eatwell e Goddwin 2018, 229). Muitos sistemas políticos ocidentais da actualidade caracterizam-se por uma volatilidade recorde, em que as pessoas desconfiam das políticas mais do que nunca e estão mais predispostas a mudar a sua orientação de voto de uma eleição para a outra (Eatwell e Goddwin 2018, 54).

A ruptura populista com as ameaças globalistas

O Brexit, o fenómeno do Front National francês (actualmente Rassemblement National) e a eleição de Trump, todos eles na volta de 2015-16, marcaram pontos de resistência e ruptura na ordem mundial e nas ideias do pós-guerra fria, apesar de todos eles serem fenómenos diversos e particulares em cada contexto: o Brexit foi uma reivindicação bem-sucedida, uma vontade de restauração da soberania por um Estado que a achou confiscada pela União Europeia; o Front National é um caso de nacionalismo popular que conseguiu afirmar-se como uma força política incontornável em França e a eleição de Trump foi um protesto popular que agarrou uma América profunda que devastada pelos custos da globalização e que se mostra descontente com o domínio dos super-ricos. Para além disso, mostrava sinais evidentes de decadência moral, política, militar e económica do país. (J. N. Pinto 2017, 234).

Estes fenómenos apareceram em contraciclo com uma vaga federalista e globalista que se fazia sentir e que do ponto de vista dos populistas representava uma ameaça aos estados nacionais e aos seus cidadãos. A identidade, afirmação de independência e reivindicação da soberania e da revalorização da fronteira tiveram especial importância face aos representantes da City e dos grandes negócios, das elites europeias e mundiais, dos “Super Davos” e “Gotha” das personalidades e gurus, aliados de grande parte dos dirigentes políticos a nível mundial (J. N. Pinto 2017, 243).

Scruton apontou três factores que tinham influenciado o resultado do Brexit: a imigração, o deficit democrático e os efeitos dos tribunais europeus na lei e nos costumes do povo britânico. Insistia também em que as elites e a classe política se tinham mostrado incapazes de responder às inquietações da gente comum em relação à imigração, desqualificando-as como “racismo e xenofobia”, sentimentos politicamente incorrectos, logo, merecedores de veemente repulsa e indignos de serem sequer considerados (J. N. Pinto 2017, 247). Este era o primeiro fenómeno de rejeição da ordem global dominante.

Os apoiantes do Brexit tinham razões válidas para recuperar parte da sua soberania e para rejeitar as decisões emanadas pela União Europeia.

A globalização e o federalismo não eram inocentes. E para resistir à estratégia do ultraliberalismo – deslocalização industrial, baixa de salários, destruição de protecção social, imigração livre -, o povo percebia, os povos percebiam, que só o Estado nacional, a nação, os podia proteger (J. N. Pinto 2017, 286 e 287).

A defesa da nação, da comunidade nacional e das suas fronteiras são características fulcrais para um populista, pois como sabemos os fenómenos migratórios tendem a modificar a composição étnico-social da comunidade nacional. O fenómeno migratório constitui uma ameaça para a preservação da identidade nacional, para os usos e costumes de um povo.

Marine Le Pen investe a fundo nas questões da identidade nacional e da defesa da nação contra a europeização e a globalização; defronta os problemas da imigração muçulmana, ligando-os ao multiculturalismo e à criação de ghettos político-culturais nas grandes cidades. Centra-se na ameaça interna dos perigos globalizantes: o trabalhador nacional contra o trabalhador estrangeiro, o “povo pequeno” contra uma vasta operação de empobrecimento e desculturação liderada pelos “grandes”.

Esta pretendia defender e proteger o trabalhador francês de uma imigração de massa vista como instrumento da dominação mundialista (J. N. Pinto 2017, 289). Nação e patriotismo, valores da Revolução Francesa abandonados pela esquerda, eram agora apropriados pela direita radical, uma vez que na direita sistémica os gaullistas eurocéticos tinham perdido terreno e imperava o europeísmo e internacionalismo liberal.

A vitória de Trump foi o mais significativo abalo no consenso político-ideológico instituído no fim da Guerra Fria, ou mesmo no consenso que vigorava desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Era uma desconcertante inversão ou reversão da mundialização económica e ética na primeira potência do planeta (J. N. Pinto 2017, 297).

O que mais separava partidos e eleitores eram questões de alguma forma associadas à tríade “cultura, identidade e raça”. Parte da América, predominantemente branca, de classe média ou trabalhadora, vivendo nos

Estados do Midwest, do Sul e do chamado Rust Belt, sentia-se ameaçada nos seus valores religiosos e morais, na sua identidade histórico-cultural, na sua renda familiar, no seu emprego, na sua reforma e no seu estatuto social (J. N. Pinto 2017, 298).

Os malefícios da globalização que vitimavam este “povo” vinham de uma correcção política que, proclamando a identidade intocável de todos os grupos, dos negros aos LGBT, negava aos brancos americanos o direito a terem uma identidade (J. N. Pinto 2017, 299).

O que está na raiz deste voto é uma história que vai congrega, de forma às vezes contraditória e caótica, os vários ramos do nacionalismo popular norte-americano – o Sul, o Midwest religioso de Main Street e o Nordeste operário em desindustrialização. A Proeza do candidato de Nova Iorque, não especialmente conservador nem religioso, foi ter conseguido congrega estes vários populismos numa coligação unida sobretudo contra Hillary Clinton, a figura simbólica do mundialismo capitalista e libertário e do “conluio” entre a direita patrimonial e a esquerda bem pensante (J. N. Pinto 2017, 348).

Donald Trump era para os americanos a única alternativa a um mundo globalizado, sem identidades, sem famílias, misto de utopia libertina de pseudo-paráiso de consumo, políticos cínicos e militantes da globalização e dos direitos das minorias (J. F. Pinto 2017, 377).

Os movimentos fragmentados, mais de rejeição do que de afirmação, e até os novos césores, os bárbaros que se opõem aos iluminados, lutam contra as forças deste One World, que também os contaminam e que contaminam tudo e todos: dos bilionários da High Tech aos jornais de referência, da União Europeia às Nações Unidas, da esquerda libertária à direita conservadora (J. N. Pinto 2017, 397).

Perante a afirmação de vários projectos políticos populistas nos últimos anos, concretamente crescimento de projectos radicais de extrema-direita, com especial ênfase em países europeus, várias têm sido as reacções por parte dos partidos do chamado “arco da governação”.

O mapa abaixo¹⁰ representa a adoção dos países europeus de um cordão sanitário¹¹ contra os partidos de extrema-direita e direita radical. A verde-escuro encontram-se os países em que os partidos de extrema-direita não necessitaram de outros para vencer as eleições. A verde-claro encontram-se os países onde os partidos de extrema-direita que são aceites. Na tonalidade de verde mais clara de todas encontram-se os países onde quase se formou um cordão sanitário aos partidos de extrema-direita. Numa tonalidade de roxo mais clara encontram-se os países que utilizaram um cordão sanitário moderado e a roxo mais escuro aqueles países que adoptaram um forte cordão sanitário.

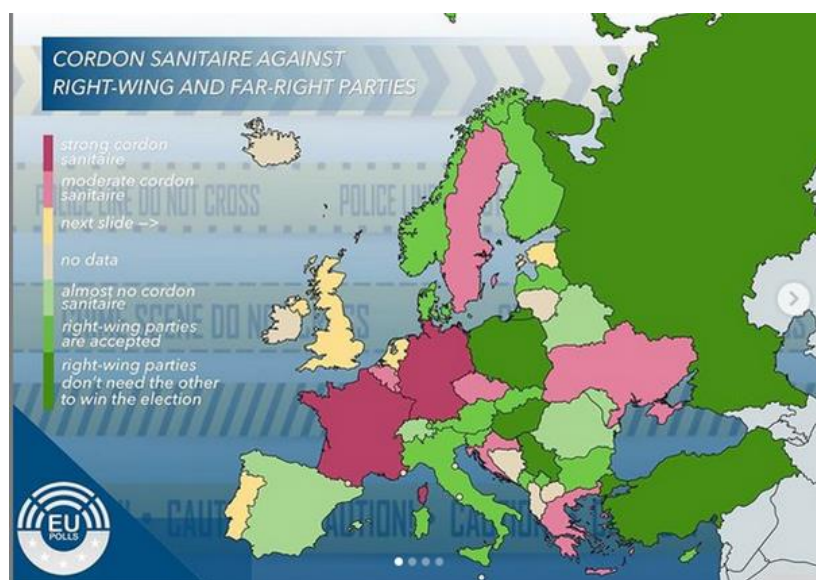


Figura 4. Cordão sanitário contra partidos radicais de direita e de extrema-direita

Em certo número de países, a reacção dos partidos não populistas traduziu-se em erigir um cordão sanitário à volta dos populistas: nenhuma cooperação com eles, certamente nenhuma coligação política com eles, nenhum debate na televisão e nenhuma concessão a respeito de qualquer das exigências políticas (Muller, 2017, p. 94).

¹⁰ Mapa extraído do Instagram “european_polls” (election polls, politics, society, culture and history)

¹¹ Em política, um cordão sanitário significa que todos os partidos rejeitam cooperar com um ou mais partidos que são considerados “perigosos” para a sociedade.

No contexto europeu só dois países – França e Alemanha – optaram por um forte cordão sanitário aos partidos populistas de extrema-direita (de acordo com o gráfico de cima) o que significa que todos os outros países colaboram de uma maneira mais próxima (aceitando-os) ou afastada (utilizando cordões sanitários moderados) com estas forças políticas.

Em seguida apresentarei três exemplos diferentes da forma como os países lidaram com a extrema-direita e direita radical¹²:

No Reino Unido os Conservadores rejeitaram cooperar com o partido Brexit (UKIP até 2018), mas em 2019 o líder conservador Boris Johnson celebrou um acordo com o partido do Brexit liderado por Nigel Farage. Farage não aceitaria concorrer com candidatos do partido Brexit a círculos eleitorais e círculos eleitorais com maioria conservadora no sentido de não enfraquecer o partido Conservador e fazer o partido Labour ganhar.

Em Portugal e na Holanda foram permitidas coligações regionais e locais. No caso português o Partido Social Democrata (PSD) rejeitou uma coligação nacional com o partido de direita radical CHEGA a nível nacional mas o PSD está em coligações com este partido nas eleições regionais dos Açores.

Na Holanda todos os partidos tinham rejeitado qualquer coligação com o PPV e FvD, mas o VVD e o CDA estão em coligação com o PPV e o FvD nalgumas regiões provinciais.

Na Estónia desde 2015 que todos os partidos têm rejeitado qualquer tipo de cooperação com o partido de extrema-direita EKRE. Em 2019, no sentido de permanecer primeiro-ministro o líder do partido de Centro Juri Ratas assinou um acordo de coligação com o EKRE e o partido conservador ISAMAA. Um mês após o governo Ratas ter colapsado, o partido de Centro encontra-se agora com o Partido Reformista de centro-direita. A coligação com o EKRE não é provável voltar a repetir-se.

O facto de todos os atores políticos se unirem para excluir os populistas pode imediatamente um efeito reverso ao esperado e robustecer a credibilidade dos populistas. Os populistas por seu turno tendem em apontar

¹² Dados recolhidos do Instagram “european_polls” (election polls, politics, society, culture and history)

que os seus concorrentes são todos em última análise a mesma coisa, a despeito das suas professadas diferenças ideológicas – donde a tendência para fundir até os nomes dos partidos estabelecidos de modo a reforçar a sensação de que só os populistas oferecem uma alternativa genuína (Em França, por exemplo, Marine Le Pen costumava falar da “UMPS”, fundindo o acrónimo do partido de direita de Sarkozy com o dos socialistas) (Muller, 2017, p. 94 e 95).

Surgimento de regimes semi-democráticos e semi-autoritários

Num mundo em constante mudança (económica e social), mas também ao nível dos valores e na forma como a imigração contribui para estruturar as sociedades, o alerta para os perigos da globalização é uma mensagem dos populistas que vêm ganhando cada vez mais força.

Embora a rejeição da imigração seja uma forma política que os populistas usam para travar a globalização e manter as suas sociedades etnicamente homogéneas, nem todos aqueles que rejeitam a imigração o fazem por essa razão nem todos votam em partidos populistas.

As classes médias são como sabemos as grandes responsáveis por estabelecer um equilíbrio entre “os de cima” e “os de baixo”. Conseguiram fugir da pobreza, no entanto não têm um nível de vida tão estabilizado como os que se encontram acima de si. Em contexto de crise é sempre esta que tem sido a mais afectada, a que paga mais impostos e aquela cujo poder de compra mais cai.

Se a todas estas situações juntarmos um recuo do estado social europeu e a euro crise, traçamos um cenário mais claro das razões que levaram a Europa a tornar-se cada vez mais vulnerável à entrada dos partidos populistas. As democracias perpetuam as crises e o aumento da exclusão social, requer que o sistema político em que vivemos tenha capacidade para integrar os seus cidadãos e oferecer-lhes o melhor nível de vida possível

Relativamente à restrição das políticas de imigração, a criação de um inimigo externo comum e proteccionismo económico não há melhor exemplo de um líder populista ou nacional-populista como Donald Trump.

A hostilidade que manteve com a China é um bom exemplo de um clima diplomático hostil proporcionado pela troca de acusações entre Pequim e Washington.

O Presidente norte-americano afirmou que a China “roubou” empregos dos americanos. Tal facto acabou por ser confirmado por um estudo “O choque da China”¹³. Entre 1999 e 2001, o crescimento das importações americanas da China custaram aos EUA 2,4 milhões de postos de trabalho. Tal facto levou Trump a acusar a China, nesta ocasião, de estarem a usar os EUA para reconstruir o seu país e a ameaçar inclusive impor uma taxaçoão sobre os produtos chineses, com o objectivo de recuperar os postos de trabalho perdidos para a China.

Outras acusações foram feitas pelo presidente norte-americano, como o facto de a China “violentar” os EUA com as suas exportações baratas, ter desvalorizado deliberadamente a sua moeda (yuan), para derrubar os preços globais da exportações ou o facto de a balança comercial entre os dois países ser desfavorável aos EUA.

Daí que seja frequente por parte destes líderes adoptarem o proteccionismo económico, no sentido de proteger postos de trabalho e as empresas estratégicas no país. O aumento das exportações e diminuição/proibição das importações contribuem para um saldo positivo da balança comercial desse país e conseqüentemente para um fomento da economia nacional. Naturalmente que esta é uma medida que prejudica o comércio internacional, pois as restrições ao comércio livre de um país tem implicações em todos os outros, dependentes do comércio com este último.

Ainda na questão dos fluxos migratórios, várias são as teses formuladas pelos líderes nacionais-populistas para fechar as portas aos imigrantes. Uma das teses invocadas pelos populistas, relaciona-se com o perigo do terrorismo internacional.

¹³ [https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38649836~](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38649836)

Os imigrantes pela sua natureza e pelo facto de serem originários de países em conflito são na óptica dos populistas potenciais ameaças à segurança interna dos seus países. Voltando ao caso americano, Trump assinou uma ordem executiva em pleno congresso nacional¹⁴ proibindo temporariamente qualquer cidadão do Iraque, Líbia, Somália, Iêmen, Síria, Irão e Sudão a entrar no país. Todos estes países têm duas características em comum: são de grande maioria muçulmana e apresentaram divergências político-ideológicas com os americanos ao longo dos anos.

O Presidente dos EUA implementou um reforço das fronteiras e um sistema que enfatiza os méritos profissionais do solicitante de visto em detrimento de outros parâmetros, como o parentesco¹⁵. Para além destas medidas limitou ainda a chegada de empregados de baixa qualificação. Postas as anteriores medidas em prática não há a possibilidade dos “dreamers”(sonhadores), migrantes que foram trazidos de forma irregular ainda quando crianças e cresceram, trabalharam ou estudaram como qualquer imigrante. Donald Trump arranhou nova polémica, desta vez obrigando o México a aumentar as deportações e aprovou novas condições mais estrita para a permissão de asilo.

Outros exemplos podiam a propósito das políticas migratórias restritivas implementadas pelos populistas, caso de Órban na Hungria, de Salvini em Itália, de Marine Le Pen em França ou de Geert Wilders na Holanda. Estes líderes populistas têm em comum a defesa do território face à ameaça estrangeira (muçulmanos, ciganos, refugiados de guerra, entre outros).

Mas há ainda uma terceira característica que tem bastante impacto no “modus operandi” dos populistas que é a sua vontade de regenerar o regime/república/sistema dos seus países, os ataques à separação de poderes e ao próprio sistema democrático.

¹⁴ <http://insperjr.com.br/as-politicas-protecionistas-de-trump-e-seu-impacto-no-vale-do-silicio/>

¹⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/16/internacional/1563304893_705238.html

O populismo é intrinsecamente hostil aos mecanismos e, em última instância, aos valores vulgarmente associados ao constitucionalismo: limites à vontade da maioria, freios e contrapesos, protecção das minorias e, até, direitos fundamentais. Afirmam categoricamente serem “contra as instituições como tais”, preferindo uma relação sem mediação, entre o líder e o povo (Muller 2017, 73).

Um segundo aspecto a destacar é o facto de os populistas terem repulsa à representação e optem, em vez disso, pela democracia directa. Mas ainda assim, longe dos populistas serem “contra as instituições” em geral, só se opõem àquelas instituições que, na opinião deles, não produzem os resultados políticos que consideram serem moralmente correctos (Muller 2017, 73 e 74).

O governo húngaro é um bom exemplo que como através da alteração da Constituição do seu país, transformando-a numa “Constituição exclusivista” ou Constituição Partidária, rejeitando a cooperação dos partidos da oposição na sua elaboração. Se por um lado, os partidos da oposição estavam impedidos da redacção ou aprovação da constituição, por outro lado os seus objectivos políticos estavam impedidos de ser resolvidos futuramente, uma vez que a constituição restringe altamente as escolhas políticas.

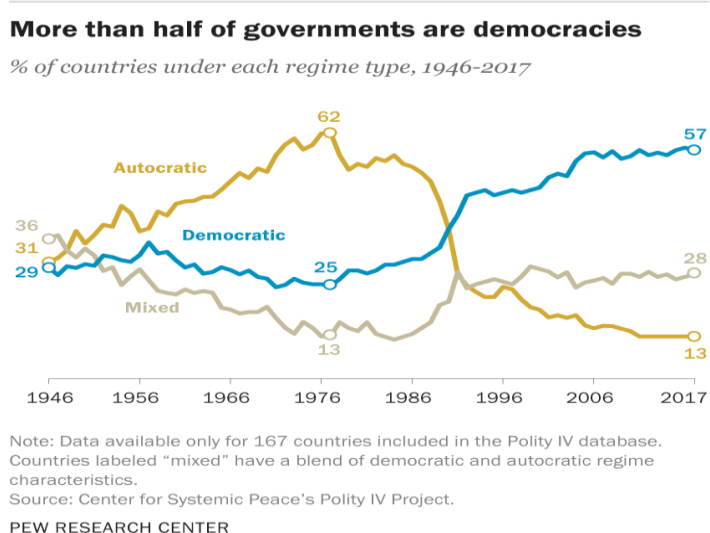
O ideal populista tornou-se efectivamente realidade sob a forma de reforço do poder executivo enquanto era coartado o poder judicial e/ou eram colocados nos cargos judiciais atores partidários. Assim, as novas constituições ajudaram decisivamente o projecto populista de “ocupar o estado”, com a mudança para uma nova constituição a justificar a substituição dos titulares dos cargos. Em geral, as eleições foram tornadas menos livres e os media tornaram-se mais facilmente controláveis pelo poder executivo (Muller 2017, 78). Como no caso da Hungria, portanto, o nuevo constitucionalismo usou as constituições para montar as condições para a perpetuação do poder populista, sempre em nome da ideia de que eles e só eles representavam la voluntad constituyente – a única vontade constituinte.

Pelas razões anteriormente apresentadas, a limitação dos direitos da democracia liberal e das instituições democráticas, as alterações das constituições para retirar poderes às democracias ou o aproveitamento do

poder judicial por parte do poder político contribuírem para uma crescente degradação das democracias e um enfraquecimento da oposição (responsável por fiscalizar politicamente o executivo). Todas estas situações levaram a uma deterioração da qualidade das democracias a nível mundial, ao longo dos últimos 70 anos.

Ao longo destes anos (1946-2017), desde o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, passando pelo fim do sistema padrão-ouro em 1971, a crise da dívida nos países da América Latina em 1980, a crise dos mercados emergentes ou crise dos gigantes asiáticos (1994-1997), até às duas crises económicas mais recentes – a crise mundial do suprime ou “A Grande Depressão” e a crise das dívidas na Europa (2009-2010), vários acontecimentos tiveram lugar e contribuíram para uma a alterações dos sistemas políticos e democráticos. Se por um lado houve democracias que se consolidaram e sofreram menos com a flutuação das crises internacionais, outras democracias seguiram uma deriva autoritária, em que a democracia é bastante limitada ou inexistente. Em seguida, observaremos a evolução das democracias e dos seus tipos de regime em 167 países entre 1946 e 2017.

Figura 5. Percentagem de países sob cada tipo de regime



Podemos dividir a análise deste gráfico em dois momentos distintos. De 1946 a 1976, onde se verifica um aumento dos regimes autocráticos (31%-62%) e uma diminuição dos regimes mistos (36%-13%) ao mesmo tempo que a percentagem de países sob regimes democráticos se manteve praticamente

invariável, embora tendencialmente decrescente (29%-25%)¹⁶.

¹⁶ Dados retirados de: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/05/14/more-than-half-of-countries-are-democratic/>

De 1976 a 2017 registou-se uma inversão das tendências até aqui verificadas. O regime democrático foi aquele que cresceu mais depressa. Se em 1976 apenas 25% dos governos eram constituídos por democracias, esse valor mais do que duplicou em 2017, registando-se nos 57%. Os regimes autocratas, seguiram uma tendência inversa. Se em 1976 representavam 62% dos regimes, em 2017 esse valor era praticamente inexistente, cifrando-se nos 1,3%.

Em seguida vamos perceber melhor as razões pelas quais os países e as suas democracias levaram um determinado rumo. Para nos ajudar a ter uma percepção do que ocorreu, recorreu-se ao Índice de Democracia organizado pela Intelligence Unit do periódico britânico *The Economist*, para aferir numa escala de 0 (menos democrático) a 10 (mais democrático), a qualidade das democracias. Este índice é baseado em 60 indicadores agrupados em cinco diferentes categorias: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política. Os valores obtidos são usados para então classificar os países em quatro tipos de regime: democracias plenas, imperfeitas, regimes híbridos, e por fim, autoritários¹⁷.

A primeira conclusão que se pode retirar do índice de Democracia na média global de 167 países é que esta tem vindo a regredir ao longo dos últimos 14 anos. Se em 2006 a média de todos os países apresentava um índice de 5,5%, em 2020 esse valor caiu para perto de 5,3%

A qualidade da democracia nos últimos anos tem vindo a regredir e várias são as democracias que perderam o seu status de democracias plenas, ou seja aquelas democracias em que não existem somente liberdades civis, mas cultura política e uma participação constante da população. Além disso, apresentam sistemas judiciais e meios de comunicação social independentes e um funcionamento satisfatório do governo. Em 2020 somente 23 países eram considerados democracias plenas, ou seja somente 13,8 % dos países

¹⁷ https://pages.eiu.com/rs/753RIQ438/images/democracyindex2020.pdf?mkt_tok=NzUzLVJJUS00MzgAAAF7lvgHlwGpybe4jN6J4K3qF3fW_Lyz8XjO3r8R_ePVKBZBrVR7nrOpdXtkN-ljTkoBqjkMfZsb_JE--p8h8qdSIEJhIB27g5zIFj2Cl8XVbsSuQ

a nível mundial e 8,4% da população se encontram nesta classificação de Democracia proposta pelo Índice de Democracia

Como consequência tem vindo a subir o número de democracias imperfeitas – ou seja, regimes que mesmo como alguns problemas, possuem eleições livres e justas e os direitos básicos são respeitados. Porém existem outros aspectos em que falha, incluindo problemas na governança e baixos níveis de cultura política.

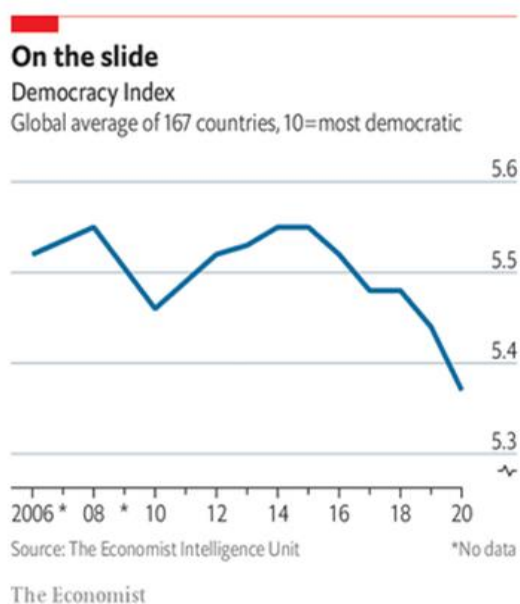


Figura 6. Index de Democracia 2006/2020 – The Economist

Democracy Index 2020, by regime type

	No. of countries	% of countries	% of world population
Full democracies	23	13.8	8.4
Flawed democracies	52	31.1	41.0
Hybrid regimes	35	21.0	15.0
Authoritarian regimes	57	34.1	35.6

Note. "World" population refers to the total population of the 167 countries covered by the Index. Since this excludes only micro states, this is nearly equal to the entire estimated world population.

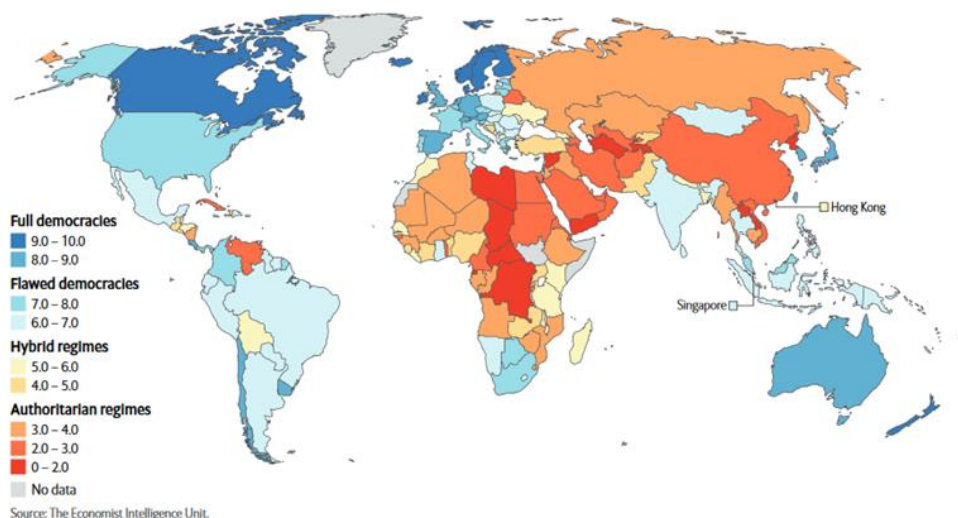
Source: The Economist Intelligence Unit.

Figura 7. Index de Democracia 2020 – The Economist Intelligence Unit

De acordo com a medida de democracia do Index de Democracia, apenas 4% da população mundial vive numa democracia de algum tipo, e 8,4% reside numa “democracia plena”; este nível está em 5,7% em 2009. Mais do que um terço da população mundial vive sob um regime autoritário estando uma grande parte na China

A deterioração do resultado global em 2020 foi conduzida pelo declínio da média do resultado regional em todo o mundo¹⁸, mas especialmente por grandes diminuições nos “regimes autoritários” – dominados pelas regiões da África Subsariana, o norte de África e o Médio Oriente. O resultado diminuiu cerca de 0,10 e 0,09, respectivamente, entre 2019 e 2020. A Europa Ocidental e a o Leste Europeu registaram ambos uma redução da diminuição na sua média regional de 0.06. O resultado para a Ásia e Australásia, a região que tem feito o maior progresso democrático ao longo da durabilidade do índice democrático, caiu cerca de 0,05. A média do resultado na América Latina diminuiu cerca de 0,04 em 2020, sinalizando o quinto ano consecutivo de recessão na região. A média do resultado da América do Norte caiu apenas 0,01, mas um maior declínio de 0,04 nos Estados Unidos foi mascarado por uma melhoria no resultado do Canadá.

Figura 8 e 9 Index de Democracia 2020, mapa global por tipo de regime e índice de Democracia



¹⁸ https://pages.eiu.com/rs/753RIQ438/images/democracyinde2020.pdf?mkt_tok=NzUzLVJJUS00MzgAF7lvgHlwGpybe4jN6J4K3qF3fWyz8XjO3r8R_ePVKBZBrVR7nrOpdXtkNijTkoBqjkMfZsb_JEp8h8qdSIEJhIB2g5zIFj2Cl8XVbsSuQ

Democracy Index 2020

	Overall score	Rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties
Ireland	9.05	8	10.00	7.86	8.33	9.38	9.71
Australia	8.96	9=	10.00	8.57	7.78	8.75	9.71
Netherlands	8.96	9=	9.58	9.29	8.33	8.75	8.82
Taiwan	8.94	11	10.00	9.64	7.22	8.13	9.71
Switzerland	8.83	12	9.58	8.57	7.78	9.38	8.82
Luxembourg	8.68	13	10.00	8.57	6.67	8.75	9.41
Germany	8.67	14	9.58	8.21	8.33	8.13	9.12
Uruguay	8.61	15	10.00	8.57	6.67	8.13	9.71
United Kingdom	8.54	16	10.00	7.50	8.89	7.50	8.82
Chile	8.28	17	9.58	8.21	6.67	8.13	8.82
Austria	8.16	18=	9.58	7.50	8.33	6.88	8.53
Costa Rica	8.16	18=	9.58	6.79	7.22	7.50	9.71
Mauritius	8.14	20	9.17	7.86	6.11	8.75	8.82
Japan	8.13	21	8.75	8.57	6.67	8.13	8.53
Spain	8.12	22	9.58	7.14	7.22	8.13	8.53
South Korea	8.01	23	9.17	8.21	7.22	7.50	7.94
Flawed democracy							
France	7.99	24	9.58	7.50	7.78	6.88	8.24
United States of America	7.92	25	9.17	6.79	8.89	6.25	8.53
Portugal	7.90	26	9.58	7.50	6.11	7.50	8.82
Estonia	7.84	27=	9.58	7.86	6.67	6.88	8.24
Israel	7.84	27=	9.17	7.50	9.44	7.50	5.59
Italy	7.74	29	9.58	6.43	7.22	7.50	7.94

Se nos concentrarmos especificamente no caso da Europa Ocidental, verificamos que esta perdeu duas “democracias plenas”¹⁹ – Portugal e França que de “democracias plenas” passaram a “democracias imperfeitas”. Treze países na região são agora classificados como “democracias plenas”(contra 15 em 2019) e sete “democracias imperfeitas”, face a cinco em 2019. Apenas três países melhoraram os seus resultados em 2020 (Turquia, Itália e Reino Unido) e 18 registaram um declínio. Os que mais desceram significativamente, a mudança dos seus resultados foi na categoria das liberdades civis, para as quais o resultado agregado diminuiu significativamente e a categoria do funcionamento do governo. Nenhum país registou um aumento na sua média do resultado de liberdades civis, como o lockdown e as medidas de distanciamento social usadas no combate à pandemia do coronavírus restringindo liberdades individuais. Contudo, países na Europa Ocidental representavam sete dos dez lugares topo no ranking global de democracia, incluindo o o posto dos três primeiros, ocupados pela Noruega, Islândia e Suécia. Os nórdicos são os reis dos rankings, com a Finlândia e Dinamarca posicionados no sexto e sétimo lugares.

¹⁹ https://pages.eiu.com/rs/753RIQ438/images/democracyinde2020.pdf?mkt_tok=NzUzLVJUS00MzgAF7lvGHIwGpybe4jN6J4K3qF3fWyz8XjO3r8R_ePVKBZBrVR7nrOpdXtkNIjTkoBqjkMfZsb_JEp8h8qdSIEJhIB2g5zIFj2Cl8XvbsSuQ

Chart 11. Western Europe: Democracy Index 2020 by category
(Index score out of 10, 10 being best)

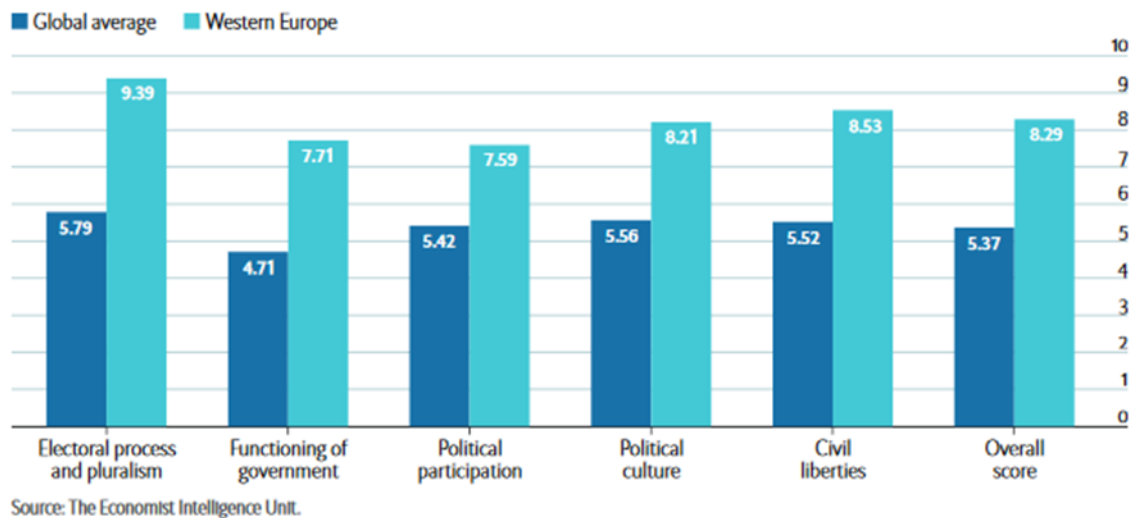


Figura 10. Europa Ocidental: Index Democracia 2020 por categoria

Analisando o gráfico do índice de democracia 2020 por categorias conclui-se que:

- o resultado da média regional para a Europa Ocidental diminuiu de 8,35 em 2019 para 8,29.

- sobre a região como um todo, as descidas mais significantes de mudança de resultado foram na categoria das liberdades civis, para as quais o resultado agregado passou de 8,78 para 8,53 e na categoria do funcionamento do governo, onde o resultado da média regional diminuiu de 7,95 para 7,71.

- nenhum país registou um aumento na sua globalidade no resultado das liberdades civis, como o lockdown e as medidas de distanciamento social usadas para combater a pandemia do coronavírus restringiram a liberdade dos indivíduos para trabalhar e reunir-se a seu gosto, mesmo nas mais leves restrições que foram implementadas.

- a pandemia também levou a uma diminuição da confiança pública no governo, como muitos cidadãos duvidaram da efectividade dos governos na gestão da pandemia e na sua capacidade de resposta às preocupações

individuais. Estes factores, assim como o declínio no resultado do controlo dos cidadãos, sustentaram a deterioração do funcionamento dos resultados do governo em muitos países. O resultado da média regional para o processo eleitoral e pluralismo aumentaram ligeiramente, para 9.39 (comparados com os 9,35 em 2019), enquanto pela participação política, permaneceram o mesmo como em 2019, em 7,5

Nos gráficos anteriores, analisámos o comportamento do Índice de Democracia, que procurava classificar as democracias tanto a nível global como a nível regional, através de um conjunto de parâmetros que constituíam o índice. Após a análise destes dados verificámos que houve uma regressão da qualidade das democracias, com destaque para a Europa Ocidental, destacando-se principalmente os casos de Portugal e França, que deixaram de ser “democracias plenas”, passando a ser “democracias imperfeitas”.

Se o grau das democracias é aferido pela sua qualidade, também não é menos relevante a forma como estas se organizam politicamente. A maioria das democracias ocidentais assenta no liberalismo social ²⁰, enquanto guardião dos direitos, liberdades e garantias. Houve três pressupostos que não foram considerados relativamente ao funcionamento da democracia liberal, entre os quais se destacam a necessidade que elevados números de pessoas acreditem que o sistema é justo e confere igualdade de expressão a todos; o pressuposto de uma sociedade relativamente igual ou no mínimo em que a maioria das pessoas aceitem consideráveis desigualdades políticas e económicas e finalmente a ideia de que as maiores exigências políticas são “negociáveis” (Eatwell e Goddwin 2018, 97).

²⁰ Também conhecido como social-liberalismo, novo liberalismo ou liberalismo moderno – os sociais-liberais encontram-se entre os mais fortes defensores dos direitos humanos e das liberdades civis. Tendo ainda como um dos seus principais objectivos aumentar a liberdade dos desfavorecidos na sociedade.

As democracias liberais constituem, por sinal, um obstáculo à prossecução das políticas preconizadas pelos populistas. Esta questão remete-nos para as preocupações que as democracias têm com a inclusão, contrariamente ao discurso populista que tende a marginalizar as minorias ou remetendo-as para um plano secundário. A própria democracia para os populistas é uma forma instrumental de chegar ao poder, ainda que tal possa ocorrer por via democrática. Atingido esse objectivo, consolidam os seus projectos autoritários colocando todas as conquistas sociais alcançadas anteriormente.

A democracia caiu a pique e neste momento encontra-se no processo inverso ao da sua consolidação (Mounk 2019, 122). Constata-se o regresso ao autoritarismo, por um lado e em segundo lugar á emergência de semidemocracias ou regimes híbridos (Levitsky e Way 2010 in Pinto et.al 2013, 17).

Yascha Mounk, um cientista político conhecido pela sua investigação sobre a ascensão do populismo e a crise das democracias liberais, tem procurado entender no seu percurso académico as razões que levam a que, mesmo as democracias mais funcionais se têm tornado cada vez mais permeáveis aos populismos.

No seu livro *Povo vs Democracia*, alerta-nos para o surgimento de democracias iliberais ou democracias sem direitos, como uma das faces da política nas primeiras décadas do Séc. XXI (Mounk 2019, 16 e 17). O liberalismo e a democracia, dois pilares inquestionáveis do nosso sistema político começam a dar sinais de fraqueza e a entrar em conflito.

Há duas razões que, na opinião do autor, ajudam a explicar esta situação: por um lado há uma impaciência dos eleitores face a instituições independentes que não respeitam as minorias étnicas e religiosas. Por outro lado houve uma captura do sistema político por parte das elites que ao se apoderarem dele deixaram cada vez menos espaço à participação popular e menos flexibilidade em ceder os seus pontos de vista (Mounk 2019, 19).

Estes tipos de regimes “autoritários competitivos” a que Levitsky e Lucan Way designam por oligarquias competitivas caracterizam-se por uma concorrência desleal: as eleições mantêm algum significado real embora o governo tenha assegurado que a competição se desenrole num terreno que não é igual para todos (Mounk 2019, 95).

Pela primeira vez em décadas, o Freedom House – que mede o grau da governação democrática em todo o mundo – contabilizou mais países a afastarem-se da democracia do que a darem passos na sua direcção. Nas palavras de Larry Diamond, está agora em marcha “uma recessão democrática” (Mounk 2019, 105 e 106).

Na sub-região da Europa Central á Ásia Central, esta mudança tem acelerado ataques á independência do judicial, ameaças contra a sociedade civil e aos meios de comunicação social, manipulação do quadro eleitoral europeu ou o esvaziamento dos parlamentos (que representavam o centro do debate político e de fiscalização dos executivos).

Os líderes antidemocráticos reivindicavam agir de acordo com a vontade das pessoas no sentido de justificar a sua concentração de poder e as violações progressivas dos direitos políticos e liberdades civis. Esta situação tem deixado os cidadãos especialmente vulneráveis a mais abusos de direitos e a alimentar o poder associado à pandemia do Corona Vírus (Freedom House, Nations in Transit 2020)²¹

Estes desenvolvimentos têm contribuído para uma desagregação democrática deslumbrante em 29 países abrangidos pela Nations in Transit. Há menos democracias na região do que em qualquer altura desde que o relatório anual foi lançado em 1995.

²¹ Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/nations-transit/2020/dropping-democratic-facade>

Esta situação não deixa de constituir um paradoxo, uma vez que no momento de maior extensão geográfica da democracia, quando esta é especialmente valorizada pelos cidadãos e não existe um modelo alternativo, observemos sintomas de debilidade e disfunções persistentes (Innerarity 2016, 219).

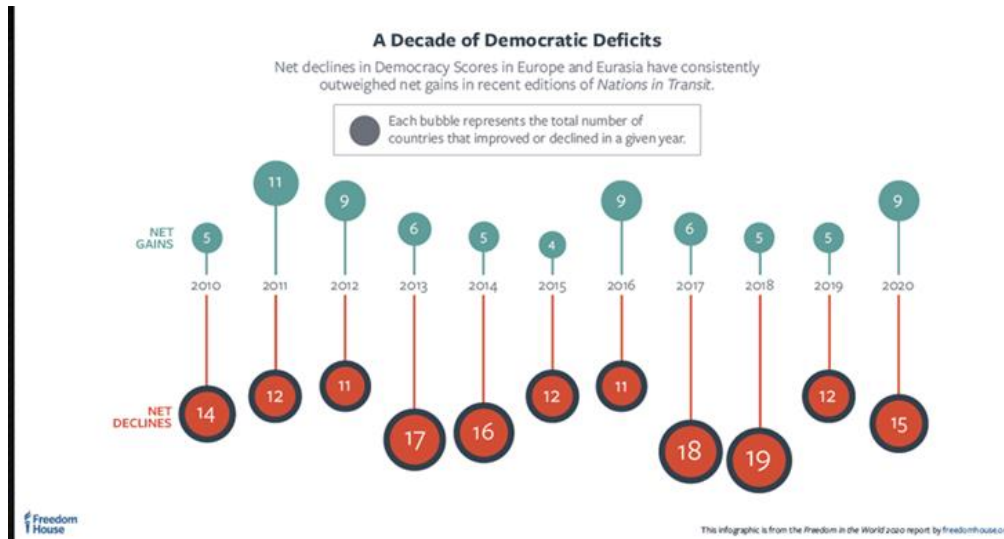


Figura 11. Uma década de défices democráticos

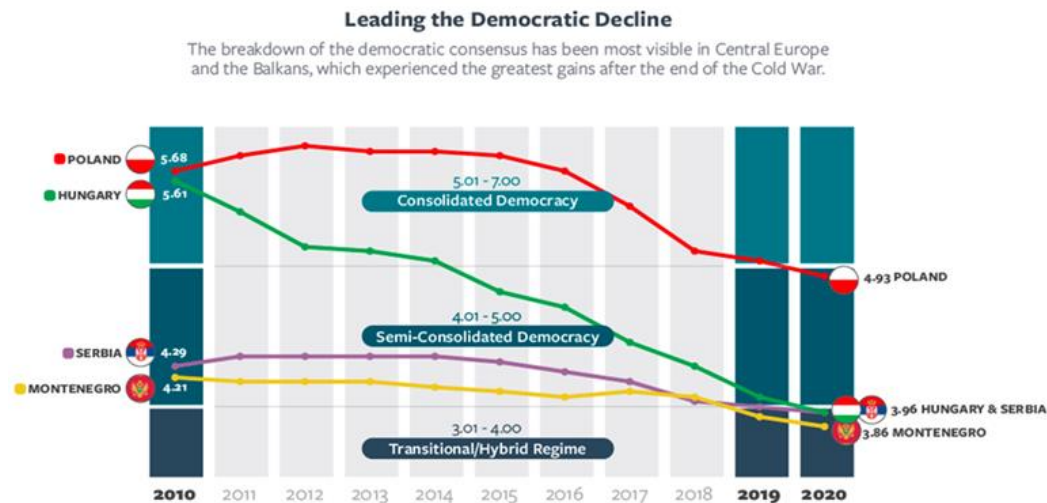


Figura 12. Liderando o declínio democrático

Os infográficos anteriores fornecem-nos informações relevantes quanto aos processos de convergência/ divergência dos países da Europa e da Eurásia em relação a características comuns a que geralmente associamos pertencerem a países democráticos. Mostram-nos uma tendência de ganhos e perdas democráticas no período 2010-2020.

Através dos infográficos também é possível perceber vários momentos/etapas de países que aparentemente apresentavam democracias consolidadas ou semi-consolidadas se encontram em regressão, aproximando-se de regimes híbridos. Este tipo de regimes apesar de se considerarem democráticos apresentam algumas características que fogem a este padrão (concentração dos poderes executivo, legislativo e judicial numa só pessoa, ataque iliberal a instituições, aversão ao pluralismo de ideias e debate democrático, condicionamento de eleições ou um nacionalismo assente em lógicas de exclusão -“cidadãos nacionais vs estrangeiros”, a eleição de um povo em relação ao qual o populista se dedica – que podemos resumir a uma dicotomia nós/eles, sendo os primeiros “desejados” e os segundos “descartáveis”).

Pela observação dos infográficos podemos concluir que:

- As perdas democráticas têm sido sempre superiores aos ganhos (isto é, houve mais países a afastar-se de regimes democráticos que a convergirem para estes).
- Os anos de 2013, 2017 e 2019 foram aqueles que registaram perdas democráticas significativas de 17, 18 e 19 países respectivamente. Relativamente ao número de países com melhorias nos scores das suas democracias, destacam-se 2011 (11 países), 2016 e 2020 (9 cada um).
- A Polónia e a Hungria são exemplos de países que na última década passaram de democracias consolidadas a democracias semi-consolidadas ou regimes híbridos, sendo inclusive o caso Húngaro mais preocupante, uma vez que a transição foi bastante rápida entre uma democracia consolidada (501-700) com score de 5,68 para um regime híbrido (301-400) com score de 3,96.

- A Sérvia e Montenegro, que haviam passado pela guerra dos Balcãs e que apresentavam democracias semi-consolidadas, já com scores próximos dos regimes híbridos, entraram em 2020 para o grupo das democracias híbridas.

O avanço dos populismos na Europa ajuda-nos a entender melhor as derivas populistas para as quais os determinados países tendem a caminhar. (Innerarity 2016, 142). Embora o avanço do populismo não seja a solução, não é meramente um problema; é antes um sintoma de que não fomos capazes de pensar bem o lugar das sociedades democráticas numa sociedade política (Innerarity 2016, 228).

Será a democracia um sistema demasiado permeável a alterações económicas e sociais demasiado bruscas?

Mas que condições objectivas é que levam os cidadãos a dar ouvidos aos populistas?

Que condições estruturais da cultura política de um país explicam a existência de uma desordem emocional-populista?

Não haverá uma contradição evidente entre o facto do aumento do número de democracias coincidir com um aumento de perdas democráticas, e por via destas um aumento do desencanto democrático?

Capítulo III - O irromper dos populismos como uma nova solução

Características sociodemográficas dos eleitores nacionais-populistas

Vários especialistas e académicos de referência apontam o neoliberalismo triunfante dos anos 80 como o principal responsável pelo sucesso dos fenómenos populistas. As políticas hegemónicas no mundo euro-americano, a partir do último quartel do século XX, responsáveis por estas reacções, têm assentado em três dogmas ou objectivos principais: maximização dos ganhos do capital; troca das políticas de pleno emprego pelo combate à inflação; guerra aos sindicatos, usando as portas abertas pela globalização para a deslocalização de empresas e migração para domicílios fiscais vantajosos (J. N. Pinto 2017, 370).

Naturalmente que por via de processos de desregulação económica os populistas se dirigem aos seus eleitores no que diz respeito aos seus fortes receios que advêm do despojamento económico. Esse despojamento económico resultado de fenómenos como o desemprego e fraca protecção laboral, limitando os benefícios para os “forasteiros” que não contribuíram para o sistema (Eatwell e Goddwin 2018, 226).

Em geral, pessoas com baixos rendimentos e aqueles que não apoiam o partido no governo são provavelmente as que estão insatisfeitas com o funcionamento da democracia. Além disso, em muitos países europeus, os apoiantes de partidos políticos de extrema-direita são especialmente prováveis de ter esta visão. Os apoiantes do Partido da Lei e da Justiça na Polónia e o Partido Fidesz – os dois partidos populistas a governar – mostram um padrão oposto (Wike e Schumacher 2020, 7).

É inequívoco que a ascensão do nacional-populismo se deve a mais do que uma carência económica objectiva: alguns destes movimentos surgiram nos países mais ricos e estáveis do planeta. Isto pode explicar-se pelo facto de as preocupações económicas das pessoas não estarem associadas apenas a exíguas preocupações económicas relacionadas com o dinheiro, mas também de se estenderem à comunidade, ao amor-próprio e a uma forte apreensão

relacionada com o seu posicionamento e do seu grupo em relação a outros (Eatwell e Goddwin 2018, 187).

Este profundo sentimento de perda está intimamente ligado ao modo como as pessoas encaram a imigração, a identidade e a confiança nos políticos (Eatwell e Goddwin 2018, 19).

Uma forma pela qual as pessoas estão descontentes com o modo como a democracia trabalha é de que eles vêem as elites políticas desligadas da realidade. Entre as nações inquiridas, uma média de 64% discorda com a frase “a maioria dos representantes eleitos preocupa-se com o que as pessoas como eu pensam”. Esta opinião é particularmente difundida na Europa – uma média de 69% expressa essa visão (Wike e Schumacher 2020, 7).

A classe política instituída tem sido demasiado lenta a reagir. Os nacionais-populistas são um subproduto dessa mudança; foram dos primeiros a reconhecer as repercussões e a articular uma resposta que foi, para grupos de eleitores fundamentais, evocativo e irresistível (Eatwell e Goddwin 2018, 229).

Os velhos elos entre o povo e os partidos tradicionais começaram a romper-se, um processo que Roger Eatwell e Matthew Goodwin apelidaram de desalinhamento (Eatwell e Goddwin 2018, 199). Deste modo cada vez mais pessoas, incluindo muitos jovens, estão agora menos dispostas do que no passado a jurar fidelidade aos partidos tradicionais e como consequência o caminho para os nacionais-populistas foi desobstruído.

Entre 2004 e 2015 a taxa média de votos nos partidos tradicionais na Europa caiu catorze pontos percentuais, para 72 por cento, enquanto o índice de votos em novos adversários, mais do que duplicou, para 23 por cento (Eatwell e Goddwin 2018, 215).

Por outro lado, verifica-se que o espaço político das democracias está a ser assediado, à direita e à esquerda, por formas extremas de resistência contra a política, que uns exercem a partir do mercado e outros a partir da sociedade, desde a autonomia dos mercados auto-regulados, no primeiro caso, ou desde a soberania de uma sociedade constituída à margem dos procedimentos de representação institucional (Innerarity 2016, 235).

Nas suas versões mais extremas, direita e esquerda contribuem para a despolitização da política quando as duas insistem em desprezar a sua lógica.

Há uma divisão tácita do território que tem sido favorecida pela arrogância dos primeiros e a resignação dos segundos (Innerarity 2016, 237). Não deixa de ser curioso como num e noutro lado do espectro político (ou melhor, da sociedade sem política), segundo a qual tudo se resumiria em conferir a capacidade de decisão aos detentores da objectividade (Innerarity 2016, 238).

Os partidos da oposição nos países fortemente endividados não estão em condições de prometer que não vão cortar nos gastos para consolidar as finanças públicas, o que diminui as possibilidades de o eleitorado eleger algo realmente diferente. Esta falta de alternativa desanima os votantes e é uma das causas que explica o surgimento de partidos populistas, os quais (provavelmente porque não sonham com a possibilidade real de governar) não se importam de fazer promessas impossíveis de cumprir.

Mas porque é que as pessoas votam em líderes populistas autoritários?

As forças populistas autoritárias foram decisivas para o resultado do referendo do Brexit em Junho de 2016 provocando sentimentos anti imigração e nativistas e gerando uma crise financeira, política e constitucional sem o Reino Unido. Donald Trump tem derrubado inúmeros protocolos na política americana (Norris & Inglehart, 2019, p. 257).

A agressividade na rejeição do “politicamente correcto”, o seu estilo beligerante e a sua vontade em empenhar-se em guerras culturais contra os objectivos liberais parecem ser particularmente apelativos para os mais velhos, religiosos, homens brancos em comunidades rurais, especialmente conservadores socialmente e xenófobos. Estes grupos encontram-se deixados para trás pelo crescimento do apoio a casamento por pessoas do mesmo sexo, igualdade de género para as mulheres na política e direitos de imigração para os “Dreamers” (Norris & Inglehart, 2019, p. 258).

Os slogans retóricos como “Construir um muro”, “Fazer a América Grande de Novo” ou “limpar o pântano” apelam profundamente e simbolicamente às pessoas que rejeitam novos valores e as instituições políticas – um grupo que Trump mobilizou para votar nas eleições de 2016, embora seja um sector reduzido do eleitorado americano.

Relativamente às faixas etárias que apoiam o populismo, quais são as que reúnem maior apoio? Será que o populismo apresenta um apoio maior nas faixas etárias mais avançadas? Porque é que o populismo se torna aliciante para os jovens?

Um dos grandes mitos do populismo reside na percepção que as pessoas têm do fenómeno. Contrariamente ao que se poderia pensar, a falange de apoio do nacional-populismo na Europa e nos E.U.A não se baseia somente em homens brancos de idade avançada que, não tarda, morrerão. Porém, os liberais têm tendência para exagerar o ritmo e a dimensão da mudança geracional.

Relativamente às eleições para o Parlamento Europeu de 2019, o mito quanto à idade ou à etnia dos apoiantes do nacional-populismo voltou a ser desmentido pela realidade. Ao contrário do que se possa pensar, o apoio ao nacional-populismo duplicou na faixa etária entre os 18 e os 35 anos, manteve-se estável até aos 60 e voltou a cair entre os pensionistas. As análises efectuadas ignoram o facto de que, embora de um modo geral os jovens se inclinem para serem menos racistas e que um elevado número deles são instintivamente receptivos ao nacional-populismo (Eatwell e Goddwin 2018, 33).

Em muitas democracias da Europa, o nacional-populismo tem forte apoio na faixa etária com menos de 40 anos. Vejamos alguns exemplos.

Em Itália, o movimento nacional-populista Liga conseguiu apoio de bastante uniforme entre várias gerações, incluindo jovens italianos com preocupações relacionadas com a imigração (de facto, os indivíduos na faixa etária compreendida entre os 18 e os 45 anos tinham mais probabilidades de encarar este tema como fundamental para o país do que os pensionistas) (Eatwell e Goddwin 2018, 35).

Em França, quando Marine Le Pen concorreu às presidenciais e foi derrotada, na primeira ronda, conseguiu mais apoiantes entre os 18 e os 34 anos do que qualquer outro candidato.

Na Áustria, mais de metade dos homens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos votaram no candidato à presidência do Partido da Liberdade, cujo líder gostava de conversar e fazer campanha em clubes nocturnos para garantir o apoio dos jovens (Eatwell e Goddwin 2018, 35 e 36).

Na Alemanha, a Alternativa para a Alemanha granjeia as preferências não dos velhos pensionistas com distantes memórias do nazismo, mas de pessoas entre os 25 e os 50 anos, que não têm uma ligação directa a esse período da história. Além disso, na Suécia, em 2018, antes de uma eleição, os nacionais-populistas Democratas Suecos foram o segundo partido mais votado entre a faixa etária compreendida entre os 18 e os 34 anos, e o partido mais votado na faixa entre os 35 e os 54 anos (Eatwell e Goddwin 2018, 36)

Também na Grécia o partido neonazi Aurora Dourada conseguiu o seu maior apoio entre os jovens do sexo masculino, indivíduos com estudos ao nível do ensino secundário que consideraram que a sua posição na sociedade se deteriorara em relação a outros, enquanto na Hungria, onde os nacionais-populistas têm um forte apoio, o movimento Jobbik goza de popularidade entre os jovens do sexo masculino que vêm com maus olhos a comunidade cigana e também os judeus (Eatwell e Goddwin 2018, 36).

E em termos do nível de educação escolar dos apoiantes do nacional-populismo. Será que o nacional-populismo se encontra maioritariamente entre as franjas menos qualificadas da população? Será que quanto maior for a escolaridade de uma pessoa, menor será o seu apoio ao nacional-populismo ou não haverá uma relação directa entre esses dois factores?

De acordo com Roger Eatwell e Matthew Goodwin não é rigoroso nem justo retratar as pessoas que apoiam o nacional-populismo como “sem formação” e “pouco inteligentes”. Estes estereótipos grosseiros são ilusórios e só contribuirão para fomentar a polarização, pelo que devemos começar a esclarecer que muitos dos partidários concluíram os estudos secundários e um número muito mais insignificante tem frequência universitária, como é o caso de um em cada quatro indivíduos que votaram pelo Brexit e que tinham uma licenciatura.

Nos EUA, o Voter Study Group estima que pouco mais de um terço dos partidários de Trump durante as primárias e mais de dois quintos durante as eleições presidenciais de 2016 eram pessoas brancas com formação superior. Como é evidente, Trump não atraiu apenas licenciados; mas também não é correcto afirmar que atraiu apenas indivíduos sem formação.

No caso do Brasil, o antigo oficial do exército, Bolsonaro teve resultados relativamente positivos entre os grupos de indivíduos com formação universitária e rendimentos mais elevados, mas tal reflectiu em parte o facto de, na segunda volta, o seu adversário do Partido Trabalhista Brasileiro ter obtido bons resultados entre os eleitores mais pobres (Eatwell e Goddwin 2018, 45).

Observemos a interacção entre a idade e a formação. Enquanto 80 por cento dos britânicos com menos de 34 anos e com estudos superiores votaram pela permanência da Grã-Bretanha na União Europeia, apenas 37 por cento dos seus pares sem estudos superiores votaram no mesmo sentido. Um pouco por toda a Europa, o nacional-populismo também goza de grande popularidade não junto de indivíduos sem formação académica, mas antes daqueles com formação média, indivíduos que concluíram o ensino secundário e, por vezes, não se ficaram por aí, mas que geralmente não têm um diploma universitário (Eatwell e Goddwin 2018, 46)

A distinção em termos de formação é também crucial porque já foi demonstrado que exerce uma forte influência sobre os nossos valores e o modo como interpretamos o mundo que nos rodeia. As pessoas que frequentaram a universidade têm tendência para ter uma mentalidade liberal em termos culturais que reforça a tolerância, é indiferente às hierarquias sociais e privilegia os direitos individuais em detrimento das identidades grupais. Em contraste, os indivíduos que não frequentaram a universidade tendem para uma perspectiva mais conservadora em termos sociais, que dá mais valor à preservação das hierarquias sociais, à estabilidade, à manutenção da ordem e da tradição e à garantia de que as pessoas cumprem as regras do grupo mais global (Eatwell e Goddwin 2018, 47).

Porque os eleitores “nacionais populistas” são mais pessimistas?

Mais do que entender o que pensam os nacionais-populistas, importa compreender que valores transmitem ao seu eleitorado e como este os reproduz nos seus discursos e práticas. Isto porque o político populista é percebido pelo seu eleitorado como um ídolo. Querem imitá-lo e glorificá-lo, como se um Deus se tratasse. Personificam num só indivíduo, as suas crenças, os seus desejos e o fim das suas preocupações. Pessoas mais pobres e de classe média têm tendência a pensar no fim do seu ciclo de pobreza e no começo de um ciclo de mobilidade social ascendente.

O que pensam os eleitores nacionais-populistas de questões fulcrais para os destinos de uma democracia? Qual o papel do estado na regulação da actividade económica? Como funciona o sistema de redistribuição do estado relativamente a cidadãos nacionais e não nacionais? Beneficia todos por igual? Que opiniões têm em relação ao sistema político? E em relação à política? E relativamente às instituições?

Quando nós perguntamos se um estado contribui para o benefício de todos, os públicos globais são quase uniformemente divididos: uma média de 49% afirma que sim, enquanto 50% afirma que não. Mas há uma grande diferença em torno dos países. Por exemplo, 88% na Eslováquia acredita que o estado contribui para benefício de todos, mas apenas 19% partilham esta visão na Grécia. Globalmente, a partilha do público dizer que o estado está a contribuir para o benefício de todos na sociedade tem decrescido em muitas nações desde que o Pew Research Center colocou a questão em 2002. Três nações – Japão, República Checa e Eslováquia – têm visto um aumento na partilha de quem diz que o estado contribui para o benefício de todos desde 2002 (Wike e Schumacher 2020, 8).

Em quatro países – Holanda, Hungria, Alemanha e Suécia – pessoas com visões favoráveis dos partidos populistas são certamente menos prováveis de dizer que os representantes eleitos se preocupam com o que as pessoas comuns pensam mais do que aqueles que vêem esses partidos desfavoravelmente. Por exemplo, aqueles com uma visão favorável dos Democratas Suecos são 26 pontos percentuais menos prováveis que os suecos

com opiniões desfavoráveis do partido para descrever os representantes oficiais como atenciosos acerca das pessoas normais (Wike, Silver, e Castillo 2019, 28).

Mas, em Itália, onde os partidos populistas Liga do Norte e o Movimento 5 estrelas estão actualmente a governar, a relação é reversa. Italianos com visão favorável destes dois partidos são mais prováveis de dizer que os representantes eleitos nos seus países se preocupam com o que as pessoas normais pensam.

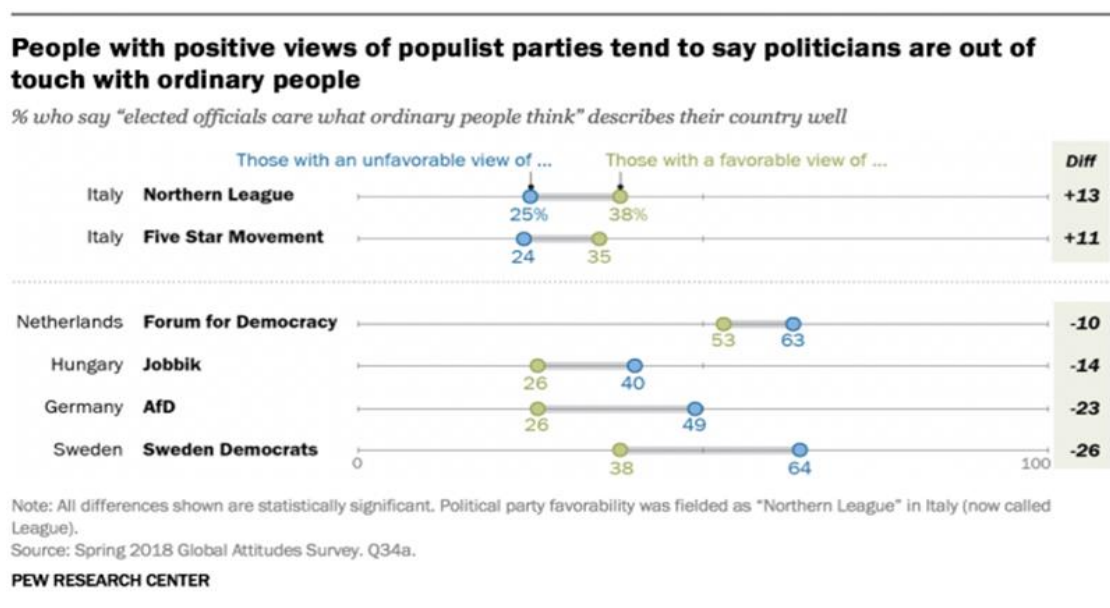


Figura 13. Eleitores nacionais-populistas e a sua visão dos políticos

Apesar da frustração que muitas pessoas sentem acerca dos líderes políticos e da forma como os seus sistemas políticos estão a funcionar, estes não têm desistido da democracia e muitos ainda acreditam que de pode ter uma voz no processo. Uma média de 67% concorda de que votar permite às pessoas comuns algo a dizer acerca de como funcionam as coisas no governo.

O descontentamento em relação à nossa forma de vida democrática traduz-se na existência de vaticínios antidemocráticos que encontram eco numa geração desprovida de memória e cultura política. Algumas evidências sugerem que segmentos significativos de indivíduos parecem receptivos a ser governados por um "líder forte" – de acordo com o Pew Research Center, 29

por cento em Itália, 26 por cento na Grã-Bretanha, 24 por cento na Hungria e 22 por cento nos EUA (Eatwell e Goddwin 2018, 116).

Há uma relação entre a insatisfação com o funcionamento democrático e o apoio a partidos populistas. Na Europa, nas últimas três décadas, os sociais-democratas de centro-esquerda viram os seus tradicionais partidários da classe operária de bastiões históricos mudar para o nacional-populismo (embora nem todos estes eleitores da classe operária sejam de esquerda) (Eatwell e Goddwin 2018, 44).

O argumento anterior é reforçado pelos dados apresentados num relatório do Pew Research Center²². Aproximadamente 6 em cada 10 suecos com uma opinião favorável dos Democratas Suecos estão insatisfeitos com o actual estado da democracia, comparando com apenas 17% daqueles que vêem os partidos de extrema-direita negativamente. Similarmente, 69% dos alemães com uma visão positiva da AfD de extrema-direita estão insatisfeitos, enquanto apenas 37% partilham esta visão entre os alemães que classificam a AfD negativamente (Wike, Silver, e Castillo 2019, 13).

O mesmo padrão é encontrado entre os que simpatizam com os partidos populistas de extrema-esquerda nalgumas nações. Por exemplo, 6 em cada 10 que tem uma visão favorável da França Insubmissa estão insatisfeitos com a forma em que a democracia está a trabalhar, comparando com 47% dos franceses que vêem o partido negativamente (Wike, Silver, e Castillo 2019, 14).

Interessantemente, aqueles com opiniões favoráveis aos dois partidos populistas europeus estão mais satisfeitos com a forma como a democracia está a funcionar: a extrema-direita do Reino Unido, o UKIP pro-Brexit e o partido de extrema-esquerda grego, Syriza.

Nem a esquerda nem a direita foram capazes de construir um tipo de afecto que as nossas instituições democráticas merecem (Innerarity 2016, 174). Numa sociedade de baixa intensidade, de descontentamento generalizado galopante em relação à política, de debates monótonos e argumentos

²² Wike, Richard, Laura Silver, e Alexandra Castillo. «Discontent is tied to concerns about the economy, individual rights and out-of-touch elites», 2019.

inexistentes, qualquer chamamento para se juntar às críticas encontra um acolhimento imediato (Innerarity 2016, 222).

A visão política das próprias instituições europeias é uma traição aos valores humanistas na qual a Europa das nações foi fundada. Os cidadãos, não consideram que os seus interesses estejam politicamente representados, mostrando uma certa repulsa e até indiferença perante decisões tomadas pelo Parlamento Europeu. Esta circunstância é a demonstração de que há clima de desconfiança dos cidadãos perante poderes que verdadeiramente não conhecem ou que nem sempre se sujeitam ao escrutínio democrático (como é o caso do Banco Central Europeu).

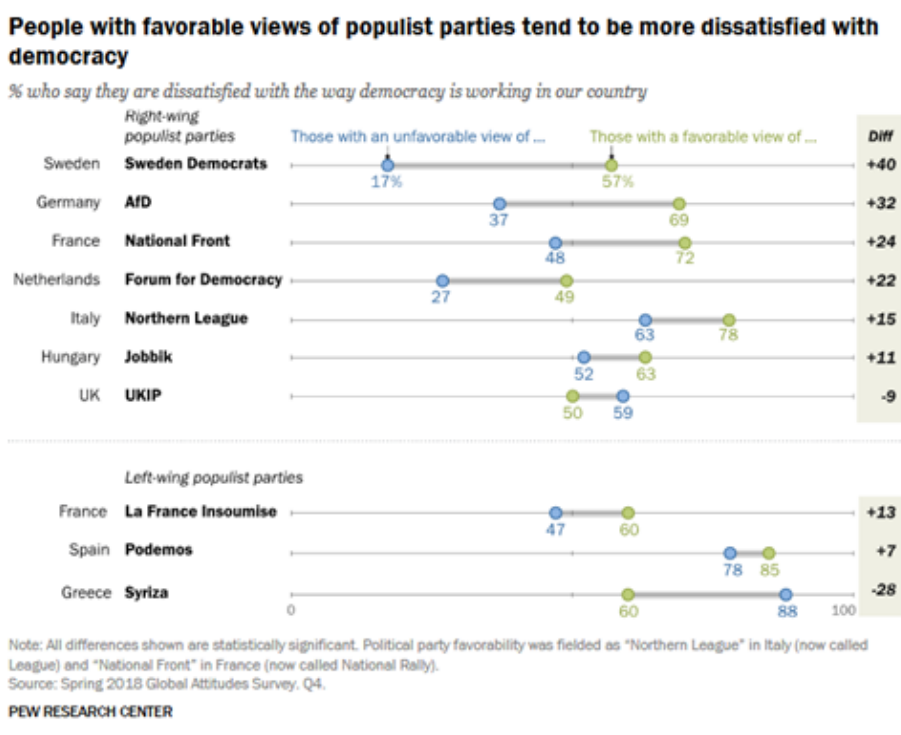


Figura 14. Eleitores nacionais-populistas e a sua visão da democracia

As palavras de Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, são significativas a este respeito quando numa entrevista em finais do século XX, referiu: “Decretamos algo, depois lançamo-lo ao ar e ficamos a ver o que acontece. Se não houver muito alarido e não se conseguir grande rebuliço, porque a maioria das pessoas não compreende o que ficou decidido,

continuamos, passo a passo, até chegarmos ao ponto sem retorno”(Eatwell e Goddwin 2018, 103).

Até alguns líderes da União Europeia reconheceram que surgira um intenso desprendimento, traduzido numa falta de harmonia entre os europeus e os tecnocratas deste espaço político. Donald Tusk, presidente do Conselho europeu em 2016, reconheceu: “Obcecados com a ideia de uma integração imediata e total, não conseguimos perceber que as pessoas comuns, os cidadãos da Europa, não partilham o nosso euro entusiasmo” (Eatwell e Goddwin 2018, 106).

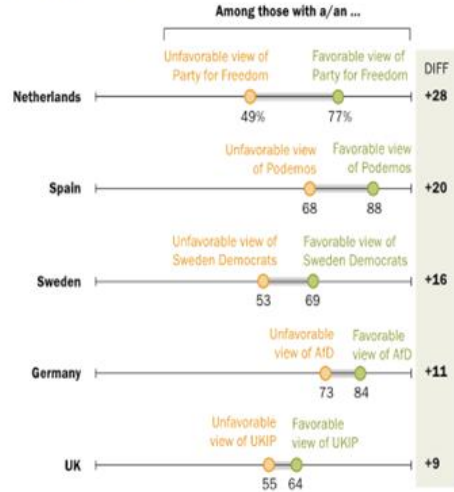
As pessoas com visões populistas são geralmente muito mais insatisfeitas com as instituições tradicionais mais do que as pessoas com visões mainstream (dominantes). Isto é verdade para todas as quatro instituições sobre as quais o inquérito questionou: o parlamento nacional, os novos media, bancos e instituições financeiras e, num menor grau, os militares.

Na Dinamarca, por exemplo, apenas 16% dos populistas ideologicamente de esquerda dizem que confiam no parlamento nacional, comparado com os 61% dos Dinamarqueses com visões mainstream (dominantes) de esquerda. Similarmente, apenas 27% dos populistas Dinamarqueses ideologicamente á direita dizem que confiam no parlamento, comparados com os 64% dos Dinamarqueses com visões mainstream (dominantes) de direita²³

²³ <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/07/12/5-key-takeaways-about-populism-and-the-political-landscape-in-western-europe/>

In some countries, those favorable toward populist parties are more supportive of direct democracy

A democratic system where citizens, not elected officials, vote directly on major national issues to decide what becomes law would be a good way of governing this country



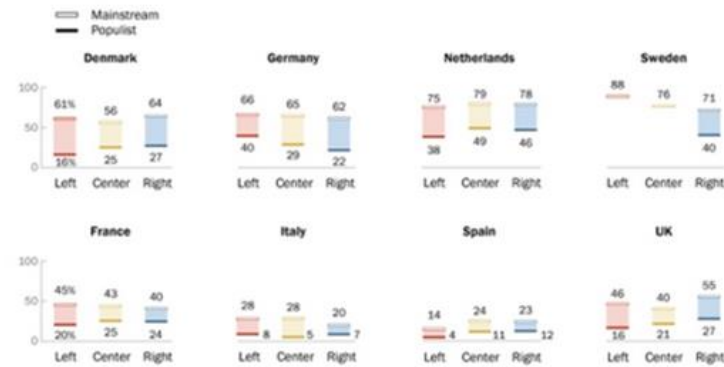
Source: Spring 2017 Global Attitudes Survey, Q29a.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 15. Eleitores nacionais-populistas e a sua visão da democracia directa

People with populist views trust national parliament less than those in mainstream

Trust national parliament



Note: Groups are based on respondents' self-placement on a left-right ideological scale and support for populist views, defined as those who answered "Most elected officials don't care what people like me think" and "Ordinary people would do a better job solving the country's problems than elected officials." See Appendix A for details. Sweden's Center Populists and Left Populists not shown in the graphic because their sample sizes are too small to analyze.

Source: Survey of eight Western European countries conducted Oct. 30-Dec. 20, 2017.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 16. Eleitores nacionais-populistas e a sua visão do Parlamento nacional

Numa sociedade complexa e diferenciada apenas a representação consegue que uma pluralidade de sujeitos seja capaz de actuar sem anular essa pluralidade (Innerarity 2016, 240). Para além de não se sentirem representados os cidadãos também sentem que não são ouvidos sobre temas de âmbito nacional. A participação política destes encontra-se praticamente restrita ao voto.

Por estas razões muitas pessoas estão agora instintivamente receptivas ao modelo de “democracia directa”. O Pew Research Center questionou as pessoas se o voto “directamente em importantes questões nacionais para se decidir o que é tornado lei” será uma cópia positiva ou negativa. Os germânicos responderam “positivo com uma maioria de 74:23 por cento, os franceses de 74:25, os americanos de 67:31 e os britânicos de 56:38.

As respostas cifraram-se em números ainda maiores entre os apoiantes do nacional-populismo reforçando a nossa opinião de que, embora muitos não queiram substituir a democracia, querem ter uma participação mais activa na maneira como as suas sociedades são governadas (Eatwell e Goddwin 2018, 122).

Apoiantes de alguns partidos populistas na Europa são particularmente entusiastas da democracia directa. Em Espanha, 88% daqueles que partilham uma visão favorável do Podemos dizem que o cidadão que vota em assuntos nacionais pode ser bom para o país. Na Alemanha, 84% dos apoiantes da AfD concordam, assim como 77% dos apoiantes do PVV na Holanda (Wike et al. 2017, 23).

O apoio pela democracia directa pode também ser visto em outras pesquisas recentes do Pew Research Center na Europa. Na esteira da decisão de deixar a União Europeia, uma média de apenas 18% em nove estados membros continentais da União Europeia dizem que que querem o seu país fora da União Europeia. Mas 53% dos apoiam a partilha de um voto nacional no seu próprio país membro da União Europeia.

E algum apoio é particularmente forte entre os apoiantes de partidos populistas eurocépticos, muitos dos quais têm anunciado o seu apoio a um referendo à permanência na União Europeia. E seis em cada nove nações

europeias continentais inquiridas, grande maioria destas que acreditam que a democracia é uma forma muito boa de governo apoiam o referendo ao seu próprio país membro da União Europeia (Wike et al. 2017, 24).

A preservação da “identidade cultural” e a rejeição da imigração

Muitas pessoas conservadoras socialmente sentem que os seus valores básicos estão a ser reduzidos pela rápida mudança cultural, um sentimento reforçado pelo crescimento da diversidade étnica e o espectro do terrorismo islâmico (Norris & Inglehart, 2019, p. 175)

Como sabemos as vagas migratórias, caracterizadas por uma imensa diversidade étnica e cultural, contribuem para uma mescla de culturas, modos de vida e valores totalmente diferentes. No entanto, há determinadas cidades em países como França, Inglaterra e os EUA, que outrora tinham uma maioria de população branca e neste momento, essa mesma população branca se encontra em minoria.

O rápido influxo de um número de imigrantes, refugiados e requerentes de asilo na Europa de sociedades pobres geraram tensões sociais. A crise de refugiados, com um número de pessoas a requerer asilo na União Europeia atingindo 1,26 milhões de refugiados em 2015, incluindo muitas sociedades de maioria islâmica, suscitaram desafios difíceis para os decisores políticos europeus em gerir o estado social, manter a coesão social e fornecer serviços de formação escolar aos refugiados. As transformações nas sociedades europeias através dos fluxos de população migratória e crescimento da diversidade multicultural têm sido dramáticos (Norris & Inglehart, 2019, p. 177)

A política de “portas abertas” da União Europeia para travar o fluxo de refugiados sofreu a contestação de vários países pelo facto de prejudicar a sua identidade cultural. Esse facto foi uma das razões responsáveis pelo Brexit. Cerca de um em cada dois britânicos consideravam que a sua integração na União Europeia estava posta em causa pela forma como a esta instituição supranacional estava a lidar com a crise dos refugiados. Muitos achavam que a União Europeia estava a transformar-se em algo bastante diferente da área comercial e económica que fora inicialmente prometida.

Os partidos populistas são uniformes na sua hostilidade face à imigração – juntamente com nacionalismo, nativismo, xenofobia e proteccionismo cultural. Reflectindo estes valores, esses partidos procuram restringir o movimento de pessoas dentro da União Europeia, limitando o influxo de migrantes, refugiados e requerentes de asilo de fora da Europa, para integrar os imigrantes dentro das culturas nacionais, através da sua oposição ao multiculturalismo na linguagem, religiões e estilos de vida e propondo medidas estritas de prevenção do terrorismo. Os apelos nacionalistas exploram o medo, ressentimento e intolerância dos nativos europeus contra o outro (Norris & Inglehart, 2019, p. 182)

A identidade cultural é algo extremamente valorizado pelos nacionais populistas. Estes consideram que nascer no país era um pré-requisito importante para fazer parte da nação. Tal tese era corroborada por 47% dos apoiantes do UKIP de Farage e 41% dos de Le Pen.

Na Áustria, o líder do Partido da Liberdade proclamou que “Viena não pode transformar-se em Istambul”. Na Alemanha, a AfD mexeu com medos semelhantes ao prometer “mais famílias para crianças alemãs”. Finalmente, na Dinamarca, o sentimento anti-imigrantes do Partido Popular era tão evidente que o seu slogan de campanha dizia apenas “Du ved, hvad vi star for” – “Vocês Sabem Aquilo que Defendemos”(Mounk 2019, 170).

Esta perspectiva mais abrangente ajuda-nos a compreender por que motivo os nacionais-populistas têm mais probabilidades de considerar os imigrantes, refugiados, minorias e muçulmanos culturalmente diferentes como uma ameaça para a sua identidade nacional e modo de vida. Nas décadas do pós-guerra, estas atitudes limitaram as oportunidades dos imigrantes, sustentando forma difusas de discriminação e definindo leis de cidadania de muitos países (Mounk 2019, 205).

O Partido Popular Dinamarquês autodenomina-se os “verdadeiros sociais-democratas”, destacando não só a sua sensibilidade para as preocupações da classe operária, mas também o seu desejo de proteger os benefícios da segurança social para o grupo nativo, restringindo-os para os imigrantes e refugiados recém-chegados. Dirigindo-se aos eleitores, o líder

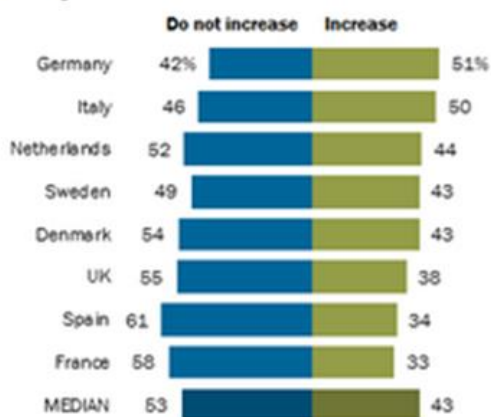
dos Democratas Suecos disse simplesmente: “A eleição é uma escolha entre a imigração maciça e a assistência social (Eatwell e Goddwin 2018, 80)

Mas embora o nacionalismo de exclusão tornasse impossível a muitos residentes partilhar totalmente a promessa de democracia liberal, raramente era usado como arma contra o sistema em si. Isto tem mudado lentamente nas últimas décadas: um novo tipo de populistas tem combinado um compromisso forte para com um nacionalismo de exclusão com um ataque iliberal a instituições existentes.

Como Trump, diversos políticos, de Wilders a Le Pen, brandem o nacionalismo como uma arma que, esperam, possa revelar-se capaz de causar danos à democracia liberal. Em ambos os lados do Atlântico, nacionalismo e democracia parecem agora em desacordo um com o outro. Se os advogados de um nacionalismo de exclusão triunfarem, o ideal de uma democracia liberal e multiétnica morrerá lentamente.

Publics divided on whether immigration increases terror risk

Immigrants ___ the risk of terrorist attacks in our country



Source: Survey of eight Western European countries conducted Oct. 30-Dec. 20, 2017.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 17. Imigração e risco de terror

Contudo, no geral, não são insulares, pois aceitam várias formas de ligações e obrigações internacionais, incluindo, em muitos casos, a inclusão da União Europeia, mesmo que se oponham a mais integração.

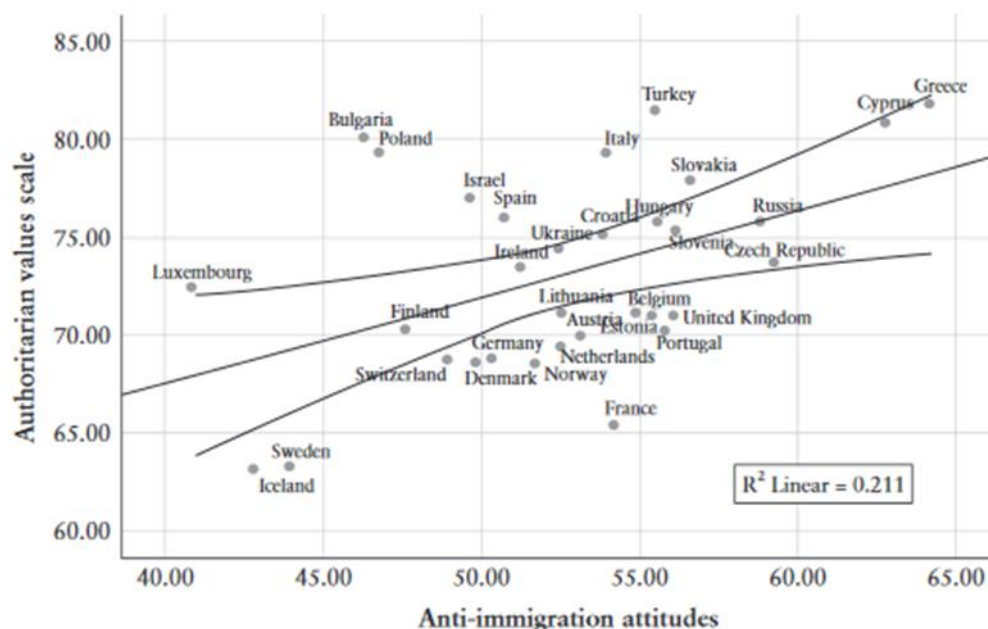


Figura 18. Valores autoritários e atitudes anti-imigração

A partir do gráfico anterior é possível observar um entrecruzamento entre duas variáveis: as atitudes anti imigração e a prevalência de valores autoritários. Será que há uma relação entre uma e outra variável? Será que um conjunto de atitudes anti imigração, explicam um aumento dos valores autoritários?

Há três conclusões imediatas acerca do gráfico anterior (Norris & Inglehart, 2019, p. 194):

- Grécia e Chipre têm fortes valores autoritários e grande hostilidade aos imigrantes;
- Alguns países da Europa Central e de Leste como a Rússia, a Eslovénia, a Eslováquia tiveram também altos níveis em ambas as dimensões (valores autoritários e atitudes anti imigração) embora a Polónia e a Bulgária tivessem mais atitudes positivas em relação à imigração;

- muitos outros países foram mais abertos acerca da imigração e muito menos autoritários, incluindo os países escandinavos e muitos países da Europa Ocidental como a Alemanha

Há uma forte ligação entre as atitudes anti imigração com valores autoritários em cerca de 2/3 dos países sob comparação. Particularmente uma forte ligação é encontrada nalgumas das sociedades europeias de rendimento mais elevado tais como Suíça, Alemanha, Dinamarca e Áustria, em que tivemos um influxo de migrantes nos últimos anos e onde a direita radical tem conseguido ganhos eleitorais significativos (Norris & Inglehart, 2019, p. 203).

De forma contrária, as correlações não são muito significativas em países de baixo-rendimento, incluindo muitas das sociedades pós-comunistas tais como são a Ucrânia, Rússia e Polónia, nas quais se tem visto uma saída líquida de imigrantes para a Europa Ocidental.

Estas mudanças ao nível da imigração contribuíram para um aumento do securitarismo, seja a nível da desconfiança face aos imigrantes como o medo em relação a possíveis atentados terroristas.

Em oito países inquiridos – Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha e Reino Unido, entre as pessoas com visões populistas, cerca de um terço ou mais dos inquiridos diz que os imigrantes aumentam o risco de terrorismo na sua nação, com os italianos e alemães a serem os mais prováveis de expressar essa visão.

Dentro de cada país, a ideologia esquerda-direita tende a influenciar estas opiniões mais do que as visões populistas o fazem. Pessoas à direita são pelo menos 20% mais prováveis do que as de esquerda de dizer que os imigrantes aumentam o risco de terrorismo no seu país. Ainda, em muitos países, as visões populistas também importam – os grupos populistas

estudados tendem a ser mais negativos em direcção aos imigrantes nos assuntos de segurança do que os seus homólogos nacionais²⁴

A globalização e as políticas de “portas abertas” da Europa na integração e acolhimento de refugiados, contribuiu para uma alteração da composição das sociedades e do seu perfil étnico e cultural. A crise dos refugiados também teve um forte impacto na Alemanha, com a abertura de fronteiras a cerca de 1 milhão de refugiados e requerentes de asilo (Norris & Inglehart, 2019, p. 183).

A chanceler Angela Merkel em 2016 alertava para os desafios a enfrentar pelos cidadãos europeus: “A situação é hoje em dia muito melhor do que era há um ano, mas temos ainda muito trabalho pela frente. O repatriamento continua a ser um dos principais problemas. Ao mesmo tempo, os nossos cidadãos esperam, e com razão, que possamos ajudar quem precisa e que digamos aos que não tem autorização para ficar que devem deixar a Alemanha”.

Esta decisão levou a ondas de choque em toda a União Europeia, com a Grécia e a Itália a receberem barcos carregados de refugiados ao longo do Mediterrâneo e Áustria, Bulgária, Croácia, e Hungria lidando repentinamente com o caos à volta das suas fronteiras à volta da rota balcânica de entrada (Norris & Inglehart, 2019, p. 183)

A popularidade do partido nacional-populista Alternativa para a Alemanha já começara a subir depois de criticar os resgates, pagos pelos contribuintes, aos países em maus lençóis na Zona Euro, mas no meio da crise dos refugiados mudou o seu foco para as ameaças à segurança e à identidade. Em 2017, o partido chegou ao parlamento, conseguindo 13 por cento dos votos e noventa e quatro assentos parlamentares (Eatwell e Goddwin 2018, 142 e 143). E em 2018, um estudo revelou que 63 por cento dos germânicos queriam

²⁴ <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/07/12/5-key-takeaways-about-populism-and-the-political-landscape-in-western-europe/>

que o seu país adotasse uma resposta mais musculada à crise de refugiados (Eatwell e Goddwin 2018, 145).

Diferentes tipos de migrantes estão a introduzir-se numa era daquilo a que Roger Eatwell e Matthew Goodwin designam por “mudança hiperétnica” o que está a provocar receios significativos e rancor entre um elevado número de eleitores, e que, muito provavelmente, aumentarão (Eatwell e Goddwin 2018, 127). Os nacionais-populistas levantam muitas das vezes questões legítimas, tais como a quantidade de imigrantes que é possível acolher, que conjunto de competências devem ter e se os recém-chegados devem ter acesso aos mesmos benefícios que os cidadãos de longa data.

A visão sobre os muçulmanos é mais desfavorável entre os apoiantes de partidos de extrema-direita. Por exemplo, 59% dos suecos com uma opinião positiva do partido Democratas Suecos de extrema-direita expressam uma opinião desfavorável dos Muçulmanos no seu país; entre aqueles que têm uma opinião negativa dos Democratas Suecos, apenas 17% vêem os muçulmanos negativamente (Wike et al. 2019, 17).

Como as pessoas se sentem acerca dos partidos populistas de extrema-direita também caracteriza as suas atitudes em direcção aos Muçulmanos na República Checa, Holanda, França, Itália, Espanha, Reino Unido e Hungria. Um padrão diferente emerge, contudo, relativo às visões dos partidos populistas de extrema-esquerda. Em França, Grécia e Espanha, pessoas com uma visão favorável dos partidos populistas de extrema-esquerda tendem a ter mais atitudes positivas em relação aos muçulmanos nos seus países (Wike et al. 2019, 18).

Fuerzas populistas en Europa

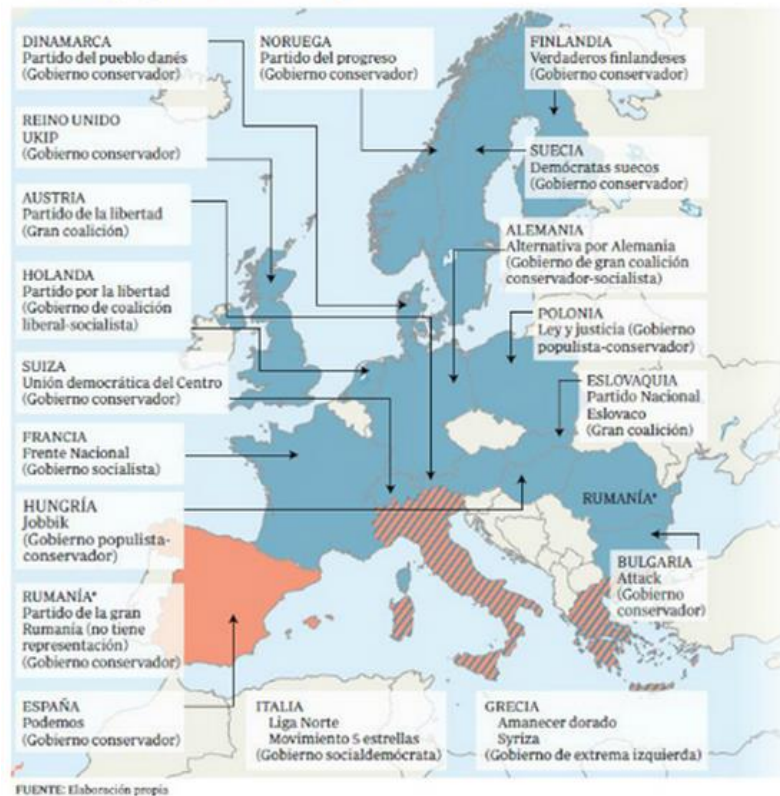


Figura 19. Forças populistas na Europa

Outra questão que frequentemente é levantada pelos nacionais-populistas na Europa Ocidental prende-se com a preservação e defesa de uma “tradição judaico-cristã”. Neste contexto, face a um crescente número de muçulmanos na Europa os nacionais populistas como Marine Le Pen ou Matteo Salvini consideram que estes constituem uma ameaça às tradições liberais e às raízes cristãs europeias e que por essa via representam uma ameaça cultural e demográfica específica no Ocidente.

Em países como a França Marine Le Pen comparou os muçulmanos que rezam nas ruas à ocupação nazi: “Trata-se de uma ocupação de faixas de território, de áreas em que a lei religiosa impera. É certo que não há tanques nem tropas, mas não deixa de ser uma ocupação que tem repercussões para o povo (Eatwell e Goddwin 2018, 136). Esta preocupação da líder de extrema-direita francesa prende-se com uma espécie de invasão muçulmana na Europa, onde por exemplo as populações muçulmanas são muito mais numerosas do que nos EUA..

O Pew Research Center veio confirmar estatisticamente que há uma percepção entre os cidadãos europeus de que os refugiados aumentarão o risco de terrorismo. Mais de 70 por cento dos polacos e húngaros, 60 por cento ou mais dos italianos, holandeses e germânicos e mais de metade dos britânicos, gregos e suecos confirmam a tese acima apresentada. Em média quase 60 por cento dos europeus ligava estatisticamente os refugiados a actos terroristas (Eatwell e Goddwin 2018, 143 e 144).

Para muitos, esta considerável imigração e mudança étnica potenciam a real possibilidade de o seu grupo, que em tempos foi dominante, não tarda a ser uma minoria consoante as suas nações continuem a tornar-se muito mais diversificadas em termos étnicos e culturais. Estas tendências estão a fomentar uma considerável inquietação pública, o que, por sua vez, continuará a alimentar o nacional-populismo (Eatwell e Goddwin 2018, 137).

As pessoas que vivem em países ultraconservadores e têm uma forte cultura nacional-populista, mas baixos índices de imigração, apontam muitas vezes para o que está a acontecer a Ocidente com horror e consternação.

De facto, a história da imigração, vincadamente diferente em grande parte da Europa de Leste, explica porque se opuseram tão ferozmente à crise de refugiados que irrompeu a Europa. Países como a Bulgária, a Polónia e a Roménia haviam experienciado uma emigração líquida depois de aderirem à União Europeia, quando muitos jovens deixaram o país em busca de economias com salários mais altos no Ocidente; mas também tinham sólidas correntes nacionalistas, o que significa que encararam a chegada de refugiados com culturas e etnias diferentes, bem como as minorias nacionais como a comunidade cigana, como uma ameaça para a sua identidade e comunidade. Muitos líderes e pessoas da Europa Central e Ocidental abominam aquilo que consideram ser uma Europa cosmopolita e liberal no Ocidente (Eatwell e Goddwin 2018, 134 e 135).

A “austeridade” como factor-chave para o crescimento dos nacionais-populismos

Os períodos de crise económica constituem momentos por excelência para se verificar um incremento das forças populistas. Se pensarmos nas economias do sul da europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre e Malta) e que antes da adesão ao euro, já registavam um significativo atraso em relação à União Europeia²⁵, beneficiaram dos fundos estruturais e de um maior afluxo de investimento estrangeiro, obtendo numa fase inicial um crescimento económico significativo. No entanto, por força da globalização neoliberal, a adesão ao euro e o alargamento da União Europeia aos países da europa Central e Oriental aumentaram as clivagens entre as economias mais frágeis, tecnologicamente menos avançadas e ainda muito assentes, em alguns casos, em sectores de mão-de-obra intensiva.

Economic Freedom Rankings

26

OVERALL RANK ↕	COUNTRY NAME ↕	YEAR ↕	OVERALL SCORE ↕
26	Italy	1990	6.92
37	Portugal	1990	6.19
98	Estonia	1990	4.47
96	Romania	1990	4.49
92	Bulgaria	1990	4.57

OVERALL RANK ↕	COUNTRY NAME ↕	YEAR ↕	OVERALL SCORE ↕
23	Romania	2018	7.83
51	Italy	2018	7.51
14	Estonia	2018	7.96
43	Portugal	2018	7.60
32	Bulgaria	2018	7.74

Figura 20. Ranking de liberdade económica

²⁵ <https://www.esquerda.net/artigo/evolucao-das-assimetrias-na-ue-1-leste-converge-sul-diverge/68494>

²⁶ Fonte: Dados recolhidos do Economic Freedom of the world 2020 Annual Report <https://www.fraserinstitute.org/>

De modo inverso, países da Europa de leste que aderiram à União Europeia (Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Roménia e Bulgária) e se encontravam do ponto de vista do rendimento e das infra-estruturas, bastante atrás dos seus parceiros na data da adesão, tiveram algumas dificuldades iniciais em se adaptar às exigências da União Europeia, devido aos custos sociais causados pela adaptação das suas economias a uma nova realidade (encerramento de grandes indústrias, aumento do desemprego, entre outras).

Contudo, o acesso aos fundos estruturais e o grande afluxo de investimento estrangeiro permitiram um rápido crescimento económico nos anos que se seguiram à adesão, tal como os países do Sul. Só que diferentemente destes últimos, os países de leste apresentavam algumas características que lhes permitiram prosperar economicamente, nomeadamente o facto de possuírem uma mão-de-obra mais barata do que a do Ocidente e com elevados níveis de qualificação, factores que contribuíram para atrair as multinacionais.

À excepção da Roménia e da Bulgária, mais periféricas, todos os países do leste anteriormente mencionados beneficiaram de uma posição geográfica favorável dada a sua proximidade com a Alemanha.

Por outro lado, estando quase todos estes países fora do euro no momento da crise que afectou a moeda única e tendo ainda necessidade de modernizar as suas infraestruturas, para as quais mobilizaram um investimento público e privado considerável, tiveram, no período em análise, um bom desempenho económico, que lhes permitiu reduzir a distância face ao resto da UE.

Os dados do relatório anual de liberdade económica no mundo em 2020 acabam por reforçar a ideia de que com a entrada na União Europeia os países do leste europeu, pelas razões acima invocadas conseguiram melhorar a sua situação económica, modernizando os seus países, enquanto os países do sul da Europa, ou se mantiveram na mesma posição ou regrediram algumas posições.

Portugal em 1990, ou seja 4 anos após ter aderido à União Europeia apresentava-se em 37º lugar no índice global de liberdade económica, à frente de países como a Estónia (98º lugar), Roménia (96º lugar) e Bulgária (92º lugar). Em 2018, Portugal (43º lugar) foi ultrapassado pela Estónia (14º lugar) e Roménia (23º lugar).

Facilmente se compreendem os dados daqueles que pensam que a integração europeia enfraqueceu a sua economia em geral²⁷, sejam aqueles que têm uma maior predisposição para apoiar partidos populistas (83% em França, 68% em Itália, 65% na Suécia e 64% no Reino Unido). Em países como a Hungria, Eslováquia, República Checa e Alemanha, os valores não chegaram aos 50%.

Many who support right-wing parties think European integration has hurt their nation's economy

% who say the economic integration of Europe has weakened their country's overall economy

Among those who ...		Support %	Do not support %	Diff
France	National Rally	83	46	-37
Sweden	Sweden Democrats	65	28	-37
UK	UKIP	64	34	-30
Germany	AfD	49	21	-28
Czech Rep.	SPD	44	17	-27
Netherlands	PVV	58	32	-26
Netherlands	FvD	52	30	-22
Italy	Lega	68	52	-16
Hungary	Jobbik	27	15	-12
Slovakia	OLaNO-NOVA	17	29	+12
Hungary	Fidesz	8	27	+19

Note: Only statistically significant differences shown. "Support" percentages represent respondents who have a favorable view of each party. "Do not support" percentages represent respondents who have an unfavorable view of each party. For more information on European populist parties, see Appendix A.
Source: Spring 2019 Global Attitudes Survey, Q14.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 21. Apoiantes da extrema-direita e a sua opinião da integração europeia

²⁷ Ver o quadro "Many who support right-wing parties think European integration has hurt their nation's economy"

As crises, nomeadamente as de 2008 e 2011, tiveram impactos danosos nas economias a nível mundial. Se a crise de 2008 teve como epicentro a falência do banco de investimento Lehmann Brothers, com consequências severas para os PIB's das economias da Zona Euro, a crise de 2011 foi uma continuação do processo da crise de 2008, reflectindo-se concretamente no endividamento excessivo dos países da Zona Euro. A gestão da crise económica desembocou numa nova ortodoxia que alguns qualificam como “estado da austeridade” (Pierson, 2001 apud Innerarity 2016)

Não há dúvida de que os abalos provocados pela crise e as ulteriores réplicas exacerbaram as profundas divisões culturais e económicas do Ocidente que sustentam o nacional-populismo. Todavia, estas divisões começaram muito antes do colapso da Lehman Brothers. Tal como os Austríacos, britânicos, búlgaros, dinamarqueses, holandeses, franceses, húngaros, italianos, noruegueses, polacos e suíços afiançaram, o nacional-populismo já era uma importante força muito antes da Grande Recessão (Eatwell e Goddwin 2018, 21).

Durante os decénios de 1990 e 2000, emergiu nos países ocidentais um vasto leque de nacionais-populistas. Num estudo citado por Eatwell e Goodwin sobre dezassete democracias na europa concluiu que o nacional-populismo teve o grosso do seu crescimento antes da crise financeira, tendo depois beneficiado dos maiores ganhos em regiões que escaparam aos piores efeitos do desastre colapso. Na Grã-Bretanha, apesar de muitos escritores atribuírem mais tarde o Brexit á austeridade do pós-crise, esquecem que foi em 2004 que Nigel Farage e o UKIP tiveram o maior sucesso, que se seguiu a quarenta e oito trimestres de expansão económica (Eatwell e Goddwin 2018, 32 e 33).

Os europeus procuravam novas soluções que lhes permitisse sair da crise tão rápido quanto fosse possível. Para termos uma pequena ideia do cenário da nova configuração política da União Europeia, constata-se que só três países não têm actualmente partidos de extrema-direita no poder (Irlanda, Malta e Luxemburgo). Apenas este dado demonstra como a mudança do

cenário económico e social tiveram repercussões evidentes na reestruturação política europeia.

As decisões sobre as medidas de ajustamento impõem-se como uma exigência difusa e irresistível. Como consequência da imposição que os mercados exercem sobre os Estados, as pessoas têm cada vez mais a sensação de que os governos não actuam em seu nome, mas sim no de outros Estados ou organismos internacionais, que estão livres da pressão eleitoral (Innerarity 2016, 194). A austeridade surgiu como a principal resposta da União Europeia perante a crise. Sendo que a partir daí se dizia que vivemos numa “era da austeridade.”²⁸

Esta receita propunha duas soluções concretas a curto médio-prazo: aumento de impostos e redução da despesa externa, que tinham como principal função um controlo rigoroso das contas públicas. Os países viam-se assim obrigados ao cumprimento de metas orçamentais de dívida e défice perante as entidades credoras, responsáveis pela monitorização dos programas europeus de resgate económico-financeiros.

A crise não fez outra coisa senão agravar a redução do espaço de manobra dos governos (Innerarity 2016, 193) e veio por outro lado acentuar um conjunto de problemas anteriormente existentes: a fraqueza do estado social e a inexistência de reformas suficientemente capazes de equilibrar os sistemas de segurança social; acentuados problemas de corrupção; profundas desigualdades económicas e sociais; crescimento económico reduzido e “avaria do elevador social” (especialmente nos países do sul).

Todos estes factores, ao alterarem as condições de vida económicas e sociais destas pessoas, contribuíram para a perda de identidade das mesmas. Quando as pessoas perdem empregos bem remunerados e sindicalizados, não perdem só a sua posição na classe média; também ficam à beira de perder um

²⁸ Tempo histórico em que a prudência fiscal e a consolidação orçamental passaram a ser novas normas, ao passo que a própria ideia do défice público prolongado no tempo parece coisa do passado (Innerarity 2016, 192)

conjunto inteiro de relações sociais que estrutura e dá significado às suas vidas (Mounk 2019, 237).

Entretanto, as pessoas que já não obtêm dos seus empregos um sentimento de identidade alimentam com frequência um sentimento crescente de rancor. Acabam por ter um ressentimento cada vez maior face a pessoas que se encontram numa situação económica semelhante, embora não sejam oriundas do mesmo grupo racial ou religioso (Mounk 2019, 238). Na América de Donald Trump, as pessoas que acreditavam que os brancos já não conseguiam arranjar empregos porque as empresas estavam a entrega-los às minorias tinham 50 por cento mais probabilidades de darem o seu voto a Trump (Eatwell e Goddwin 2018, 49). Nigel Farage afirmou que os imigrantes que se instalavam na Grã-Bretanha vindos de todos os quadrantes da Europa estavam a roubar emprego aos trabalhadores britânicos, pondo-se ao lado de pessoas que já não ouviam falar inglês nos transportes públicos e defendendo que a Grã-Bretanha atingira o “ponto de rutura” (Eatwell e Goddwin 2018, 52).

Esta situação em que grupos certos grupos sociais estão a perder poder em relação a outros é designada por Rogger Eatwell e Matthew Goodwin como despojamento relativo²⁹ (Eatwell e Goddwin 2018, 19) . Este sentimento de relativo despojamento é absolutamente central para o nacional-populismo. Funciona como um elo de ligação entre a cultura e a economia. Está intimamente ligado às preocupações das pessoas em relação a uma posição económica e social do seu grupo mais lato e o modo como se compara com outros na sociedade. Todavia, está também intimamente relacionado com as preocupações específicas das pessoas em relação ao seu sentimento de que os imigrantes, as minorias étnicas e a rápida mudança étnica estão a ameaçar o grupo, não apenas em termos económicos, mas também sociais e culturais (Eatwell e Goddwin 2018, 50).

²⁹ Contudo, é importante referir que os sentimentos de despojamento relativo não estão simplesmente relacionados com indicadores objectivos tais como salários baixos, métricas de pobreza ou desemprego, que, na realidade, são maus previsores do apoio ao nacional-populismo (Eatwell e Goddwin 2018, 189)

A maior parte dos apoiantes dos partidos nacionais-populistas pensam que a integração europeia tem prejudicado a economia das suas nações. Em França, Grécia e Bulgária, aproximadamente metade pensa que a integração europeia tem enfraquecido a sua economia nacional e a maioria em Itália concorda³⁰. Em muitos países, aqueles que apoiam partidos populistas de extrema-direita são mais prováveis de pensar que juntar-se à União Europeia tem enfraquecido a sua economia nacional.

Em Portugal, a crise atingiu fundamentalmente a classe média e os seus rendimentos, tanto a nível de impostos como o corte de salários e pensões. A legislação laboral também foi significativamente alterada, fundamentalmente ao nível da flexibilização das leis laborais, facilitação dos despedimentos em vários sectores da função pública, encerramento de vários serviços de proximidade (correios, lojas de cidadão), repartições de finanças ou tribunais.

A precariedade aumentou, sobretudo entre os jovens, que tiveram bastantes dificuldades na obtenção do primeiro emprego. Entre aqueles que conseguiam emprego, muitos deles eram mal pagos e de duração limitada. Perante este cenário surgiram na Europa movimentos sociais e políticos contestatários desta realidade, cujo objectivo era pressionar os governos a voltar a traz nas suas intransigências.

A contestação a este modelo austeritário, o cansaço com as promessas falhadas dos “partidos do centrão”, contribuíram para o aumento da conflitualidade social e o aparecimento de partidos radicais à esquerda e à direita como agentes capazes de alterar o paradigma que até aí se vivia, entrando na luta pelo poder ou condicionando-o directamente.

³⁰ <https://www.pewresearch.org/global/2019/10/14/the-european-union/#many-see-benefits-to-eu-membership>

A indignação foi uma das respostas encontradas que procurou transformar a política a partir de dentro do sistema institucional (Innerarity 2016, 19). Talvez pelo facto de os populistas conseguirem atrair para as suas fileiras um conjunto de indignados e pessoas que há muito se encontravam afastadas da política, se tivesse criado o mito popular de que as pessoas que apoiaram Trump, o Brexit e outros como Le Pen e Salvini, estivessem a votar contra o sistema e não a favor dos nacionais-populistas (Eatwell e Goddwin 2018, 48).

Esta “teoria do protesto” goza de popularidade porque muitos escritores, sobretudo os da esquerda liberal, têm dificuldade em perceber que as pessoas podem de facto desejar coisas como menos imigração, fronteiras mãos fortes, menos subsídios para imigrantes recentes que não pagaram impostos durante anos e a devolução de mais poderes ao Estado-nação pelas distantes instituições internacionais.

Na Itália, em 2011, a pressão, conjugada com receios de que a terceira maior economia da Zona Euro estaria à beira do colapso e levaria a moeda única de arrasto, levou à nomeação de um Governo tecnocrata e apartidário sob a égide de um antigo comissário da União Europeia chamado Mario Monti. A oposição a Monti não tardou a aumentar e os acontecimentos atçaram mudanças consideráveis. Apesar de as eleições seguintes de 2013 terem sido conquistadas pelo centro-esquerda, surgiu um novo partido populista chamado Movimento 5 estrelas, depois de apelar à repulsa das pessoas em relação ao poder político instituído e à corrupção endémica (Eatwell e Goddwin 2018, 105).

A Grande Recessão também afectou bastante a Espanha, reforçada pela decisão do Banco Central Europeu de aumentar as taxas de juro, o que piorou um mercado imobiliário já em recessão e conduziu à difusão de medidas de austeridade. O desemprego, sobretudo entre os jovens, aumentou significativamente. Um novo partido populista de esquerda, o Podemos, contou com a ajuda destes desenvolvimentos, ficando em terceiro lugar nas eleições de 2015, com 21 por cento dos votos.

A situação foi ainda mais grave na Grécia, onde ainda antes da crise as pessoas se sentiam frustradas com a corrupção endémica e o mau funcionamento das suas instituições. Em 2015, um novo governo anti austeridade populista de esquerda na Grécia convocou um referendo inesperado à imposição de mais austeridade, que o povo grego rejeitou por uma margem de 61:39 por cento (Eatwell e Goddwin 2018, 105 e 106).

Numa sucessão de eleições durante 2017 e 2018, o antieuropeísta Geert Wilders ficou em segundo lugar nos Países Baixos, quase metade dos franceses apoiaram candidatos eurocépticos e na primeira volta das presidenciais, o partido antieuro Alternativa para a Alemanha irrompeu pela primeira vez e, pouco depois, a Itália pendeu bastante a balança para a direita: o Movimento 5 Estrelas, assumidamente populista, e a Liga – ambos tinham criticado a austeridade imposta na União Europeia – foram impelidos a formar um governo de coligação. Nas eleições europeias de 2019, depois de um afamado chorrilho de comentários de Salvini relacionados com a imigração e a política económica da União Europeia, a Liga granjeou o primeiro lugar, duplicando o seu resultado em relação às eleições gerais de 2018 (Eatwell e Goddwin 2018, 107).

Características do líder: O carisma, o culto de personalidade e as promessas falaciosas

A relação entre processos e pessoas, instituições e indivíduos, já deu muitas voltas na história das nossas democracias. Há duas formas de compreender a história: se por um lado as teses marxistas realçam um actor colectivo – as massas, que constituem o povo; há também quem considere que é aos grandes líderes que devemos as grandes transformações políticas. O séc. XX foi o século das patologias do carisma político (Innerarity 2016, 352 e 353 in Monod, 2012).

Para os líderes populistas, o conteúdo do discurso pode ser analisado em termos de ethos (focando-se no carácter da liderança e credibilidade), pathos (uso das emoções, tais como o patriotismo, compaixão ou ódio) e recursos que apoiem esses indícios (Norris & Inglehart, 2019, p. 226). As campanhas de comunicação podem também ser escrutinadas, focando-se no anti elitismo e o apelo às pessoas, um estilo informal e anti-intelectual e emocionalmente negativo apelando à política do medo

Os líderes populistas são encarados como sendo “qualquer um de nós” - “homens (ou até mulheres) do povo”. Donald Trump é exactamente o oposto daquela que é a definição convencional de populismo, embora apresente características que o tornam carismático: a proximidade e ligação directa com o povo, reveladas pela empatia que revela no contacto com o mesmo ou o seu jeito natural de ser e de comunicar.

Nas campanhas de Chávez havia uma constante alusão ao povo, através de slogans como “Chávez es Pueblo! (Chávez é Povo!) e “Chávez somos millones, tú también eres Chávez!” (Chávez somos milhões, tu também és Chávez). E depois da sua morte, as pessoas uniram-se em torno de um novo imperativo: “Seamos como Chávez!” (Sejamos como Chávez) (Muller, 2017, p. 49).

O líder não tem de “encarnar” o povo, como poderiam sugerir slogans do tipo “Índira é a Índia e a Índia é Índira”. Mas um sentimento de ligação directa e de identificação precisa de lá estar. Os populistas querem sempre eliminar o intermediário, por assim dizer, e depender o menos possível de complexas organizações partidárias como mediadoras entre os cidadãos e os políticos.

Todas estas características anteriores atribuídas aos populistas preenchem a definição de carisma como alguém que possui dons extraordinários para interpretar e representar a vontade de um povo ou a necessidade de explorar o ressentimento das pessoas (Muller, 2017, p. 47).

A forma como o populista se dirige às massas e comunica, aquilo que diz (e não diz) remetem-nos para a definição de estilos de liderança. Há para Appadurai uma sobreposição parcial das ambições e promessas dos seus líderes e a mentalidade dos seus seguidores. Estes líderes detestam a democracia, porque é um obstáculo à prossecução maníaca do poder. Os seguidores são vítimas do cansaço da democracia que encara as políticas eleitorais como a melhor maneira de sair da própria democracia (Appadurai 2017, 26).

Para análise dos movimentos populistas actuais, centrei-me na definição do populismo dos políticos por ser aquele que melhor serve os interesses do líder populista e o seu carisma, assim como o seu diálogo com as massas, que se lhe encontram subordinadas (J. F. Pinto 2017, 76 in Laclau 2005, 18). Parece ter-se estabelecido um personalismo banal que substitui o forte perfil ideológico pela inflexão pessoal, que chama a atenção para os traços pessoais do líder como explicação da sua capacidade de sedução política (Innerarity 2016, 353).

A narrativa do populismo articula uma variedade de mitos, símbolos, temas ideológicos e argumentos racionais, como faz sentido a sua presente condição e oferecendo um caminho substancialmente melhor (Panizza 2005, 20). Não podemos concluir a priori que existe uma forma de comunicar nem um estilo de liderança que defina a acção de política de um populista.

Cada um deles tende a desenvolver uma cultura de personalidade deles mesmos reivindicando o manto da autoridade carismática, que existe independentemente das instituições como os partidos políticos. O líder carismático neste sentido mobiliza e governa pelo apelo directo às pessoas sem mediação de instituições políticas como partidos e parlamentos³¹ (Fukuyama, sem data, 10 e 11; Mudde 2013, 2).

A personalização da política tem muito que ver com a diluição dos perfis ideológicos. As propriedades pessoais daqueles que fazem a política passaram a surgir no primeiro plano do cenário. Fixamo-nos menos no que dizem do que em saber se esse discurso tem correspondência com o que fazem e, sobretudo, com o que são (Innerarity 2016, 304). O culto da personalidade pode transformar líderes em figuras messiânicas, para os quais a responsabilidade não é um assunto relevante.

O menosprezo populista pelos pesos e contrapesos encorajam a regra por decreto e todos os tipos de comportamento autoritário.

A entrada do carisma no Universo da Sociologia Política acabaria por conceder ao conceito um sucesso e uma visibilidade indiscutíveis. Para Weber o carisma era um dom e não podia desenvolver-se nas pessoas que não o possuíam em germe, embora admitisse a possibilidade de o carisma não vir a manifestar-se se não fosse estimulado, ou seja, se a conjuntura não fosse favorável ao seu desabrochar.

A liderança carismática³² surgiu porque os “líderes naturais”, em situações de dificuldades psíquicas, físicas, económicas, éticas, políticas, religiosas e políticas, não eram pessoas que ocupavam um cargo público, nem que exerciam determinada “profissão” especializada e remunerada mas portadores

³¹ É o líder portante que interpreta directamente o pulsar do povo. Não existem intermediários. Apenas auxiliares (J. F. Pinto 2017, 72).

³² A liderança carismática era unipessoal e o chefe carismático dotado de características superiores aos outros homens. Características essas que se revelavam essenciais em situações extremas, ou seja, quando o grupo precisava de um líder que traçasse o caminho, sob pena de o conjunto perder a sua unidade ou a sua autonomia.

de dons físicos e espirituais específicos, considerados sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo o mundo) (J. F. Pinto 2017, 131 in Weber, 2009, p.323).

Os populistas partilham um conjunto de características definidoras da sua personalidade tais como o protagonismo pessoal, a liderança de um chefe histórico ou eventualmente o seu “carisma ” que lhes permite libertar de definições ideológicas rígidas.

As nossas preferências políticas configuram-se cada vez mais em função de propriedades pessoais como a exemplaridade, a honestidade, a competência ou a confiança que suscitam. Continua a ser importante, claro está, a referência ideológica, mas não assegura nada pertencer à família social-democrata ou à conservadora, nem a folha de serviços à própria nação, e o eleitorado fixa-se cada vez mais nas propriedades do representante do que nos princípios representados (Innerarity 2016, 304).

Sendo partidos anti sistémicos (seja pelo facto de pretenderem recuperar os valores da nação que se foram perdendo ao longo do tempo ou instalar um novo sistema) têm como inimigos desde conservadores e liberais até aos socialistas, passando pelos democratas cristãos aos sociais-democratas.

Encontram-se, também, na denúncia das oligarquias políticas, económicas e mediáticas que veêm como tendo “usurpado ou confiscado o poder do povo”, criando “uma falsa legitimidade” ou uma representação ilegítima dominada por poderes paralelos (J. N. Pinto 2017, 231 e 232).

Na análise de Edward Shils (1965, p.200), “Weber não restringiu o seu uso do “Carisma” para se referir apenas a manifestações de divindade. Ele usou frequentemente o termo para se referir às extraordinárias individualidades, poderosos, ascendentes, persistência, personalidades efectivamente expressivas que se impõem a si mesmas no seu ambiente pela excepcional coragem, determinação, autoconfiança, fluência, visão, energia e que não necessitavam necessariamente de acreditar que estavam a trabalhar sob inspiração divina”.

Para o Sociólogo Boaventura de Sousa Santos, o carisma cria uma relação política entre governantes e governados na medida em que junta à legitimidade democrática uma identidade de pertença e uma partilha de objectivos (B. de S. Santos 2013). Este intelectual reconhece que embora a química entre carisma e democracia seja algo positivo, sobretudo quando a conjugação entre estes dois aspectos proporcione medidas de redistribuição social da riqueza, dificilmente se conjugam. Para o autor, o problema do carisma termina com o líder. Para continuar sem ele, a democracia precisa de ser reforçada, num imediato período pós-carismático, por dois ingredientes: a institucionalidade e participação popular.

Para Boaventura, há uma diferença entre aquilo que podemos designar como um líder carismático ou um líder populista. Enquanto relativamente ao primeiro considera que correm muitos riscos para poderem ser lideranças (casos de Perón, Getúlio Vargas, Lula e Chávez – lideranças de esquerda) e por isso o seu carisma advém do reconhecimento que o povo demonstra em relação às suas qualidades; já em relação aos segundos serão obrigatoriamente de direita.

Este académico apresenta duas justificações para o facto de o carisma ser associado a lideranças de esquerda, enquanto os populismos serão necessariamente de direita. Num primeiro argumento destaca o domínio que a direita, quando chega ao poder tem do estado, dominando-o e privatizando-o, daí que não necessitem de gente carismática (terão o sistema a trabalhar para si mesmos). Deste argumento, constata-se um outro: quando a direita está no poder há uma grande assimetria, uma vez que esta domina a política, a sociedade e a economia. Enquanto que a esquerda, em iguais circunstâncias somente domina o poder político.

Indissociável do carisma, encontra-se a retórica. A retórica é essencial para a construção da imagem de um líder populista, remetendo as ideologias para um papel secundário. É através desta que os populistas convocam as massas, convencendo-as da verdade dos seus argumentos, ao mesmo tempo que “diabolizam” os seus adversários políticos.

A reabilitação da retórica tem muito que ver com a função das ideologias³³ como disposições que nos permitem fazer frente à necessidade de compreender a realidade política (Innerarity 2016, 124). As ideologias, a partir da confusão das informações, são responsáveis pela formação de opiniões políticas. Há uma absorção das informações sem que estas sejam confrontadas com outras fontes oficiais e por isso tomadas como factos. Por outro lado, os conceitos fornecidos pelas ideologias são pouco precisos, permitindo a sua adaptação ao imprevisto através da interpretação adequada em cada caso (Innerarity 2016, 126).

A retórica populista ganha cada vez mais força, quanto maior for o défice nas elites dirigentes e a conseqüente derrota dos seus discursos. Os populismos não teriam êxito se não houvesse sociedades a dar-lhes ouvidos (Innerarity 2016, 142). O que importa na realidade é a popularidade do líder, pois este personifica uma imagem, um cenário e uma perspectiva que são absorvidos acriticamente pelos seus seguidores. Como afirmava Platão: “A política democrática prefere sistematicamente a popularidade à verdade” (Innerarity 2016, 122).

A utilização da retórica em si mesmo não faria sentido, se a não fosse acompanhada de uma forma de fazer política com base na proximidade e inexistência de intermediação – o exercício da representação directa. Beppe Grillo e o seu Movimento Cinco Estrelas e Itália são significativos a esse respeito, que nasceu do blog de Grillo. Qualquer italiano poderá saber o que se está a passar por meio do acesso directo ao website de Grillo, dar algum contributo online e além disso vir a identificar-se com Grillo como único representante autêntico do povo italiano. Como o próprio Grillo explicou: “meus amigos, isto funciona assim: digam-me e eu faço de amplificador” (Muller, 2017, p. 49).

³³ As ideologias, não pretendem demonstrar a verdade, referem-se, isso sim, a disposições práticas: confirmam preconceitos, dão livre curso à dúvida, impõem ou dissuadem, libertam-nos de ressentimentos ou alimentam-nos, proporcionam sentimentos de pertença, certezas e precauções (Innerarity 2016, 125)

De modo semelhante pode sustentar-se que a conta no Twitter de Donald Trump foi um engodo igual na campanha presidencial de 2016: os “verdadeiros americanos” podem os media e ter acesso directo (ou, antes, a ilusão de contacto directo com) um homem que não é apenas uma celebridade.

Werner-Muller apresenta-nos o anti pluralismo justiceiro e o compromisso com a “representação directa” com outras características da política populista. Por norma, segundo esta conceituada autora, os partidos populistas são quase sempre internamente monolíticos com os seus soldados rasos claramente subordinados a um único líder (ou, com menos frequência, um grupo de líderes). Os partidos populistas são particularmente atreitos ao autoritarismo interno. Entrando na lógica destes partidos, entende-se que: havendo apenas um bem comum e só uma forma de o representar fielmente, então o desacordo dentro do partido que reivindica ser o único representante do bem-comum não pode obviamente ser permissível (Muller, 2017, p. 50 e 51).

O Partij voon de Vrijheid (PPV) de Geert Wilders é um exemplo extremo, no que á forma de uma liderança controladora e quiçá antidemocrática como exerce o poder no seu partido. Os deputados do PPV no Parlamento são meros delegados (e são extensamente instruídos por Wilders todos os sábados em como apresentar-se e como desempenhar o seu trabalho legislativo). O mesmo se aplica a Beppe Grillo. Não é apenas um “amplificador”, como diz ser. Exerce um controlo sobre os “seus” representantes parlamentares e expulsa do movimento aqueles que se atrevem a discordar dele.

A negação da agenda do politicamente correcto tem contribuído em grande parte para uma maior aproximação ao nacional-populismo. A associação que as pessoas tendem a fazer às normas culturais e a tendência para relacioná-las com preocupações legítimas em relação a temas como o racismo ou a imigração faz com que estas atribuam pouco ou nenhum sentido ao politicamente correcto.

Durante as eleições presidenciais de 2016 nos EUA, uma equipa de psicólogos examinou o efeito da exposição de americanos moderados àquilo que designavam por “normas de comunicação restritivas”. Chegaram à conclusão de que incentivar as pessoas a pensar no politicamente correto – no facto de existirem normas na sociedade que as desincentivam de dizer qualquer coisa que seja ofensiva para grupos em particular – as levou a tornarem-se mais apoiantes de Trump (Eatwell e Goddwin 2018, 114 e 115).

Um inquérito realizado em 2016 pela Gallup revelou que 73 por cento dos americanos achavam que o politicamente correcto se tornara um grave problema no respectivo país. Não há dúvida de que reforçou o apoio ao nacional-populismo entre pessoas que, além de sentirem que foram afastadas do debate, também achavam que, quando tentam dar voz às suas preocupações, são estigmatizadas como racistas (Eatwell e Goddwin 2018, 113).

Capítulo IV – Portugal e a “falsa imunidade” ao Populismo

Manifestação de “atitudes populistas” em Portugal

Como se manifestam as atitudes populistas em Portugal? De que forma a opinião das pessoas constitui um barómetro para medir as tendências comportamentais e sociais face ao populismo?

De acordo com uma sondagem realizada em Junho de 2019 pelo ISTE/ISCTE sobre quem partilha atitudes “populistas em Portugal”, comprova-se a insatisfação geral com os políticos e com a actividade política, partilhada por uma ampla maioria da população.

Relativamente à afirmação “Gostava mais de ser representado por um cidadão do que por um político profissional”, cerca de um terço (34%) concorda com a mesma e mais de um quarto (26%) concorda totalmente. Somente 13% apresenta uma opinião desfavorável e 18% mostra indiferença perante a afirmação.

Questionados sobre se concordam com a frase “As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo”, 73% concordam ou concordam totalmente. Pelos resultados apresentados se depreende que para grande parte dos portugueses, a principal divisão na sociedade é entre “elites” e “povo”.

Cas Mudde, um dos mais conhecidos especialistas dos populismos refere que a concepção homogénea de povo e de elite que o populista criou no seu imaginário tem duas implicações: cepticismo em relação a uma pluralidade de interesses e preferências entre a população (que obrigam a cedências e compromissos com outras partes) e hostilidade em relação á classe política, recusando a divisão de tarefas entre representados (o povo) e os representantes (os políticos) e desconfiando da ideia de que os segundos agem primariamente segundo a vontade dos primeiros.

O populismo é na concepção de Shils um “elitismo invertido”, ou seja, um modo de pensar que não se baseia na crença de que o povo é igual aos seus governantes, mas sim que é melhor que os seus governantes (Innerarity 2016, 40 in Shils, 1956)

O descontentamento generalizado face aos políticos é transversal tanto relativamente á sondagem acima mencionada que pretendia medir a partilha de atitudes populistas entre os portugueses sobre as atitudes dos cidadãos face á própria classe política como aos contributos teóricos apresentados por Cas Mudde.

Em primeiro lugar há uma ideia generalizada de desleixo face ao trabalho produzido pelos políticos. A frase “os políticos falam de mais e fazem de menos” obteve a concordância de 86% dos respondentes. Em segundo lugar verifica-se que o povo se sente excluído dos processos de divisão. Cerca de 63% dos inquiridos concordam com a afirmação “As decisões mais importantes deveriam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos”.

Em segundo lugar, denota-se que os partidos políticos tendem a representar cada vez menos os seus eleitores. De acordo com dados retirados do «Barómetro da Qualidade da Democracia» quando questionados sobre se algum dos partidos políticos existentes representa as suas opiniões razoavelmente bem em Portugal 47,6% dos inquiridos, quase metade, respondem negativamente, sendo de 14,1% a percentagem daqueles que, não respondendo que «não», dizem simplesmente «não saber» ou «não responder» (A. C. Pinto, De Sousa, e Magalhães 2013, 83).

Parece claro também que os moldes nos quais as democracias assentavam, na altura do seu surgimento, já não é o mesmo. O período da “democracia dos partidos” tal como a conhecíamos representava uma geografia sólida, ao passo que hoje parecemos mover-nos mais num cenário de instabilidade e inclusive volatilidade que afecta os grandes contentores de outrora (os partidos, as igrejas, as identidades, os meios de comunicação e até mesmo os Estados) (Innerarity 2016, 55). Usando por empréstimo as palavras de Manin (Innerarity 2016, 55 in Manin, 1997) assistimos a uma passagem da “democracia dos partidos” para a “democracia do público” ou “das audiências”.

O êxito do populismo encontra-se directamente relacionado com a falta de democracia, em que o descrédito nos partidos e as promessas que estes não cumpriram, são o maior exemplo. Por outro lado é incutido no povo a ideia de que este pode governar no sentido em que os populistas, chegados ao poder, comprometem-se em executar o que o povo exigiu sob a forma de um mandato imperativo (Muller, 2017, p. 88)

Em relação a qualquer instituição ou agente, verifica-se que um em cada três portugueses não consegue encontrar qualquer instituição ou agente, de entre os elencados no inquérito (a saber, partidos políticos, Presidente da República, movimentos sociais de protesto, Igreja, sindicatos e autarcas), que creia dar «voz» às suas preocupações (àquilo que querem, ou preferem, ou simplesmente pensam desta ou daquela questão). E mesmo entre aqueles que conseguem encontrar na democracia representativa, canais de expressão

política, uma maioria muito relativa (21,7%) – nomeia o Presidente da República como sendo quem melhor representa as suas preocupações.

Todos estes dados vêm clarificando a ideia de que o fosso entre potenciais representantes e representados parece ser generalizado em Portugal e não deixar, de todo, os partidos políticos de fora: com apenas 10% dos inquiridos a encontrarem no discurso e acção dos partidos reflexo das preocupações que mais os afligem (A. C. Pinto, De Sousa, e Magalhães 2013, 84).

Se até há bem pouco tempo estávamos habituados a uma forma convencional de organização dos partidos político e um eleitorado fiel ao seu partido, actualmente a realidade é bem diferente. Há uma dificuldade cada vez maior da ligação entre eleitor, classe social e o seu posicionamento político-ideológico. A própria democracia tem ganho um carácter apolítico através da democracia directa e formas plebiscitárias de decisão, que gozam de mais prestígio do que aquele que realmente merecem (Innerarity 2016, 241)

O eleitorado está menos diferenciado e introduz temas de convergência transversal, com exigências e expectativas menos transparentes e identificáveis. Por outro lado, a política perdeu a sua essência ideológica e tornou-se personalizada simultaneamente. Cada vez se vota menos num partido ou no seu programa mas sim na pessoa. Os media aqui são responsáveis pela construção mediática da imagem dos sujeitos políticos (Innerarity 2016, 56)

O populismo tende a desenvolver uma relação de proximidade com a democracia. Para Canovan a descrição de populismo é como a sombra de uma democracia, abordando as duas faces da mesma – redenção e pragmatismo – uma que requer a outra - e coabitam as duas como gémeas siamesas.

A autora reivindica que a mobilização populista aumenta o desnível entre estas, principalmente como uma forma de combater os excessos pragmáticos das democracias estabelecidas e sugere o desenvolvimento da concepção de populismo que retêm a relação de inferioridade com a democracia política. O

populismo não é o “outro” da democracia, mas mais do que uma sombra que o segue continuamente (Arditi 2005, 94 e 95).

No entender de Cannovan a “mobilização anti-sistema não é suficiente por si mesma para identificar políticas populistas, para esta descrição podia também receber os “novos movimentos sociais”. Para a autora, a diferença crucial era que “enquanto ambos são anti-sistema, o populismo desafia não apenas os titulares de poder estabelecidos mas também os valores da elite” enquanto o ânimo populista é direccionado não apenas para instituições políticas e económicas mas também para líderes de opinião na academia e nos media (J. F. Pinto 2017, 141 in Cannovan 1999, p.3).

A ascensão do Chega: Uma direita populista, radical e anti-sistema em Portugal

Até às eleições legislativas de 6 de Outubro de 2019, a imprensa internacional incluía Portugal, juntamente com Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo e Malta, no clube exclusivo dos cinco países da União Europeia sem partidos de direita radical nos respectivos parlamentos nacionais (Marchi 2020, 11).

As previsões dos politólogos e os desejos da comunicação social concretizaram-se, finalmente, em Outubro de 2019, com a eleição ao parlamento nacional de André Ventura, deputado único do partido Chega: uma força política recém-nascida, autocolocada na direita do espectro político, com uma postura declaradamente anti-sistema e despreocupada com as acusações de populismo e radicalismo que lhe foram movidas logo à nascença. A partir, o Chega e o seu líder tornaram-se presença constante nas manchetes dos jornais, nos comentários dos analistas nas televisões e no debate político público (Marchi 2020, 12).

Na revista E do Expresso de 8 de Fevereiro, Jaime Nogueira Pinto esboça o novo cenário em formação à volta de três direitas em Portugal: a direita

conservadora popular do CDS, a direita elitista e Iniciativa liberal, a direita nacional popular do Chega. Esta última é definida, por José Miguel Júdice, como “direita bonapartista”, com possibilidade de ocupar, na área populista, uma posição mais à esquerda, estilo Marine Le Pen, ou mais à direita, estilo Matteo Salvini (Expresso, 25 de Janeiro de 2020) (Marchi 2020, 128).

O cariz anti-sistema, liberal na economia, conservador nos valores, aproxima o Chega da identidade dos partidos populistas de direita radical, em ascensão na Europa e no Ocidente em geral. Embora, o interesse relativamente a esta família de partidos não seja unívoco dentro do Chega.

O presidente do Chega é eleito por Lisboa, com 22053 votos (2%), no conjunto de 66442 (1,3%) votos conquistados pelo partido a nível nacional. No que diz respeito à geografia do voto, os melhores resultados do Chega registam-se em algumas zonas de baixa densidade populacional do Alentejo e do Algarve, assim como em zonas de alta densidade populacional dos subúrbios de Lisboa (Odivelas, Loures, Linha de Sintra) (Marchi 2020, 98).

Surpresas positivas registam-se no litoral, com Leiria, e no interior, com Castelo Branco e Portalegre. O limiar dos 2% é ultrapassado em Portalegre, Évora, Faro, Beja, Santarém. O dado é explicado com a permeabilidade do discurso de Ventura em áreas do interior, com forte presença de comunidades ciganas ou imigração asiática na agricultura, e na área metropolitana da capital, que abarca minorias étnicas e onde se verifica uma alta percepção de insegurança e micro-criminalidade.

O discurso da subsidiopendência colheu os seus frutos em locais onde o Chega obteve os maiores resultados eleitorais nas legislativas – casos de Moura e Alvito (Beja) e Elvas (Portalegre). O coordenador regional da Zona Sul na lista Futuro e candidato à liderança da Juventude Chega (Carlos Tasanis) atribui os resultados na sua terra natal (Alvito) com a deslocação dos ciganos, que representam cerca de 10% da população, de um pequeno bairro para o centro da vila e com o sentimento de injustiça que o povo sente ao ver os ciganos auferirem regalias e subsídios sem fazerem nada (Carvalho 2020, 34).

Mas há ainda um outro factor que justifica os resultados nesta região. Segundo este Gonçalo Valente, líder do PSD/Beja distrital: “ Eles (Chega) apoiaram-se nos sectores da tauromaquia e da caça e falaram de problemas do mundo rural que as direcções dos partidos tradicionais em Lisboa, ignoram”. O empresário ouviu militantes dizerem-lhe na cara que votariam no Chega. “O Ventura percebeu a abstenção, diz o que as pessoas querem ouvir. Os cafés têm a CMTV ligada, e a agenda dele é reflexo dos noticiários do canal.

O deputado único do Chega considera que a dicotomia fiscal entre os contribuintes e os isentos de impostos promove a subsidiodependência. Daí que nos espaços onde intervêm, Ventura utilize frequentemente a expressão “andamos a sustentar quem não quer fazer nada”, que simbolicamente entronca bem no ideário populista: um discurso simples e fácil que o povo entende (Marchi 2020, 155)

Não há dúvida, contudo, que a exposição mediática, a crise dos partidos de centro-direita, a permeabilidade do eleitorado do PNR, fizeram com que a janela de oportunidade aproveitada por André Ventura em apenas um ano se traduzisse na entrada inédita da direita radical no parlamento português (Marchi 2020, 99)

Em termos gerais, o politólogo José Santana Pereira (Observador, 10 de Outubro de 2019) caracteriza de forma eficaz o voto no Chega: em percentagem de votos, o partido de André Ventura é mais bem-sucedido no sul do país (Alentejo e Algarve) e concentra 42% do total dos seus votos nos dois colégios maiores de Lisboa e Porto. Neste último, aliás, o partido demonstra um desempenho pouco satisfatório. No distrito da capital – onde cinco concelhos garantem o maior número de votos, em termos absolutos, e a eleição do deputado – o partido é mais bem sucedido nos concelhos limítrofes ao de Lisboa ou nos concelhos do norte do distrito (2,3% a 2,9%), ao passo que na cidade alcança apenas 1,4%, com maior sucesso nas freguesias do nordeste (Santa Clara, Marvila, Beato, Olivais) em comparação às do centro.

Em termos de variáveis explicativas do sucesso do partido, os melhores resultados do Chega surgem em territórios com maior taxa de desemprego e de presença de estrangeiros, mas também de formação superior da população e de baixa densidade populacional. Em Lisboa, os melhores resultados correspondem a zonas com população mais jovem e maior presença de estrangeiros, ao passo que a variável da incidência do crime não é significativa.

O estado da Saúde, a corrupção e a Justiça são os temas mais valorizados pelos eleitores do Chega, segundo um estudo do ISCTE-ICS publicado no Expresso. O Chega preenche os seus discursos e campanhas eleitorais com temas clássicos do populismo de direita (Marchi 2020, 94). É possível encontrar cinco temas recorrentes em toda a produção ideológica do Chega: a identidade do partido, a economia, a família e a educação, a imigração, a Europa.

O Chega também se assume anti-sistema. Para este partido populista de direita radical é necessário operar uma série de reformas, iniciando-as através de uma reforma constitucional para combater problemas como a corrupção, a desigualdade social, uma carga fiscal demasiado pesada ou o desrespeito crescente por parte do estado para com determinadas categorias profissionais importantes (forças de segurança e trabalhadores do sector da saúde).

O expoente máximo de todas as reformas concluir-se-á, segundo André Ventura, com a substituição da III pela “IV república” (Marchi 2020, 141). O Manifesto político fundador é evidente nesse sentido: o Chega não será o colete de salvação da República surgida em 1974, mas sim a vanguarda da nova república. Neste sentido, o liberalismo do Chega choca frontalmente com a impoção marxista de partes da Constituição Portuguesa, surgidas à sombra do Pacto MFA-Partidos. Por esta razão, os militantes e dirigentes do partido consideram como uma prioridade eliminar o enviesamento à esquerda, genético da III República portuguesa (Marchi 2020, 146).

O partido que se situa mais á direita do espectro político em Portugal, apresenta como solução para os problemas estruturais atribuídos ao Estado (entrave ao funcionamento da economia, sanguessuga de impostos ou opressor das forças vivas da nação, representadas pela classe média), a redução deste às suas funções essenciais, para evitar o grassar da corrupção, típica da máquina burocrática pública (Marchi 2020, 141 e 142).

“One man show”: André Ventura e os seus apoiantes

No que diz respeito às características do eleitorado do Chega e com base nos dados da sondagem ICS/ISCTE/Expresso de Fevereiro de 2020, o politólogo Pedro Magalhães realça como o votante potencial do Chega não reflecte o retrato robô típico da direita radical: homem, jovem, com baixa instrução, operário, desempregado, pequeno empresário ou comerciante.

Pelo contrário, a pequena amostra analisada regista 50% de mulheres, um forte interesse entre a faixa etária dos 25-44 anos, ao passo que a dos 18-24 anos não está atraída pelo partido, uma instrução acima da média dos portugueses adultos, com 20% dos apoiantes do Chega com curso superior e 1/3 com ensino secundário completo. No que diz respeito às profissões, o Chega não parece ainda conquistar empresários e comerciantes, mas sim os empregados de escritório, ou seja, trabalhadores não-manuais, com alguma qualificação, mas sem responsabilidades de chefia. Este eleitorado concentra-se nas grandes cidades, com destaque para a capital, Lisboa (Expresso, 15 de Fevereiro de 2020) (Marchi 2020, 125).

O partido é constituído por pessoas de todas as idades, com percursos políticos e profissionais bastante diversos (membros do Movimento Zero, polícias, militares e seguranças ciosos de ordem e de autoridade) e provenientes de várias zonas geográficas de norte a sul do país. No entanto todas estas pessoas partilham uma enorme saturação face aos “vícios” do sistema democrático e a governos de “pulhas”, expressões utilizadas nos vários jantares do partido pelos seus apoiantes. O Chega tanto é capaz de

atrair revoltados contra o Estado “gorduroso”, empresários “moderados”, velhos abstencionistas, ex-eleitores de outros partidos (Carvalho 2020, 30).

Ricardo Marchi salienta dois aspectos relevantes na rápida investigação exploratória realizada nas semanas seguintes às legislativas, através das redes sociais de André Ventura e dos seus seguidores: o Chega não pertence à linha genealógica da direita radical tradicional portuguesa; o Chega é André Ventura tanto como ideador do projecto, quanto como catalisador e mobilizador de pessoas com proveniência sociopolítica muito diversificada. No caso em questão, a insatisfação, o protesto, a revolta na génese da mobilização contra o regime vigente não estão alicerçados nas referências clássicas da área nacionalista portuguesa, mas perpassam todo o espectro político sem assentar raízes numa ou noutra cultura política em particular (Marchi 2020, 14).

Para além disso, a história da direita radical portuguesa em democracia evidenciou como uma das suas características definidoras a ausência de um líder reconhecido. O património de ideias, os legados históricos, as memórias partilhadas representa o cimento de uma área bastante refractária à identificação num líder único, apesar das múltiplas personalidades destacadas que se sucederam nas últimas quatro décadas. Pelo contrário, entre os apoiantes do Chega nas redes sociais, a referência a André Ventura é constante, no sentido do homem superior, do guia carismático – mais comum na extrema-direita tradicional – mas no sentido do priums inter pares, do porta-voz de uma revolta colectiva, do vector que corporiza um sentimento difuso e, até agora, abafado.

A primazia da mensagem face ao mensageiro é um desafio para o Chega, porque o próprio Ventura reconhece que o partido surgiu muito colado à sua imagem. Isso tem a vantagem de o partido poder aproveitar as mais-valias do presidente, mas também a desvantagem de sofrer as vicissitudes do mesmo, o que torna prioritário, neste momento, a constituição de quadros que ladeiem, em paridade de importância, o líder (Marchi 2020, 110).

Em palco não é o Messias, mas parece. Telemóveis ao alto, os fiéis transmitem em directo, no Facebook, os discursos do líder da nova direita radical populista e difundem-se em massa nas redes sociais. Frenéticos, querem tocá-lo no final das sessões, segredar-lhe algo, tirar uma fotografia. Quando a pandemia “suspendeu” o país, o conta-quilómetros de Ventura não tinha parança. De Viseu a Portalegre, o presidente do Chega juntava afectos à faceta de redentor (Carvalho 2020, 30).

André Ventura revela ter algum traquejo mediático, o que lhe permite passar a sua mensagem muito facilmente. Em palco, junta intuição, psicologia de massas e domínio cénico. Na perspectiva de Sónia Coelho, fonoaudióloga e terapeuta da fala, é um “excelente comunicador”, fala com doçura, simpatia e humildade. Esta luso-brasileira, responsável por aconselhar Ventura nos seus discursos, detectou-lhe bastantes qualidades. “A maioria dos políticos tem discursos e posturas ultrapassados mas ele revela uma facilidade nata. Também consegue ser assertivo, mas está longe de ser extremista ou autoritário”, garante a especialista (Carvalho 2020, 30 e 31).

Reutiliza rancores típicos de conversa de café ou de táxi, e usa o método do salame para todos, servindo fatias de oratória adaptadas a reformados, professores, polícias, bombeiros e saudosistas do antigo regime. Religioso, promete, aos 37 anos, “dar o resto da vida” a reconstruir a Pátria. Talvez venha aí a “IV República” ou “o V Império”, profetiza. “Mais importante do que fazer o que queremos é fazer aquilo para que estamos destinados”, resumiu, em Portalegre. “Peço sempre a Deus que nunca me faça esquecer o rosto daqueles que conheço por este País fora”.

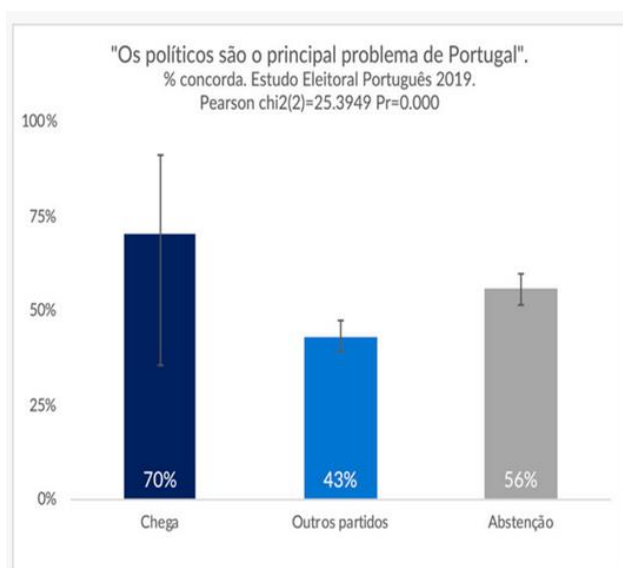


Figura 22 Opinião dos eleitores sobre os políticos

Vírus da democracia para adversários, os fiéis vêm nele a vacina contra a má política. Ele quer resgatar almas atormentadas por um sistema “sempre ao lado dos bandidos”, libertá-las do “lamaçal” da política, da “palhaçada” do Parlamento, do “veneno” da corrupção, “dos que não querem fazer nada”, dos “violadores e homicidas” e dos impostos que deixam empresários “atolados”. Para Ventura, vivemos num “País ao contrário”, onde se paga “6% de IVA para se entrar numa feira erótica e 23% pela electricidade.

A crítica ao “sistema” é transversal a todo o partido, começando no discurso do seu presidente e deputado único, passando pelas cúpulas da direcção do partido e terminando nas bases (os descontentes, os abstencionistas, profissionais das mais variadas áreas). Em relação à afirmação “Os políticos são o principal problema de Portugal”, cerca de 70% dos eleitores do Chega mostraram-se de acordo, superando os 43% de eleitores que indicaram votar noutro partido. Os eleitores do Chega só não consideram os políticos como um problema, como 88% deles, acham que “a maioria dos políticos não se interessa pelo povo”, comparativamente aos 69% de outros partidos que acham o mesmo.

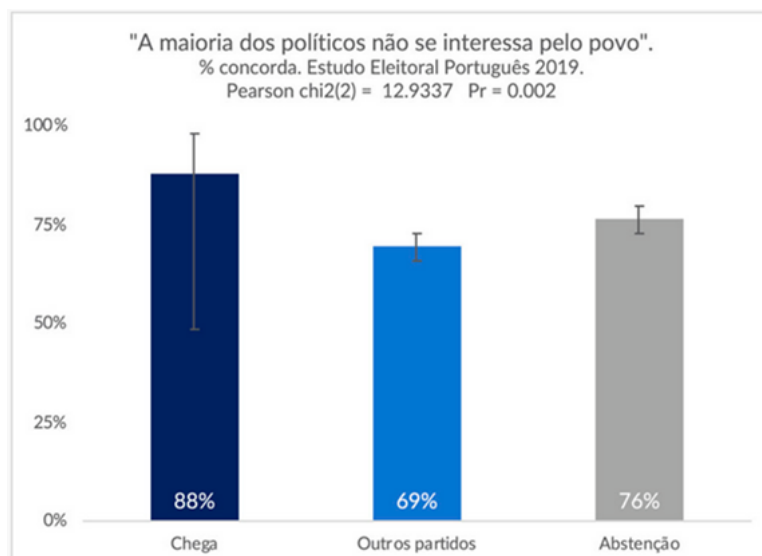


Figura 23. Os eleitores, os políticos e o povo

No campo político, o Chega insiste na redução do número de deputados de 230 para 100, na eliminação das subvenções vitalícias e na exclusividade da carreira de deputado, principalmente para evitar a promiscuidade com a consultadoria jurídica. Finalmente, contra o governo socialista, o partido critica a política económica ruínosa que não contraria a estagnação dos sectores industrial e terciário, e que vive na ilusão das receitas produzidas, no imediato, pelo boom turístico, comprometendo assim a capacidade de investimento público das gerações futuras (Marchi 2020, 96)

André Ventura, como líder do partido não está disponível para transformar o Chega em mais um partido do sistema, eleitoralmente bem-sucedido e apetecível para as negociações do poder. A linha, portanto, será o contrário da moderação. Ventura adverte: “Fartei e cansei daqueles que nos estão sempre internamente a acenar com o fantasma do racismo, de que estamos demasiados extremistas, de que temos que nos moderar”. Para ele, a abertura da crise é indispensável para enfrentar as “dores de crescimento” e permitir ao Chega afirmar-se, daqui a alguns anos, como o maior partido português (Marchi 2020, 132). Cerca de 70% dos eleitores do Chega acredita na necessidade de um líder forte mesmo que esse líder contorne as regras para fazer as coisas avançar. Neste aspecto há uma coincidência com o discurso “radical” do seu líder. Por outro lado nota-se uma certa indiferença ao fenómeno da corrupção, uma vez que para os eleitores do Chega pouco ou nada interessam os meios para chegar ao fim.

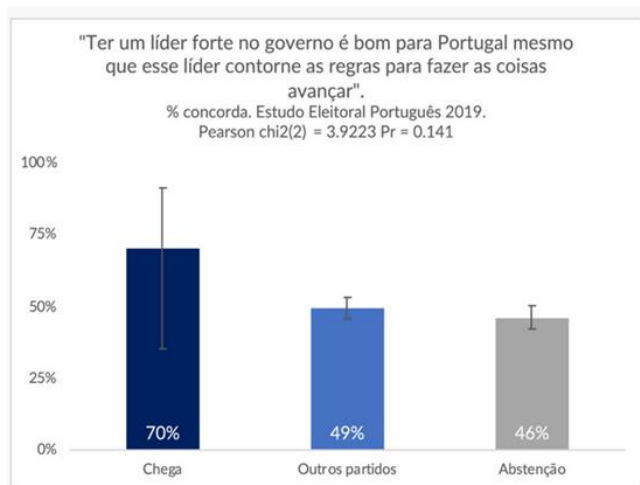


Figura 24. Tipo de lideranças que os eleitores dos partidos apreciam

O líder do Chega tem uma posição bastante pessoal, muito ligada à sua condição de jovem nascido para a política no séc.XXI. Ventura sente-se mais empolgado pelos modelos populares de intervenção e de discurso político, representados, no seu tempo, por Nicolas Sarkozy, por Beppe Grillo e o seu Movimento 5 Estrelas, por Donald Trump. Ventura aprecia nestas três figuras a capacidade de encarnar, nas suas palavras, “a direita que não é das elites. Pelo contrário. Até coloca por vezes, as classes populares contra as elites”. O estilo, a linguagem e a forma têm muito mais valor, para o líder do Chega, do que a cartilha ideológica conservadora ou neoconservadora (Marchi 2020, 147).

O líder do Chega sempre rejeitou qualquer vontade de replicar as experiências estrangeiras. Nas suas palavras o Chega “não será uma direita à americana, nem à brasileira, nem à italiana, será uma direita à moda portuguesa!” (Visão, 17 de Novembro de 2018). Pelas declarações deste interveniente político, o Chega recusa qualquer comparação à Alternative für Deutschland (AfD) alemã, mas reconhece publicamente a sua proximidade ao VOX espanhol e à Lega italiana (Marchi 2020, 148 e 149).

4) As linhas orientadoras e o Programa do Chega

A sua Definição de Princípios, afirma no ponto dois: “O Chega assume a sua natureza nacionalista liberal e democrática, conservadora e personalista”. Este conceito de nacionalismo liberal é inspirado na teorização política de Fernando Pessoa de 1935 e de Francisco Lucas Pires, entre 1983 e 1986, durante a sua presidência do CDS. A inspiração de nacionalismo liberal pode ser resumida na fórmula pessoana “tudo pelo indivíduo, nada contra a sociedade; tudo pela Humanidade, nada contra a Nação; tudo pela Igualdade, nada contra a Liberdade”.

Este princípio assenta em dois pilares para a acção do partido: o pilar político, com a centralidade dos portugueses e da soberania nacional; o pilar económico, com a centralidade da economia de oferta e da livre concorrência. O nacionalismo liberal de Pessoa é central nesta teorização: o indivíduo tem o direito de pensar, exprimir e pôr em prática o que pensa, da forma que quiser, sempre que não colida directamente com a liberdade igual dos outros indivíduos e não afecte a segurança, a ordem e o prestígio, interno e internacional, da Nação que, por sua vez, não pode violar a liberdade e o prestígio dos indivíduos (Marchi 2020, 139 e 140).

A centralidade do Homem celebrada pelo Chega é, na opinião dos seus ideólogos, antitética ao espírito da Constituição de 1976, cujo colectivismo desvirtuou o contrato social original, através do qual os cidadãos delega apenas parte dos seus poderes individuais, em troca de segurança e justiça. O chega almeja regressar ao “pacto social original” e devolver ao cidadão muito do que o Estado – e as elites que o controlam – lhe confiscou em termos de poder e de recursos económicos (Marchi 2020, 140).

No Manifesto Político Fundador, o Chega apresenta-se como partido “de base e natureza essencialmente popular”, empenhado em proporcionar ao povo português uma alternativa política perante a incapacidade da elite do regime de responder adequadamente às rápidas mudanças sociais, económicas, financeiras, de valor em curso na Europa (Marchi 2020, 141)

Encontra-se aqui presente uma das dimensões essenciais da caracterização dos partidos populistas – o seu anti-elitismo e a dicotomia povo vs elites. As elites são vistas como sendo possuidoras dos principais “vícios da sociedade”, “corruptas” e responsáveis pelo estado de situação a que o país chegou. Por outro lado, o povo é visto como a principal força motriz para o desenvolvimento económico e social do país. O povo é o “massa anónima de pessoas”, “o agente de mudança” e a “esperança do país”. Há uma distinção entre os bons e os maus, os puros e os impuros, os verdadeiros e os mentirosos, os leais e os traidores.

O Programa 2019 propõe a limitação do Estado a quatro conjuntos de funções: as funções soberanas (Justiça, Segurança, Defesa, Política Externa, Arbitragem/Regulação), as funções auto-reguladoras e de gestão para a selecção de meios financeiros e humanos estritamente necessários à sua actividade; as funções de preservação do património material da nação; as funções subsidiárias e/ou supletivas, só nas áreas onde a sociedade civil não manifeste interesse em actuar.

Neste sentido, o estado limita-se a garantir o preço e a determinar os parâmetros de qualidade dos serviços em sectores como a saúde e a educação. Há então um afastamento decidido do modelo de Estado Social e do regresso ao Estado Arbitral (Marchi 2020, 152).

Estas políticas funcionam para os dirigentes do Chega como uma forma de contrariar as políticas de “inspiração socializante” que o país tem seguido até ao presente momento. Propõe em alternativa a diminuição do estado e o incentivo aos privados. Esta solução encontrada ao invés de seguir as receitas de aumento de impostos seguidas pelos socialistas para arrecadar receitas, foca-se na redução das despesas do estado. Aquilo que em termos de gíria política podemos designar por “cortar nas gorduras do estado” (redução drástica dos impostos directos e indirectos, racionalização dos gastos dos ministérios e da rede de fundações, redução dos funcionários públicos para níveis inferiores à média europeia, através da sua reafectação e especialização) (Marchi 2020, 153).

No âmbito das suas medidas de protecção económico, o Chega aposta na defesa dos trabalhadores nacionais, como forma de travar a aliança objectiva entre o capitalismo global e as políticas pró-globalistas defendidas pelas esquerdas. Ambos apostam na maximização dos lucros (Marchi 2020, 159).

“Lei e ordem”: As agendas legalistas e securitárias do Chega

Outra característica essencial do Chega que nos ajuda a enquadrá-lo nos movimentos políticos populistas é a sua dimensão “securitária” e anti sistémica.

A narrativa do securitarismo advém de uma retórica de falta de segurança e impunidade nas áreas metropolitanas. A criminalidade em termos micro sociais é extrapolada para uma dimensão nacional e daí transformar-se num argumento político por parte deste tipo de forças. Daí que dotar as forças de segurança de mais meios e dar-lhes a possibilidade de ter uma intervenção mais “musculada” sejam características evidenciadas por este tipo de movimentos políticos. Ou seja, o medo de insegurança é pretexto para um robustecimento da autoridade de acção do estado.

A defesa de uma emigração restritiva é uma bandeira deste tipo de partidos. No âmbito de uma política migratória apresentam-se como principais medidas: controlo de fronteiras e as questões de segurança, no âmbito da soberania nacional. O Chega considera, portanto a fronteira uma dimensão essencial para salvaguardar a Nação de redes criminosas transnacionais, que controlam a circulação ilegal de seres humanos, drogas e capitais.

O partido pede o reforço de meios para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e para os Órgãos de Polícia Criminal (OPC). Há um conjunto de medidas que são propostas para combater a imigração ilegal: compilação de listas de países seguros para a vinda de imigrantes, endurecimento das penas para as redes de tráfico de seres humanos, deportação para imigrantes com documentos falsos, com cadastro criminal ou que não contribuam para as Finanças e Segurança Social de Portugal, revogação da cidadania portuguesa aos condenados por terrorismo não nascidos em território nacional, abolição das autorizações de residência por razões humanitárias, redução do sistema de acolhimentos de refugiados só para menores desacompanhados e pessoas qualificadas para protecção internacional, atribuição do estatuto de asilo

apenas para os refugiados legítimos, por guerra ou perseguição política, portadores de documentos válidos (Marchi 2020, 173).

A realidade do nosso país desmonta precisamente os “ideários securitários” de partidos como o Chega. De acordo com o Índice Global de Paz, Portugal é o terceiro país mais pacífico do mundo³⁴, ocupando o primeiro lugar entre os países da União Europeia. Entre 2011 e 2018 dos cerca de 1600 eventos entre greves, motins e protestos que ocorreram na Europa, 65% foram classificados como pacíficos.

A repressão contra as máfias internacionais do tráfico de seres humanos, facilitada pelas ONG's é uma das razões invocadas pelo partido de André Ventura para um escrutínio maior sobre os dados de quem entra em Portugal. Como tal pede que todos os dados sobre nacionalidade e origem étnica sejam devidamente escrutinados.

Quanto á questão da atribuição da nacionalidade é de se salientar que todos aqueles migrantes ilegais ou envolvidos em actividades criminais (graves ou reincidentes nas leves) perdem a sua atribuição ou o direito a pedi-la. Em qualquer circunstância, o pedido de nacionalidade é excluído para refugiados. O acesso às políticas de discriminação positiva na atribuição de habitação, assim como a exclusão do SNS para imigrados ilegais e a comparticipação nas despesas de saúde para os legais com menos de cinco anos de residência é automaticamente negada (Marchi 2020, 174).

³⁴ <https://www.publico.pt/2020/06/10/sociedade/noticia/portugal-terceiro-pais-pacifico-mundo-1920180>

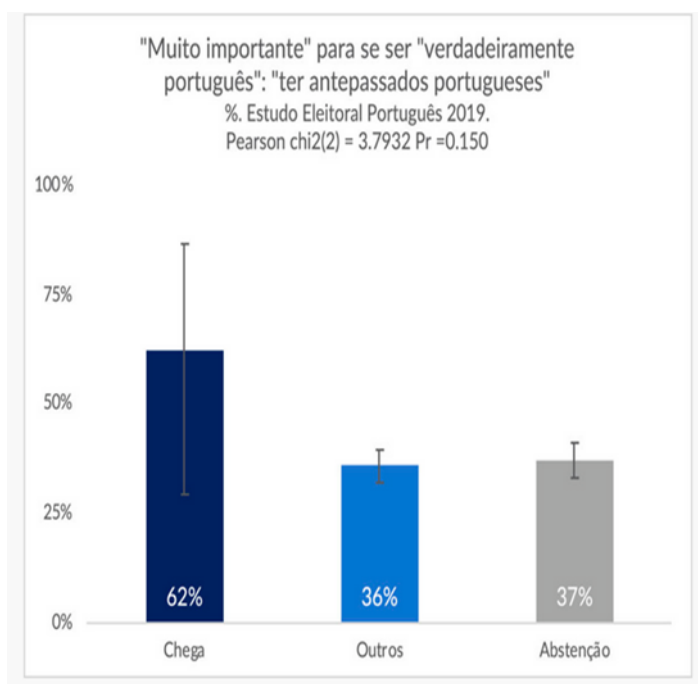


Figura 25. A importância dos antepassados na atribuição de nacionalidade

No entender dos dirigentes do Chega a implementação destas medidas visa restabelecer a distinção entre “nós” e os “outros”, os “portugueses” e os “estrangeiros”, os “habitantes” e os “invasores”. Esta dicotomia tem como objectivo priorizar a comunidade nacional, frequentemente com escassa assistência estatal, perante massas de estrangeiros sempre aceites de braços abertos pela elite política e económica, através de garantia de assistência paga com dinheiro público.

Também na concepção de justiça que o partido defende se podem encontrar elementos “securitários” no que diz respeito aos crimes sobre crianças e menores, propondo, para o efeito, o agravamento das molduras penais privativas da liberdade aplicáveis aos crimes de abuso sexual de crianças (171.º do Código Penal), abuso sexual de menores dependentes (172.º do Código Penal) e actos sexuais com adolescentes (173.º do Código Penal) introduzindo como pena acessória a castração química do agente criminoso, dispensando o consentimento deste, a aplicar em caso de

reincidência ou se o facto criminoso for praticado em contexto de especial perversidade ou censurabilidade³⁵.

O Chega justifica a sua proposta pelo facto de o Estado priorizar o direito da criança a ser protegida face ao direito do condenado. Ventura justifica a relevância da proposta pela sua eficácia e não pela radicalidade quanto aos parâmetros do humanitarismo, do politicamente correcto, dos princípios constitucionais avessos aos tratamentos desumanos e cruéis (Marchi 2020, 143).

No tema da violência doméstica, o partido pede a obrigatoriedade da assistência às vítimas por médicos forenses, para facilitar a sua protecção jurídica e a punição dos perpetradores, em sede processual. Os relatórios dos médicos forenses são considerados mais úteis, em sede processual, que os dos clínicos gerais para casos sensíveis, como os das mulheres obrigadas a terem relações sexuais sem violência física.

Neste tema, a proposta de Cristina Vieira aponta para várias medidas: aumento da pena máxima prevista pela lei actual; obrigatoriedade das autoridades policiais presentes nos hospitais para activarem as diligências contra crime público, sempre que dê entrada uma mulher vítima de violência doméstica, independentemente de apresentar queixa; programas de educação preventiva nas escolas básicas e secundárias; reserva de apartamentos, nos bairros sociais, para acolhimento temporário de vítimas de violência doméstica, obrigadas a abandonar o domicílio (Marchi 2020, 95 e 96).

Estas medidas entroncam na ideia de justiça criminal/punitivo-retributiva, que prioriza o agravamento de penas e punições ao invés de uma reintegração e reeducação do sujeito na sociedade. O Programa Político Chega 2019 torna claro a ideia que os condenados ao não lhes ser possibilitada a hipótese de arrependimento, dificilmente poderão ser reabilitados e reinseridos na

³⁵ <https://partidochega.pt/nota-tecnica-da-assembleia-da-republica-sobre-o-projeto-do-chega-de-castracao-quimica-de-pedofilos>

sociedade; contrariando os princípios da justiça restaurativa onde o principal objectivo reside na reparação de danos emocionais ao invés de aumento das molduras penais.

Dados de um estudo elaborado por Pedro Magalhães sobre os partidos políticos portugueses, no qual foram retirados os gráficos acima conclui-se que:

- uma esmagadora dos eleitores do Chega (88%) consideram a imigração positiva para a economia nacional, não perigosa para a cultura portuguesa, nem potenciadora da criminalidade;

- uma parte significativa dos eleitores do Chega (62%) consideram que “ter antepassados portugueses” é “muito importante” para se ser verdadeiramente português;

- Noutra questão relacionada com o ideário populista, não há uma grande distinção entre o eleitorado do Chega e o eleitorado dos restantes partidos. Por exemplo, não há uma concordância especialmente forte com a ideia de que “a vontade da maioria deve prevalecer sobre os direitos das minorias”.

É curiosamente entre os abstencionistas (50%) que essa ideia prevalece. Uma hipótese levantada pelo autor do estudo é a de que talvez essa ideia não tenha sido articulada no discurso do partido e talvez o eleitor do Chega se sinta, ele próprio para já, parte de uma “minoria”, pelo menos política.

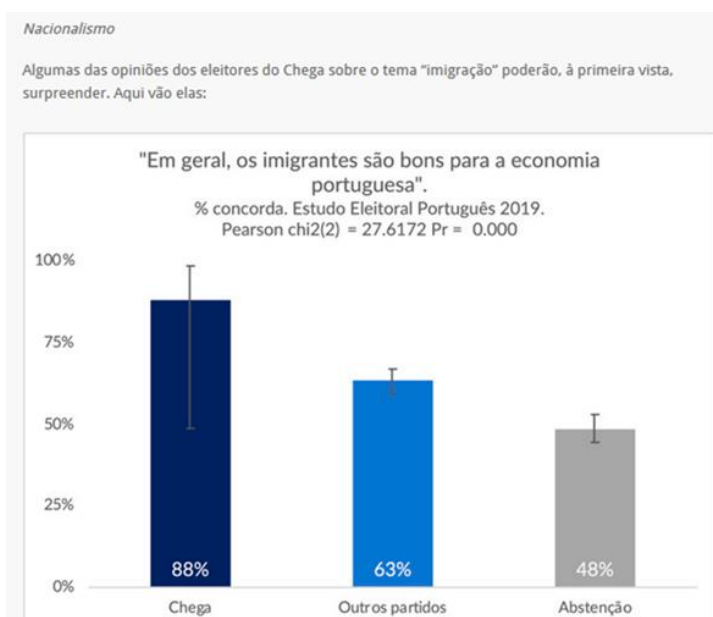


Figura 26. Importância dos imigrantes para a economia portuguesa

A recolha destes dados permitem a Pedro Magalhães verificar que os eleitores do Chega são assimilacionistas, não pluralistas: as minorias devem adaptar-se aos costumes e tradições de Portugal. A realidade dos eleitores portugueses que votam noutros partidos tem sido muito idêntica.

Embora a amostra recolhida não seja suficientemente grande para que a relação encontrada entre votos e atitudes se possa dizer existir com segurança entre a população, é possível recolher um padrão da forma como o eleitorado se comporta. Isto é, que atitudes/opiniões têm relativamente a um conjunto de fenómeno da vida em sociedade. O perfil de quem votou neste partido de direita radical é composto por pessoas fortemente “antipolíticos”, mas ainda sem um projecto de imposição da “vontade da maioria”, tendencialmente autoritários, mas provavelmente pouco mais autoritários do que o eleitor português médio (blog Margens de Erro).

As conclusões deste estudo exploratório apontam para posições da base do partido ainda não muito alinhadas com a agenda clássica do populismo de direita internacional e com possibilidade de afinamento nos próximos tempos. Entre os pontos mais controversos está a concepção étnica ou cívica da Nação (Marchi 2020, 176).

CONCLUSÃO:

O populismo é uma palavra cada vez mais vulgar actualmente. É frequente ouvir na comunicação social que determinado político é populista ou que um partido populista entrou num determinado parlamento. Mas o que é ser “populista” e porque é que determinados partidos são populistas?

Em primeiro lugar há que referir que o populismo não é nenhuma ideologia, mas antes uma forma de fazer política em que o povo é invocado como um elemento central que possui um conjunto de reivindicações geralmente não satisfeitas pela classe política tradicional. O líder populista é o representante do povo e visto como um agente transformador da política. Há uma relação de fidelidade política entre o povo e o líder populista. Os líderes populistas não existiriam sem um povo na medida que não teriam quem representar e o povo não existiria sem um líder que satisfizesse as suas reivindicações.

O líder é frequentemente alguém que possui características únicas, aquilo que podemos definir como carisma. O carisma é um dom natural desenvolvido pelos populistas e pode-se concretizar em várias características: o estilo de liderança e o seu protagonismo pessoal, a maior proximidade com o povo, um estilo de comunicação simples e apelativo, recorrendo a slogans e um forte apelo sentimental. O sucesso do populismo advém do facto de sugerirem soluções simples para problemas que na realidade são complexos.

O apelo às massas é feito geralmente através da oposição entre povo e elites e assenta num discurso dicotómico entre aqueles que julgam fazer parte do verdadeiro povo e o outros; a ideia de um “nós” e um “eles”. Os populistas tendem a procurar formas de participação, frequentemente através das redes sociais e canais oficiais dos partidos, no sentido de criar uma imagem diferente e renovada de fazer política.

Uma das formas de participação mais usual utilizada pelos populistas é a democracia directa. Em Espanha 88% daqueles que têm uma visão favorável do Podemos dizem que o cidadão que vota em assuntos nacionais pode ser bom para o país. Na Alemanha 84% dos apoiantes da AfD concordam assim como 77% dos apoiantes do PPV

Os populistas rejeitam a ideia de democracia liberal, ainda assim servem-se dela para chegar ao poder. Há inclusive algumas semelhanças entre os líderes populistas e os regimes fascista e nazi do século passado. Ambos subiram ao poder pela via democrática, ambos se pretendem apoderar do estado para fazer as alterações que consideram necessário e ambos pretendem reverter a democracia para colocar em prática as suas políticas. Uma última semelhança prende-se com o seu anti pluralismo – desprezo pelas minorias e pelos seus direitos, assim como um discurso xenófobo, racista, homofóbico e anti-semita.

Criaram-se assim dois grupos distintos: por um lado os “iluminados” e crentes na globalização, os chamados partidos do arco constitucional, a quem se atribuía responsabilidade, coerência, um respeito pela democracia e pelas instituições e uma vontade de cooperação com os demais e por outro lado os “bárbaros”, perturbadores, anti globalistas, filhos das trevas, oportunistas, demagogos, apostados num radicalismo na acção política. Os primeiros desejam preservar o sistema e as instituições políticas em que se encontram e os segundos aspiram a uma mudança de paradigma, aproveitando a democracia para implementar as suas políticas.

As forças políticas a nível mundial dividem-se fundamentalmente em dois tipos: a esquerda libertária e mundialista presente em instituições como a União Europeia, as Nações Unidas e os visionários da High-Tech e uma direita conservadora e proteccionista que tenta a todo o custo resguardar as fronteiras nacionais.

Em seguida apresentar-se-ão um conjunto de contributos teóricos de académicos e investigadores sobre o populismo, as diferentes formas como estes se manifestam ou a sua relação com a democracia. Partindo de pontos de vista diferentes é possível entender a relevância das suas teorias para o debate político e intelectual mais geral.

Cas Mudde e Rovira Kaltwasser apresentaram elementos imprescindíveis à caracterização de qualquer movimento/partido populista: como um tipo particular de movimento em que as suas lideranças e procedimentos se comparam ao aumento do fascismo na Europa uma vez que ambos os casos contribuíram para a formação de movimentos extremistas em

massa; como um estilo político caracterizado pela promoção de um tipo particular de ligações entre líderes políticos e eleitores; como uma abordagem discursiva em que Ernesto Laclau critica o determinismo económico presente em muitas interpretações de Marx como uma lógica política particular e não como alianças particulares de classe

Uma das formas de entender o populismo é através da forma como os académicos o descrevem e os conceitos que destacam. Jan-Werner Muller referiu-se ao populismo como ameaça mas também como um correctivo para uma política distante do povo. Segundo esta autora estamos a assistir uma ordem autoritária ao contrário de 1989 na Europa Central. Cas Mudde descreveu o populismo como uma “desordem/distúrbio democrático”; “uma patologia da democracia”; “estilo paranóide de políticas”.

Margaret Cannovan apontou o populismo como uma visão da nação como sendo uma só pessoa, pressupondo que todos os seus seguidores partilham uma mesma visão de nação. Segundo esta autora há três formas que os populistas têm de se dirigir às pessoas no discurso político: as pessoas unidas em contraste com as elites (acusadas de dividir as pessoas); o apelo às pessoas pode dirigir-se á visão que a política deve ser restrita às nossas pessoas (a exclusão recai sobre todos aqueles que não pertencem ao centro nevrálgico); apelos ao cidadão/pessoa comum contra uma elite educada e privilegiada culturalmente. Há neste contexto uma fractura entre grupos pois o apelo regular pressupõe que os interesses e a visão das pessoas são anuladas pelas elites e ridicularizadas pelas elites culturais.

Laclau identificou uma dimensão de ruptura presentes e todos os casos que se denominam populistas, uma dimensão de ruptura com o estado de coisas actual, mais ou menos profunda, dependendo da equivalência entre exigências não satisfeitas; cristalização de todas elas em torno de um símbolo comum ou a emergência de um líder cuja palavra encarna um processo de identificação popular.

Chantal Mouffe, filósofa Marxista da linha de pensamento de Laclau, apresentou uma proposta teórica com o propósito de repensar o campo político da esquerda, na qual a política e a democracia são indissociáveis do conflito. Mouffe apresentou um projecto de “democracia radical e popular”, uma visão do conflito que assume a forma de um “agonismo” entre adversários decorrentes do pluralismo de ideias e valores numa sociedade heterogénea. Rejeita a ideia de um consenso ao centro (pós-política) que é uma das raízes da pós-democracia.

Paul Taggart mencionou algumas características do populismo, tais como a hostilidade deste face às políticas representativas; a facilidade que tem em ser “altamente camaleónico”, adaptando-se às circunstâncias ou ainda como reacção ao sentido de uma crise extrema, acompanhamento á mudança, crise e desafio.

Francisco Panizza, um teórico uruguaio de referência, aborda o caso dos populismos autoritários para se explicar como alguns líderes usam as eleições para se legitimarem quando se sabe que isso é só um preforme para esconder formas não democráticas de atingir o poder. E deixa duas sugestões da forma como os partidos tradicionais devem lidar com os populistas: sejam de posições populistas por parte dos outros partidos e combate de valores, evidenciando os contrastes entre as duas posições.

Tanto podemos falar de populismo de esquerda (caso do Podemos em Espanha) como de populismo de direita nos EUA (caso de Donald Trump). Os populismos partem de concepções diferentes mas acabam por ter os mesmos inimigos: a crítica às elites corruptas e ao capital financeiro, assim como a rejeição das agendas globalistas.

Os populismos de direita tendem a centrar-se mais nas ideias de restrição da imigração, segregação social, diversas formas de racismo e exclusão social assim como etnocentrismo cultural, valorizando a própria cultural e identidades nacionais como únicas, rejeitando as demais existentes. Embora o populismo seja distinto do conservadorismo, o que na realidade se verifica é que vários partidos populistas de direita têm as suas raízes em partidos políticos conservadores

Os populismos de esquerda tendem a focar-se mais na crítica do capitalismo, o anti-imperialismo, o combate às desigualdades sociais, inclusão e igualitarismo (defesa dos direitos das minorias, a ideologia de género ou o feminismo), assuntos que fazem parte de um conjunto de políticas identitárias.

Agora que se tornaram claros os conceitos de populismo e o seu referencial teórico, assim como o pensamento de alguns dos académicos mais relevantes nesta área, pretendemos dar a conhecer as características de quem deposita o voto nestes partidos populistas.

A primeira ideia que podemos destacar é que há uma forte ligação entre as atitudes anti imigração e valores autoritários. Relativamente a sociedades europeias de rendimento elevado tais como a Suíça, Alemanha, Dinamarca e Áustria, em que houve um influxo de imigrantes nos últimos anos e onde a direita radical tem conseguido ganhos significativos. Os nacionais- populistas levantam frequentemente questões legítimas, tais como a quantidade de imigrantes que é possível recolher, que conjunto de competências devem ter e se os recém-chegados devem ter os mesmos benefícios de um cidadão comum

O nacional-populismo encontra-se além das carências económicas objectivas de cada um, pois estas encontram-se conotadas principalmente com aspectos de índole económica. Na realidade a ascensão do nacional-populismo deve-se a mais do um tipo de carência, estende-se à importância da comunidade, ao amor-próprio e a uma forte apreensão relacionada com o seu posicionamento e do seu grupo em relação a outros.

Relativamente às eleições para o Parlamento Europeu o mito quanto à idade ou à etnia dos apoiantes do nacional-populismo voltou a ser desmentido pela dade. Dados mostram que duplicou na faixa entre os 18 e os 35 anos, manteve-se estável até aos 60 e voltou a cair entre os pensionistas.

Em muitas democracias da europa, o nacional-populismo tem forte apoio na faixa etária com menos de 40 anos (movimento nacional-populista Liga, em Itália; Rassemblement National, em França; Partido da Liberdade na Áustria, a Alternativa para a Alemanha, o partido neonazi Aurora Dourada na Grécia e Jobbik na Hungria). Nesta segunda ideia é possível verificar a predominância de um voto expressivo em partidos populistas em faixas etárias mais jovens.

Se analisarmos os eleitores nacionais-populistas tendo em conta a educação escolar, percebe-se que não é rigoroso tratar todos os apoiantes do nacional-populismo como “sem formação” ou “pouco inteligentes”. Nos EUA estima-se que mais de um terço dos partidários de Trump nas primárias e mais de dois quintos durante as eleições presidenciais de 2016 eram brancos com formação superior. No Brasil, Bolsonaro teve resultados relativamente positivos entre indivíduos com formação universitária e rendimentos mais elevados. A terceira ideia que se destaca é a de que a formação dos eleitores nacionais – populistas é intermédia nalguns casos, chegando a ser mesmo elevada entre outros.

Quanto á relação idade-formação, verificou-se que 80% dos britânicos com menos de 34 anos e com estudos votaram pela permanência no referendo do Brexit, quanto 37% dos britânicos com a mesma idade, sem estudos também votaram pela permanência. O nacional-populismo goza de grande popularidade de indivíduos com formação média, que concluíram o secundário e por vezes não se ficaram por aí, mas que geralmente não têm um diploma universitário

A corrosão das democracias, o alheamento das pessoas face à política e o clima de crise económica estão na origem dos populismos na Europa Ocidental. A crise migratória e a recente vaga de refugiados para a Europa, assim como a mudança hiperétnica das sociedades contribuíram para uma insatisfação generalizada e a busca por novos abrigos políticos, para além dos partidos tradicionais.

Tem existido uma regressão da qualidade das democracias a nível mundial e várias foram as democracias plenas a perder o seu estatuto. De acordo com o Índice de Democracia do The Economist, apenas 49,4% da população vive numa democracia de algum tipo e ainda menos 8,4% reside numa “democracia plena”. Em 2020 somente 23 países eram considerados democracias plenas, ou seja, somente 13,8% dos países a nível mundial e 8,4% da população a nível mundial.

De acordo com o Inquérito sobre Direitos Fundamentais que analisava o grau de satisfação em 34 países verificou-se que há uma média de 52% de insatisfação pela forma como a democracia funciona seja pelo facto de a política perder centralidade como actividade responsável pela vida em sociedade; pela bipolarização em torno dos tecnocratas e dos populistas ou a lenta desintegração dos partidos e do sistema.

Para termos uma ideia do ponto a que chegou o nível de insatisfação com os partidos, entre 2004 e 2015 a taxa média de votos nos partidos tradicionais na europa caiu 14%, enquanto que o índice de votos em novos adversários mais do que duplicou para 23%. Há uma relação entre a insatisfação com o funcionamento democrático e o apoio a partidos populistas. Na europa, nas últimas três décadas, os sociais-democratas de centro-esquerda viram os seus tradicionais partidários de classe operária de bastiões históricos mudar para o nacional-populismo.

Os períodos de crise económica constituem momentos por excelência para um incremento das forças populistas. Se tanto as economias do sul como do leste da europa beneficiaram numa fase inicial de fundos estruturais, foram as economias de leste que numa fase posterior mais se desenvolveram e cresceram economicamente, devido a factores como mão-de-obra mais barata que a do Ocidente e níveis elevados de qualificação.

Mais tarde, as crises de 2008 e 2011, reflectindo-se no endividamento dos países da zona europa só reforçaram a importância que o nacional-populismo já tinha anteriormente à Grande Depressão (Áustria, Grã-Bretanha, Bulgária, Dinamarca, Holanda, França, Hungria, Itália, Noruega, Polónia e Suíça). Por outro lado houve uma sensação de despojamento relativo em que as preocupações das pessoas em relação a uma posição económica e social do seu grupo mais lato e o modo como se compara com os outros na vida.

Em Portugal verifica-se a adopção de “atitudes populistas”, uma vez que uma ampla maioria das pessoas acredita que “os políticos falam de mais e fazem de menos”; “As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo” e de que “as decisões mais importantes deveriam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos”. Por outro lado verificou-se que 1 em cada 3 portugueses não conseguem encontrar

qualquer instituição (partidos políticos, Presidente da República, movimentos sociais, igreja) que creia dar “voz” às suas preocupações.

No entanto só nas eleições legislativas de 2019 chegou ao Parlamento Português uma força política de direita radical. Assumidamente anti-sistema e crítica do sistema político, o Chega pretende alterar a forma de fazer política em Portugal, ambicionando dentro de duas legislaturas ser a principal força política em Portugal. Afirma-se liberal na economia e conservador nos costumes, aproximando-se da identidade de outros partidos de direita radical. É possível encontrar cinco temas recorrentes em toda a produção ideológica do CHEGA: a identidade do partido, a família e a educação, a imigração e a europa. Cerca de 70% dos eleitores do CHEGA acredita na necessidade de um líder forte.

O seu discurso é considerado anti pluralista pelas críticas que elabora às minorias que não cumprem a lei. A comunidade cigana é criticada por viver às custas do estado, identificando a subsidiodependência como o grande problema desta comunidade. Não é por acaso que nas legislativas de 2019, o CHEGA alcança os seus melhores resultados em terrenos de baixa densidade populacional no Alentejo em que as pessoas se depararam diariamente com problemas de integração da comunidade cigana. Mas também são territórios com altas taxas de desemprego e presença de estrangeiros, fortemente marcados pelas áreas da caça e da tauromaquia. Em Lisboa, os melhores resultados correspondem a zonas com população mais jovem e maior presença de estrangeiros, ao passo que a variável do crime não é significativa. Ventura sente-se mais empolgado por modelos populares de intervenção e do discurso político, representados no seu tempo por Nicolas Sarkozy, Beppe Grillo e o Movimento 5 Estrelas e Donald Trump. Ventura aprecia nestas três figuras a capacidade de encarnar nas palavras, “a direita que não é das elites”. Pelo contrário, até coloca por vezes, as classes populares contra elites.

O Chega apresenta-se como um partido securitário tanto a nível das políticas migratórias com em termos das políticas de justiça. O Chega defende uma imigração restritiva e reforço da segurança, reforço dos meios para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), revogação da cidadania portuguesa aos condenados por terrorismo não nascidos em território nacional.

Há no Chega toda uma distinção entre “nós” e os “outros”, “os portugueses” e “os estrangeiros”, os “habitantes” e os “invasores”. Esta dicotomia tem como objectivo priorizar a comunidade nacional, frequentemente com escassa assistência estatal perante massas de estrangeiros sempre aceites de braços abertos pela elite política e económica através de garantia paga com dinheiro público.

A concepção de justiça do Chega entronca na ideia de justiça criminal/punitivo-retributiva, priorizando o agravamento de penas e punções ao invés de uma reintegração e reeducação do sujeito na sociedade. Para determinados crimes como o abuso sexual de menores dependentes e actos sexuais com adolescentes, o Chega propõe a introdução da castração química como pena acessória e o agravamento dos crimes de abuso sexual de criança

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Muller, J.-W. (2017). A liderança populista. *O que é o populismo?*
- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.
- Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti. «O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe». *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 80 (2010): 71–96.
<https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>.
- Appadurai, Arjun. «O cansaço da democracia». Em *O grande retrocesso um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*, 2017.
- Arditi, Benjamin. «Populism as an internal Periphery of Democratic Politics». Em *Populism and the mirror of democracy*. London ; New York, NY: Verso, 2005.
- Canovan, Margaret. «‘People’, Politicians and Populism». *Government and Opposition* 19, n. 3 (1984): 312–27.
- Carvalho, Miguel. «Chega, SA Por dentro do Reino de “Deus” Ventura». *Visão*, Maio de 2020.
- Corrêa, Andrey Lucas Macedo, Alexandre Walmott Borges, e Karina Almeida Guimarães Pinhão. «Análise do populismo na democracia: entre as emoções e o racionalismo». *Revista Videre* 9, n. 17 (2017): 188–202.
- «democracy-index-2020.pdf», sem data.
- Eatwell, Roger, e Matthew Goddwin. *Populismo*. Dessassossego, 2018.
- Freire, André. *Para lá da «geringonça»: o governo de esquerdas em Portugal e na Europa*. 1a edição. Lisboa, Portugal: Contraponto, 2017.
- Fukuyama, Francis. «What is populism?» Em *What is populism*. Atlantik- Brucke, sem data.
- Galito, Maria Sousa. «Populismo: conceptualização do fenómeno», 2017.
- Geiselberger, Heinrich. *O grande retrocesso um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*, 2017.
- Greven, Thomas. «The rise of right-wing populism in Europe and the United States». *A Comparative Perspective [La emergencia del populismo de derechas en Europa y Estados Unidos. Una perspectiva comparada]*. Friedrich Ebert Foundation, Washington DC Office, 2016.

- Hobsbawm, E. J. *How to change the world: reflections on Marx and Marxism*. New Haven, Conn: Yale University Press, 2011.
- Innerarity, Daniel. *A política em tempos de indignação*. D. Quixote, 2016.
- Laclau, Ernesto. «La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana». *Nueva sociedad* 205, n. September-October (2006): 56–61.
- . «politica e ideologia en la teoria marxista-laclau». Em *Capitalismo. Fascismo, populismo*, Siglo XXI. Madrid: España Editores, 2015.
- . «Populism: what's in a name?». Em *Populism and the mirror of democracy*. London ; New York, NY: Verso, 2005.
- Marchi, Riccardo. *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2020.
- Mouffe, Chantal. «Democratic politics and agonistic pluralism». *Seminario Interdisciplinar. December. Consellodacultura. Gal/MEDIATECA/EXTRAS/TEXTO_CHANTAL_MOUFFE_ENG. Pdf. Accessed On 4, n. 05* (2009): 2015.
- Mounk, Yascha. *Povo vs Democracia*. 1ª edição. Alfragide: Lua de Papel, 2019.
- Mudde, Cas. «Are populists friends or foes of constitutionalism?», 2013
- Mudde, Cas, e Cristobal Rovira Kaltwasser. «Populism». Em *The Oxford Handbook of Political Ideologies*, 493–512. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- Mudde, Cas, e Cristóbal Rovira Kaltwasser, eds. *Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?* Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2012.
- Muller, Jan-Werner. *O que é o populismo?* Alfragide - Portugal: Texto Editora, 2017.
- Norris, Pippa, e Ronald Inglehart. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. 1.ª ed. Cambridge University Press, 2019.
<https://doi.org/10.1017/9781108595841>.
- Otero, Paulo. *A democracia totalitária: do estado totalitário à sociedade totalitária: a influência do totalitarismo na democracia do século XXI*. 1a. ed. Cascais [Portugal]: Principia, 2001.
- Panizza, Francisco, ed. *Populism and the mirror of democracy*. London ; New York, NY: Verso, 2005.
- Pappas, Takis. «Populism Emergent: A Framework for Analyzing its Contexts, Mechanics, and Outcomes». *ROBERT SCHUMAN CENTRE FOR ADVANCED STUDIESEUDO -European Union Democracy Observatory*, 2012.

- Pinto, António Costa. «O “Grande Retrocesso” populista? As duas Globalizações e o seu futuro». Em *O grande retrocesso um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*, 2017.
- Pinto, António Costa, Luís De Sousa, e Pedro Magalhães. «A Qualidade da Democracia em Portugal - A Visão dos Cidadãos». *Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 2013, 262.
- Pinto, Jaime Nogueira. *Bárbaros e iluminados: populismo e utopia no século XXI*. 1a. edição. Alfragide, Portugal: D. Quixote, 2017.
- Pinto, José Filipe. *Populismo e democracia: dinâmicas populistas na União Europeia*, 2017.
- Pinzani, Alessandro. «Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas». *São Paulo*, 2013, 36.
- Rendueles, César. «Do retrocesso global aos contra-movimentos pós-capitalistas». Em *O grande retrocesso um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*, 2017.
- Santos, Boaventura de Sousa. «Chávez o legado e os desafios», 2013.
- Santos, Flávia Pessoa. «UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO», 2017, 160.
- Severiano Teixeira, Nuno. «Três reflexões inacabadas sobre populismo e democracia». *Relações Internacionais*, n. 59 (Setembro de 2018): 75–83. <https://doi.org/10.23906/ri2018.59a06>.
- Valentim, Vicente. «European populism in the shadow of the great recession». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 81 (2016): 223–27.
- Wike, Richard, Jacob Poushter, Laura Silver, e Stefan Cornibert. «Most Embrace Democracy and the EU, but Many Worry about the Political and Economic Future», 2019, 189.
- Wike, Richard, e Shannon Schumacher. «Democratic Rights Popular Globally but Commitment to Them Not Always Strong», 2020, 53.
- Wike, Richard, Laura Silver, e Alexandra Castillo. «Discontent is tied to concerns about the economy, individual rights and out-of-touch elites», 2019.
- Wike, Richard, Katie Simmons, Bruce Stokes, e Janell Fetterolf. «But many also endorse nondemocratic alternatives», 2017.
- Zizek, Slavoj. «A tentação populista». Em *O grande retrocesso um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*, 2007.